



área metropolitana do porto

ESTRATÉGIA INTEGRADA de DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020

*Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
Convite para Apresentação de Candidaturas N. 01/2014, 12-11-2014*



área metropolitana do porto

Índice

INTRODUÇÃO	3
1. DIAGNÓSTICO	4
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NA ESCALA IBÉRICA E EUROPEIA	4
1.2 DIAGNÓSTICO PARA O CRESCIMENTO INTELIGENTE	8
1.3 DIAGNÓSTICO PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	15
1.4 DIAGNÓSTICO PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO	26
1.5 ANÁLISE SWOT	34
2. QUADRO ESTRATÉGICO AMP 2020	42
2.1 A VISÃO PARA O TERRITÓRIO DA AMP	43
2.2 OS DESAFIOS DA AMP NO HORIZONTE 2020	45
2.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS	58
OT 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO	59
OT 2. MELHORAR O ACESSO ÀS TIC'S	61
OT 3. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DAS PME	62
OT 4. APOIAR A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO EM TODOS OS SETORES	63
OT 5. PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	64
OT 6. PRESERVAR E PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	65
OT 7. PROMOVER TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS E ELIMINAR ESTRANGULAMENTOS NAS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS DAS REDES	66
OT 8. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E A QUALIDADE DO EMPREGO E APOIAR A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES	67
OT 9. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATER A POBREZA E A DISCRIMINAÇÃO	69
OT 10. INVESTIR NA EDUCAÇÃO, NA FORMAÇÃO E NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	70
OT 11. REFORÇAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS AUTORIDADES PÚBLICAS E DAS PARTES INTERESSADAS E A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	72
3. EIXOS DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	73
EIXO 1. CONHECER, EMPREENDER E INTERNACIONALIZAR	74
EIXO 2. DESCARBONIZAR	77
EIXO 3. SALVAGUARDAR E PRESERVAR	79
EIXO 4. VALORIZAR E QUALIFICAR	81
EIXO 5. ACEDER E TRANSPORTAR	86
EIXO 6. EDUCAR, QUALIFICAR E EMPREGAR	90
EIXO 7. INCLUIR	93
EIXO 8. CAPACITAR, COOPERAR E GOVERNAR	96
4. DESENVOLVIMENTO LOCAL BASEADO NA COMUNIDADE NA AMP	99
5. DIÁLOGO COLABORATIVO, REDES E AUTO-ORGANIZAÇÃO	108
6. PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL	137
7. INDICADORES E METAS	147
8. METODOLOGIA	173

Introdução

A AMP está confrontada com uma série de desafios globais e diversos. As mudanças climáticas, o novo paradigma energético, o envelhecimento da população, os riscos e vulnerabilidades sociais, a crise económica, a economia do conhecimento e a globalização influenciam significativamente as decisões e os percursos a tomar. Estes desafios exigem o envolvimento da sociedade civil e de todas as instituições na construção e operacionalização de respostas inovadoras, diferenciadas em função das realidades territoriais, geradoras de valor (económico e social) e que alavanquem, e suportem, um posicionamento mais competitivo da AMP no espaço nacional, ibérico e europeu.

Sem perder de vista as orientações da Europa 2020 e da nova regulamentação da política de coesão europeia, a estratégia da AMP está ancorada no Norte 2020 e na proposta de Acordo de Parceria, de forma a potenciar e otimizar a alocação de fundos estruturais no seu território durante o período 2014/2020.

O presente documento sintetiza o Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020, corporizando a proposta de Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AMP e resulta de um processo de reflexão e construção que se desenrolou ao longo de mais de um ano.

Liderado pela AMP, este processo contou com a participação ativa e interessada não apenas dos Municípios que a integram mas de várias centenas de instituições e empresas que, através da participação em workshops, da realização de entrevistas ou da resposta a inquéritos, quiseram e disponibilizaram-se a contribuir para a definição da Estratégia Integrada de Desenvolvimento da AMP no horizonte 2020.

1. Diagnóstico

1.1 Contextualização na escala ibérica e europeia

Para a construção de uma Europa territorialmente mais coesa tem sentido refletir, em primeiro lugar, sobre a posição e o papel que a AMP tem, ou pode ter, no contexto europeu, ibérico e nacional, identificando os principais desafios que em cada um destes planos se colocam.

No espaço europeu o designado "pentágono", definido pelas metrópoles de Londres, Paris, Milão, Berlim, Munique e Hamburgo, concentra 40% da população, 50% do PIB e apenas 20 % da área da UE. Numa escala europeia, as regiões metropolitanas do "pentágono" têm vindo a reforçar a sua posição de liderança. O desenvolvimento do policentrismo na Europa tem ocorrido sobretudo através da expansão do "pentágono", tendo sentido, no futuro, intensificar as políticas mais orientadas para o reforço das grandes áreas urbanas localizadas nos territórios europeus mais periféricos.

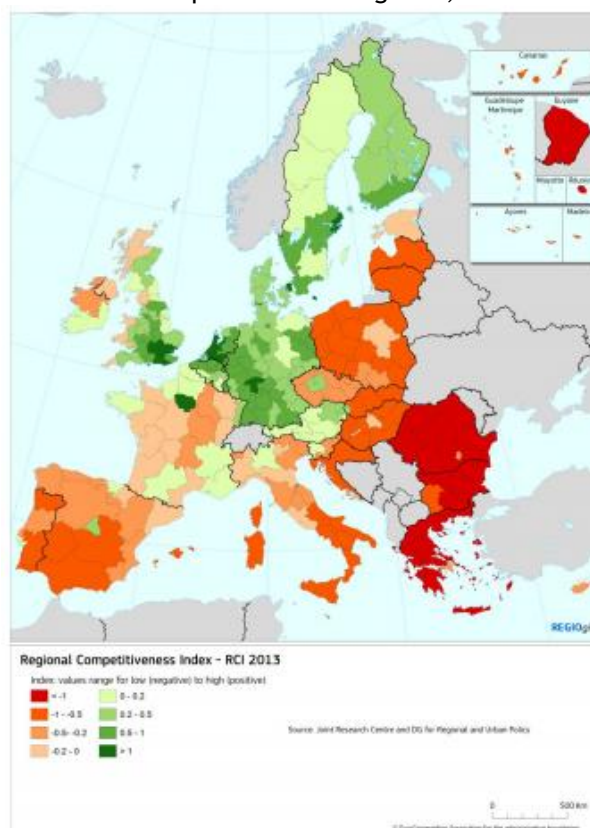
Na Península Ibérica, seguindo a perspetiva de coesão territorial à escala europeia, a construção de um sistema urbano mais policêntrico passa pelo desenvolvimento de sete grandes áreas urbanas. Assim, em Espanha evidenciam-se Madrid, Barcelona, Valencia, Bilbao e Sevilha, e em Portugal, Lisboa e Porto. A construção de um território europeu mais coeso pressupõe um sistema urbano policêntrico organizado em torno desse conjunto de cidades.

Neste contexto, a AMP deveria assumir-se como uma das grandes áreas urbanas da Península Ibérica e afirmar um conjunto de ações que visem esta escala estratégica. Nesta meso-escala, o potencial de polarização deve também ser assumido por um grande número de áreas urbanas de média dimensão.

A competitividade da Europa depende em grande parte das regiões metropolitanas, onde as empresas podem beneficiar de economias de aglomeração e redes que as ligam aos lugares do mercado global. A AMP precisa de boa acessibilidade aos mercados globais, pois o número e a qualidade das conexões (com hubs e centros urbanos) são importantes pré-requisitos para uma integração funcional eficiente.

O Índice de Competitividade Regional (Figura n.º 1), desenvolvido pela Comissão Europeia, revela que a competitividade territorial na EU exhibe uma forte dimensão regional. A AMP insere-se, precisamente, numa das regiões com um menor índice de competitividade da Europa. O índice revela diferenças substanciais, não apenas entre as regiões europeias como também dentro das regiões de um mesmo país. É o caso de Portugal que com a 17ª posição (UE a 28), assinala diferenças consideráveis, em termos de competitividade, entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo e as restantes regiões do País, particularmente a Região do Norte (Annoni, P. & Dijkstra, L. 2013). Sete regiões, das dez mais competitivas da EU, correspondem à região da capital do país ou a regiões lideradas por uma grande cidade (com elevadas densidades de infraestruturas, educação, saúde, mercado de trabalho, sofisticação económica, inovação e base institucional). Esta situação abre um importante desafio à AMP, enquanto área metropolitana que pode liderar e corporizar as forças motrizes que permitem a alavancagem da competitividade regional.

Índice de Competitividade Regional, 2013.



Fonte: Annoni, P. e Dijkstra, L. (2013) EU Regional Competitiveness Index.

Recentemente, no quadro da UE, as políticas de inovação reorientaram-se para uma "especialização inteligente" (Comissão Europeia, 2010; S3 Platform, 2012), procurando conjugar a diversidade com a especialização por via da ideia de "variedade relacionada".

Em plena crise económica, o conceito de "especialização inteligente" propõe-se aumentar a eficiência dos investimentos europeus em matéria de investigação, inovação e empreendedorismo. A "especialização inteligente" é um conceito central nas atuais políticas para a Europa 2020.

Nesta perspetiva, a AMP pode orientar a sua estratégia competitiva para os mercados mundiais, assegurando que o conhecimento e a inovação suportam a competitividade nesse mercados. É óbvio que as diferentes regiões enfrentam realidades muito diversas e que muitas regiões não conseguem competir em termos de inovação nos mercados mundiais. No entanto, o desafio para a AMP é crescer razoavelmente bem, encontrando respostas diferenciadas e adequadas para os seus desafios específicos. Para isso, os principais objetivos passam por apoiar a introdução dos seus ativos nas redes globais, previamente identificados, e a partir daí apoiar e facilitar a inovação, contribuindo para que essas atividades e instituições entrem, se posicionem e, nalguns casos, eventualmente liderem essas redes (por exemplo o caso da cortiça). Esta escolha implica uma seleção criteriosa.

A distribuição equilibrada da população e riqueza, numa sociedade e num espaço socialmente inclusivo é também um grande desafio europeu. A ideia de coesão implica uma distribuição razoavelmente "justa" da riqueza e do desenvolvimento por todas as regiões da Europa. A noção de "modelo social europeu" pressupõe uma distribuição dos ganhos de produtividade bem como a transferência de alguma riqueza das regiões mais ricas para as regiões mais pobres. O "equilíbrio" não significa igual, mas adaptado às realidades locais, sendo cumpridos os padrões mínimos. Cada região da UE deve ter oportunidades e capacidades comparáveis, incluindo o acesso aos serviços e os recursos fundamentais para potenciar o seu desenvolvimento. Dentro das cidades, a ideia de desenvolvimento espacialmente equilibrado implica menos segregação e maior integração social, sobretudo em termos de habitação,

acesso à educação e formação, acesso aos bens culturais e acesso ao trabalho e a fontes de rendimento.

A capacidade de interpretar e territorializar políticas públicas, a boa governação e cooperação territorial são vitais em todas as escalas geográficas, incluindo as parcerias locais, intermunicipais, regionais e com outras metrópoles. O que a metrópole quer ser e que modelo de desenvolvimento deve prosseguir, passa por melhores padrões sociais, pela capacidade de aceder aos benefícios da economia do conhecimento, e nela participar, e por uma maior capacidade de criar emprego. Nestes domínios, a evolução da AMP tem de ser rápida e forte, considerando os indicadores atuais de educação e qualificação da população bem como a expressão do desemprego. Os pilares desta orientação estratégica passam por uma maior convergência, pela diminuição das desigualdades e pelo aumento da coesão com o propósito, mobilizador, de assegurar uma maior competitividade e qualidade de vida na AMP. A dimensão social não pode ser esquecida e esta depende da valorização do conhecimento e dos saberes-fazer, da geração de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e da criação de emprego.

A sustentabilidade nos transportes, na energia, na adaptação às mudanças climáticas e na proteção do meio ambiente em geral é determinante para o novo projeto europeu. A vulnerabilidade aos impactes das mudanças climáticas é uma preocupação especial em regiões onde as estratégias de adaptação e mitigação não estão a ser suficientemente, ou efetivamente, ajustadas aos lugares. Ao longo da sua história a metrópole do Porto tem mostrado, em termos económicos e sociais, capacidade de resiliência para mudar a história. Neste momento, os desafios com que a AMP se confronta justificam a massificação dos processos de mudança e de inovação.

Em matéria de adaptação aos efeitos das alterações climáticas, a AMP, no contexto europeu, está inserida num cenário claramente grave em matéria de impactes, demonstrando uma fraca capacidade de adaptação às mesmas. Isto significa que a AMP evidencia um forte potencial de vulnerabilidade às alterações climáticas. Este desafio é um desafio partilhado por todo o sul da Europa, com especial expressão na Península Ibérica.

A ideia do **Governo orientado para a territorialidade** está implícita no "princípio da subsidiariedade", o que significa que há impactes territoriais das políticas que são diferenciadoras. No alinhamento com o discurso europeu, aos decisores políticos regionais impõe-se um olhar para o território como espaço vivo contínuo e de redes multi-escalares, em detrimento da delimitação de preocupações e da priorização de intervenções isoladas e confinadas a limites geográficos estabelecidos.

A ideia principal que está por trás da noção de governança territorializada é que as regiões apresentam capacidades e vulnerabilidades diferentes que devem ser tidas em conta nas políticas públicas e na construção do futuro. Na prática, as regiões tem direitos e responsabilidades que têm de ser assumidos a diferentes escalas.

Pertencer à AMP significa contribuir para a construção de um espaço metropolitano à escala regional, nacional e europeia.

No contexto nacional, o reforço da AMP significa contrariar um cenário tendencial em torno de um sistema monocêntrico, fortemente polarizado em torno da Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo desta forma para reforçar a coesão territorial a nível nacional.

1.2 Diagnóstico para o Crescimento Inteligente

Macroeconomia e Convergência Real

A AMP está a atravessar um processo de reestruturação económica dentro de um contexto de crise macroeconómica, caracterizada por um quebra das atividades económicas, do emprego, da qualidade de vida e do bem-estar em geral. Em termos regionais, a AMP insere-se na região mais pobre do país (NUT II), à luz do *PIB per capita*.

A evolução da AMP na última década mostra que a base económica dispõe de uma razoável capacidade de adaptação, demonstrando uma significativa resiliência e dando sinais de estar a caminhar para um reforço da competitividade. Além disso, a AMP possui uma base institucional que tem manifestado capacidade de resposta aos desafios externos, refira-se o

alargamento a Leste da União Europeia, a construção da moeda única e a intensificação do processo de globalização (OMC).

No entanto, estando esta metrópole muito especializada na produção de bens transacionáveis sofreu fortemente os impactos externos. Houve uma forte perda, de empresas e de emprego, associada à diminuição da importância de sectores normalmente exportadores, designadamente os mais intensivos em mão de obra. Entre 1995 e 2011, relativamente à Região Norte, a AMP viu o índice do PIB “per capita” diminuir, aproximando-se das restantes NUTS III da Região do Norte, seguindo um nivelamento descendente (aproximando-se das outras, por diminuição do seu próprio índice).

Ultimamente, as interações institucionais dirigidas para a inovação estão a gerar uma nova base empresarial, novos processos ou produtos, mais intensivos em conhecimento, reforçando-se a especialização ou a fertilização cruzada entre áreas tecnológicas, do conhecimento ou sectores de aplicação. Este processo recente de inovação não se reflete, no imediato, no crescimento do emprego, pois as taxas de desemprego têm vindo a aumentar, no entanto, a médio prazo, espera-se um reflexo também no emprego (de que são exemplo os mais recentes indícios de crescimento ou estabilidade do emprego nos setores do têxtil e do calçado).

Emprego, estrutura económica e internacionalização

A AMP continua a ter um peso importante da indústria na sua estrutura económica, com 27% das pessoas ao serviço (MTSS, 2011). Continuam a pesar as indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, mas as de maior intensidade têm também aqui uma especialização significativa (ex. Fabricação de Máquinas e Equipamentos). Além disso, as indústrias maduras, o grande exemplo na AMP é o calçado, têm vindo a subir na cadeia de valor, pela incorporação de design e qualidade, dirigindo-se para um mercado exigente e de elevada capacidade de consumo.

Genericamente, destacam-se em termos de emprego a Fabricação de Produtos Metálicos, a Indústria Alimentar, a Fabricação de Máquinas e Equipamentos, a Fabricação de Veículos Automóveis, a Indústria da Madeira,

do Mobiliário e da Cortiça, a Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico e a Fabricação de Produtos de Calçado, Têxteis e Vestuário.

O pessoal ao serviço no terciário tem vindo a crescer. Por um lado, destaca-se a evolução das atividades de turismo que têm vindo a dinamizar o emprego e a contribuir para a valorização dos recursos metropolitanos. Por outro lado, as atividades de comércio a retalho e por grosso demarcam-se pelo volume de pessoas ao serviço, enquanto os serviços mais intensivos em conhecimento começam a salientar-se em termos de especialização - consultadoria para a gestão, arquitetura e engenharia, investigação científica e desenvolvimento e atividade de saúde humana.

No entanto, a base económica tem demonstrado alguma incapacidade para reter os recursos humanos formados na região verificando-se uma fuga de talentos e cérebros aqui formados. Além disso, alguns sectores industriais mostram níveis baixos de qualificação da mão-de-obra. A base de serviços às empresas, ainda, é pouco qualificada e de reduzida dimensão.

A Região Norte é a região NUTS II com maior orientação exportadora. A AMP representa cerca de 21% das exportações nacionais (2011), tendo perdido algum peso nacional nos últimos anos (em 2007, representava 24%). Esta perda está associada à diminuição da importância dos setores transacionáveis mais intensivos em mão de obra, nomeadamente o vestuário.

Em 2013, nas indústrias transformadoras localizadas na AMP, as exportações destacaram-se nas Indústrias da Madeira, do Mobiliário e da Cortiça e na Fabricação de Veículos e Componentes Automóveis. Seguem-se os Produtos Metalúrgicos e Metalomecânicos e as Máquinas e Equipamentos.

As Indústrias Têxteis, de Vestuário e Calçado continuam a marcar o perfil de exportações. E por fim, destacam-se as Indústrias de Equipamentos Informáticos e para Comunicações, Eletrónica e Produtos Eletrónicos e Ópticos e a Fabricação de Equipamentos Elétricos.

A nível institucional, observam-se ainda baixos níveis de internacionalização do Sistema Científico e Tecnológico localizado na AMP. Por outro lado, um perfil empresarial dominado por PME também dificulta os processos de inovação internacionalizada, fruto da insuficiência de recursos financeiros e humanos.

Infraestruturas do conhecimento

A AMP é também um espaço privilegiado em termos de infraestruturas de incubação para novas empresas de base tecnológica, nas suas diferentes fases: pré-incubação, incubação, desenvolvimento e expansão/internacionalização. Na AMP salientam-se as seguintes infraestruturas: TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, com 88 empresas instaladas; a UPTEC - Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto com 4 Polos - o Polo das Indústrias Criativas (UPTEC PINC), o Polo de Biotecnologia (UPTEC BIO), o Polo do Mar (UPTEC MAR) e o Polo Tecnológico (UPTEC TECH); o Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA), ligada ao sector automóvel e aeronáutico; o Centro Empresarial e Tecnológico de S. João da Madeira (SANJOTEC), nomeadamente nas áreas da robótica, automação industrial, biotecnologia, química, design e tecnologias de informação; o Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira, dirigido às indústrias criativas, tecnologias de informação e serviços às empresas; a Fábrica de Santo Thyrsó (também designada como Incubadora de Santo Tirso) está organizada em torno de dois centros de incubação: a Incubadora de Base Tecnológica e a Incubadora de Moda e Design (IMOD); o Centro de Incubação e Desenvolvimento de Empresas de Biotecnologias (CiDEB) foi criado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, juntamente com outras organizações e constitui uma incubadora de empresas de base tecnológica, orientada para as áreas da bio economia, alimentar, ambiente e saúde, entre outros.

Em termos de Ensino Superior e Formação Avançada pública, está localizada na AMP a Universidade do Porto (14 Faculdades) e o Instituto Politécnico do Porto (inclui sete Escolas, seis na AMP) e a Escola Superior de Enfermagem do Porto. A Universidade do Porto agrega cerca de 31 mil estudantes, que frequentam 287 cursos de licenciatura, mestrado ou doutoramento; integra 60 unidades de investigação, entre os quais vários Laboratórios Associados (mais de 75% classificados com “excelente” ou “muito bom” na avaliação científica internacional da Fundação para a Ciência e Tecnologia); além disso, possui

23% da produção de artigos de topo indexados no ISI Web of Science e tem vindo progressivamente a submeter um maior número de patentes. O Instituto Politécnico do Porto é o maior politécnico do país, conta com mais de 18 mil estudantes (2012) repartidos pelas Escolas do Politécnico do Porto. As escolas oferecem 70 Licenciaturas e 47 Mestrados, para além de vários cursos de especialização, nas áreas das Artes, da Engenharia e Tecnologia, da Educação, da Gestão e da Saúde. O IPP conta ainda com 21 centros de investigação distribuídos pelas escolas, sendo a instituição de ensino superior politécnico com mais unidades reconhecidas pela FCT. Na oferta privada destaca-se a Universidade Católica. O Centro Regional do Porto da UCP tem uma oferta formativa que conta com 11 Licenciaturas, 33 Mestrados, 9 Doutoramentos, 25 Pós-Graduações e 33 cursos de especialização orientados para a formação avançada, contínua e para executivos, na qual se inclui dois MBA. Possui também 7 centros de investigação.

Recursos para a Inovação e Especialização Inteligente

A AMP concentra especificidades e ativos distintivos em termos de conhecimento e inovação. Possui um leque diversificado de instituições que produzem conhecimento científico que abarca a totalidade dos principais *Domínios Científicos*, destacando-se a U.Porto e instituições ligadas ao seu ecossistema. As instituições de I&D da AMP produzem, fundamentalmente, *conhecimento base analítico*, mas o *sintético* e o *simbólico* encontram igualmente espaços de produção no seio destas instituições. As atividades baseadas no *conhecimento base analítico* mostram uma forte base de produção no domínio das ciências da saúde, seguido pelas ciências biológicas. As atividades que partem do *conhecimento sintético* evidenciam uma concentração de recursos nas *engenharias*. O *conhecimento simbólico*, relacionado com o domínio das ciências sociais (arquitetura, estudos artísticos, ciências da comunicação), está também presente.

Em termos de produção de I&D+i, a AMP tem vindo a construir uma base institucional capaz de estruturar a organização de redes interativas, contribuindo claramente para a construção de uma rede de suporte à I&D+i à escala regional e nacional. A escala internacional ainda é incipiente. A

inovação em parcerias está estruturada em torno de um conjunto de *áreas tecnológicas* e *setores de aplicação*. As *áreas tecnológicas* mais centrais na rede de inovação da AMP são as TIC, a Engenharia Mecânica, a Tecnologia dos Materiais, as Tecnologias Agrárias e Alimentares, a Automação e a Robótica, a Eletrónica e Instrumentação e várias áreas. Em termos de sectores de aplicação realçam-se a Saúde, as Máquinas Industriais, a Fabricação do Couro e do Calçado, a Indústria Agroalimentar e os Transportes e a Logística.

As áreas tecnológicas que se cruzam com mais sectores de aplicação, no sistema de inovação da AMP, são as TIC, as Tecnologias dos Materiais, a Engenharia Mecânica e a Eletrónica e Instrumentação, criando melhores condições para a inovação por fertilização cruzada entre sectores de aplicação. A Energia e a Fabricação de Couro e Calçado são os sectores de aplicação que se interligam com mais áreas tecnológicas, potenciando uma inovação sustentada na *variedade relacionada* entre áreas tecnológicas.

Estes trajetos em parceria devem ser incrementados nos próximos anos, reforçando a diversidade institucional, aumentando o nível de internacionalização das ligações e apostando numa rede mais multi-escalar. Apesar das redes de cooperação de I&D e de I&D+i envolverem atores de diferentes esferas. A relação da esfera empresarial com a esfera dos atores do sistema científico ainda aparece sub-representada, com consequências na capacidade absorção de conhecimento potenciador da inovação económica por parte das empresas.

Como vimos, em termos institucionais nos últimos anos registaram-se grandes avanços em termos de cooperação. No entanto, continua a sentir-se uma forte fragmentação institucional e debilidades ao nível da afirmação das lideranças metropolitanas em matéria de desenvolvimento. A imagem da AMP (e da região) é pouco consistente e com fraca notoriedade em termos internacionais, não existindo grande capacidade de atração de investidores para apoiar a projeção internacional da AMP.

Sistema de Transportes e Logística

Coordenação Setorial e as diferentes escalas

A experiência da AMP no que respeita à tomada de decisões no setor dos transportes caracteriza-se por uma clara falta de organização que radica na inexistência de hábitos de discussão e participação dos diferentes atores, estejam do lado da construção e gestão de infraestrutura, como do lado da produção de serviços de transportes. E é insipiente o papel dos municípios na gestão da mobilidade de pessoas.

A experiência da Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) ainda não é suficiente para fazer alterar este quadro e a falta de orçamento próprio impede um percurso mais rápido na assunção de responsabilidades, questão a que também não é alheia a não participação da generalidade dos municípios no financiamento do sistema, exceto no caso dos transportes escolares e em algumas redes embrionárias de transportes urbanos.

Perante este cenário, acresce como inevitável a dificuldade de coordenação entre diferentes escalas de decisão - local, metropolitana e regional -, quando as diferentes componentes do sistema são mutuamente influentes.

A integração bilhética na AMP sofreu um impulso decisivo com a complexa organização do ANDANTE em que participam vários operadores de transportes (TIP). Este sistema tem resolvido alguns problemas de funcionamento, o que não significa que não possam existir ainda aspetos a melhorar que eliminem inércia na captação de novos utentes.

Acresce, ainda, referir a fraca participação dos municípios da AMP em redes comunitárias de desenvolvimento de projetos-piloto na área da gestão da mobilidade, o que afasta as nossas cidades de tendências e experiências que ajudam a formatar a política europeia de mobilidade urbana.

Por último, uma referência específica à necessidade de a AMP e a Região Norte (RN) liderarem uma discussão/ debate a nível nacional (e da Euro região NP-Galiza) tendo em vista perceber-se qual a verdadeira prioridade para as economias nacional e peninsular em termos das linhas ferroviárias de altas prestações de passageiros a construir de novo.

1.3 Diagnóstico para o Crescimento Sustentável

A AMP tem a dimensão ideal e as características geográficas essenciais para experimentar com sucesso o novo paradigma de crescimento sustentável assente numa economia mais eficiente na utilização dos recursos naturais e cumpridora das metas estabelecidas na estratégia Europa 2020, nomeadamente no que diz respeito: i) ao apoio para a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono; ii) à promoção de uma maior adaptação às alterações climáticas e à prevenção dos riscos naturais que delas resultam; iii) à proteção do ambiente e à promoção de uma utilização sustentável dos recursos; iv) à promoção de transportes sustentáveis e à eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas da rede.

Todavia, para concretizar esta viragem substantiva na sua estratégia de crescimento deveria instituir políticas, medidas e ações eficazes que ajudem a mudança para uma economia de baixo carbono, o conhecimento e, posteriormente, a intervenção ao nível da melhor adaptação às mudanças climáticas e à prevenção dos riscos naturais que lhe estarão associados, a proteção do ambiente e promoção do uso eficiente dos recursos naturais e, neste caso, a disseminação do uso de transportes sustentáveis.

Condições de Contexto

Esta constatação sobre a apetência especial da AMP para a concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020, resulta do facto de:

- deter, há mais de um século, conhecimento sobre o comportamento dos vários elementos climáticos;
- possuir evidências sobre a sobre mortalidade, sobre morbilidade e outros danos e perdas resultantes de riscos de calor e frio extremo, secas severas, precipitações intensas, ventos velozes, etc.;
- existir investigação científica, com massa crítica suficiente, e projetos piloto para, incorporando a inovação tecnológica disponível, desenhar e acompanhar a concretização de medidas preventivas e mitigadoras dos diversos riscos associados às alterações climáticas;

- ter mais de 10% do seu território ocupado por espaços de grande interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade reconhecidos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e uma linha de costa com mais de 80 km talhada por praias de grande qualidade (>40 bandeiras azuis), com vários portos piscatórios (Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Aguda, Espinho, etc.), e com um dos portos mais dinâmicos da Península Ibérica - o Porto de Leixões;
- usufruir da presença de um importante curso de água regularizado e navegável - o rio Douro - em franca exploração turística valorizadora do ambiente, do património natural, paisagístico e cultural envolvente;
- ter uma diversidade morfológica e uma posição geográfica que disponibiliza uma série de recursos naturais potenciadores da instalação de mais fontes de energia renovável - eólica, ondas, hídrica, biogás e biomassa vegetal - para além das já existentes;
- existir uma mancha florestal e agroflorestal que ocupa mais de 70% do território, suscetível de aproveitamento plurifuncional, nomeadamente associando-a a diversos tipos de turismo e a atividades de valorização identitária, como são as dedicadas à visibilidade do património cultural, gastronómico, etc.;
- ter um tecido empresarial consolidado, com valor acrescentado de ciência e tecnologia tanto na produção de energia a partir da biomassa vegetal, do vento, da luz solar, como na área das tecnologias da informação, da saúde, da biotecnologia e da segurança alimentar;
- albergar uma área intensamente urbanizada, polarizada pela 2ª mais importante cidade do país, mas que está muito consolidada e circunscrita a pouco mais de 20% do território metropolitano;
- existir já uma rede rodoviária principal (IP e IC) que garante altas prestações na acessibilidade metropolitana interna e com o exterior.

Para um novo paradigma de desenvolvimento sustentável na AMP

A transição para uma nova etapa de crescimento na AMP que preserve os valores patrimoniais e naturais e seja pouco delapidadora do ecossistema, menos consumidora de energias não renováveis, menos geradora de desperdícios sólidos, líquidos e gasosos, e, ao mesmo tempo, promotora de mais qualidade de vida, bem-estar e saúde para todos os seus residentes e visitantes, implica agir de modo muito determinado num conjunto de iniquidades que, apesar de muitas nem serem sequer percebidas, têm perturbado o sucesso das políticas de desenvolvimento.

Dentre estas destacam-se:

- o extraordinário envelhecimento da pirâmide etária e em particular do número de idosos isolados em espaços urbanos impreparados para esta nova demografia;
- a grande diversidade nos padrões de qualidade de vida na área metropolitana e a existência de territórios com elevada privação social, económica e ambiental e na acessibilidade à prestação de cuidados de saúde;
- o frágil aproveitamento das múltiplas funções dos espaços verdes - bio reguladores climáticos, sequestradores de carbono e de outros poluentes, bioindicadores da poluição atmosférica, valorizadores cénicos da paisagem, garante do equilíbrio do ecossistema e de habitats raros e/ou valiosos, etc. - retirando-os da maioria das áreas densamente urbanizadas e abandonados nos espaços agroflorestais;
- a grande fragmentação dos usos do solo, na envolvente da coroa metropolitana, e a grande conflitualidade de usos (residencial/ industrial/agricultura/floresta), associam-se a níveis graves de contaminação dos solos, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, provocada por focos muito diversos e dispersos, provenientes tanto da agricultura como da pecuária e da indústria;
- a intensificação de processos erosivos na orla costeira, em resultado da inúmera pressão antrópica e de diversas obras de artificialização da linha de costa;

- a redução das atividades agrícolas em consequência da desruralização acelerada, o elevado número de fogos florestais e a grande extensão de área ardida anualmente;
- a persistência de lacunas na oferta de serviços de abastecimento público de água, saneamento básico, tratamento de águas residuais, assim como na redução dos desperdícios, da recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos e na sua valorização. As desigualdades profundas no acesso e no preço da água distribuída pela rede pública;
- a existência de consumos de energia elétrica ainda muito elevados, tanto para uso doméstico como industrial e a presença de duas agências de energia, no Porto e em Vila Nova de Gaia, até agora pouco cooperantes entre si;
- a convivência de vários sistemas de gestão de resíduos com políticas de serviços e de preços ainda pouco harmonizadas e a existência de alguns passivos ambientais que ainda não foram resolvidos (minas abandonadas, lixeiras clandestinas, sucatas, etc.);
- a ocorrência de níveis persistentes de COx, NOx e PM10 acima dos valores limite estabelecidos pela UE registados numa rede que, apesar de preencher os requisitos legais, subestima a degradação da qualidade do ar provocada pelo modo de vida urbano;
- a inexistência de um Sistema de Informação que facilite a análise e o apoio à gestão territorial AMP.

Sistema de Transportes e Logística

As Mega infraestruturas de conectividades com o exterior

A AMP insere-se no cordão atlântico da Península Ibérica e desempenha, no contexto regional, um papel fulcral na economia do eixo Setúbal-Lisboa-Porto-Corunha. Este eixo relaciona-se preferencialmente com o interior da Península - Região de Madrid e eixos Barcelona-Valência e Cantábria-País Basco -, mas também com o exterior da Península através dos modos rodoviário, portuário e aeroportuário. O recente crescimento das exportações

tem na região um motor de importância nacional que se relaciona com a UE e também, de forma crescente, com economias extracomunitárias. Do ponto de vista do sistema de transportes e logística, a AMP conta com um conjunto de Mega infraestruturas de grande importância nacional e com relevância à escala peninsular.

Aeroporto Internacional

O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro (AIFSC) apresentou na última década um forte crescimento no tráfego de passageiros e de mercadorias em resultado do impulso dado por um conjunto de intervenções e fatores convergentes. Entre 2001 e 2011 o tráfego de passageiros cresceu mais de 11% ao ano, tendo batido nesse ano os 6 milhões de passageiros. No que respeita ao tráfego aéreo de mercadorias é de salientar uma variação apreciável entre 1998 e 2011 e, no atual contexto de retração económica e tímida retoma, o aeroporto poderá estabilizar o seu movimento de mercadorias .

Porto Marítimo

A evolução recente do tráfego internacional de mercadorias por contentores (e que já representa 97% da capacidade limite instalada de 650 mil TEUS/ano) impõe ao Porto de Leixões uma preocupação crescente do ponto de vista do possível esgotamento dessa capacidade. Outros projetos estruturantes deverão garantir um forte posicionamento do Porto de Leixões no litoral norte peninsular. Com acréscimo verificado nas ligações transatlânticas e tendência para aumento da dimensão média dos navios, o Porto de Leixões saberá por certo conciliar a sua posição intercontinental com os desafios que se colocam ao nível europeu, designadamente com o incremento do ‘tráfego marítimo de curta distância’ no âmbito da consolidação das designadas ‘autoestadas do mar’.

Rede Rodoviária Estruturante

A rede rodoviária nacional na AMP integra os grandes corredores das ligações europeias em geral e das grandes ligações peninsulares. Apesar dos problemas de atravessamento norte-sul, o IP1 garante uma boa amarração da área metropolitana no corredor litoral entre Setúbal e Corunha, eixo a partir do qual se estabelecem as grandes ligações com o centro da península/ europa: IP5 para Madrid a partir de Aveiro e os IP4 e IC5 para o corredor Benavente/

Palência/ Valladolid/ Irun. A rede rodoviária estruturante está estabilizada e permitirá manter um padrão de ligações de alto nível nas próximas duas a três décadas, resolvidos que estejam estrangulamentos pontuais.

Redes Ferroviárias Convencional e de Altas Prestações

A rede ferroviária convencional já não garante para a AMP o mesmo nível de articulação que representa a rede rodoviária. As ligações com o exterior assentam exclusivamente na Linha do Norte - eixo Porto/ Lisboa/ Algarve - ao qual liga o eixo Aveiro/ Vilar Formoso/ Valladolid/ Irun. É evidente a sobrelotação da Linha do Norte, o que impede a redução dos tempos de viagem entre Lisboa e Porto, assim como o aumento da cota do transporte ferroviário de mercadorias no corredor litoral. Os investimentos nas Linhas do Norte, Minho e Douro não estão completados pelo que existem estrangulamentos e debilidades de serviços que afetam a AMP. No caso do troço entre Ovar, Espinho e Gaia e do troço entre Campanhã e Ermesinde, existem problemas de estrangulamento da infraestrutura; por outro lado, falta alargar o serviço dos suburbanos à Régua (Douro) e a Barcelos/ Viana do Castelo (Minho), potenciando a centralidade AMP no contexto regional.

Logística metropolitana e urbana

A infraestrutura da atividade logística na AMP, seja a de distribuição à produção como ao consumo, assenta em operadores que se foram dotando de instalações próprias espalhadas por áreas (baldios logísticos) aglutinadas principalmente pelo Porto de Leixões, pelo Terminal TER-TIR e pelo Aeroporto e, a sul do Douro, na fixação de operadores rodoviários no eixo dos Carvalhos (EN1) consolidou também uma ‘área logística’ na Rechousa / Boavista da Estrada. Tal como a construção de um terminal multimodal rodo ferroviário no Campo, em Valongo, consolidou uma potencial tendência para a expansão de atividades logísticas. De invocar ainda a logística associada ao Vinho do Porto e que mantém as Caves de Gaia como um dos principais centros de atividade.

Do ponto de vista da criação de plataformas logísticas de iniciativa pública capazes de gerarem uma apreciável concentração de operadores, proporcionando-lhes serviços avançados e algumas economias de escala, as últimas décadas demonstraram uma notória incapacidade/ vontade de

afetação de recursos. O défice de pensamento estratégico em termos do desenvolvimento da logística urbana e metropolitana e a falta de infraestruturas públicas significa que as ‘áreas logísticas’ do sistema metropolitano estão incapazes de oferecer sinergias importantes em termos de serviços comuns a empresas que, pela natureza da sua atividade, operam com margens muito apertadas.

O Douro navegável

No centro da AMP reside ainda o troço final da Via Navegável do Douro (VND), cuja importância turística tem sido decisiva para a consolidação das marcas turísticas Porto/ Gaia e Douro. Sendo certo que a sua conceção inicial estava sobretudo associada ao transporte de mercadorias, a verdade é que esta componente tem hoje um peso insignificante no atual tráfego fluvial. A importância deste corredor fluvial aumentará com a concretização de obras pontuais de correção do traçado geométrico, aprofundamento de canal e aumento da segurança da navegação; e ainda com intervenções complementares nas eclusas que permitirão ultrapassar alguma obsolescência técnica, logística e funcional.

A recente criação de um cais para barcos fluviais associado ao cais de cruzeiros de Leixões deverá vir a dar um novo fôlego ao mercado turístico, aumentando a diversidade da oferta e a valorização do seu troço final no território da AMP, sendo certo que no tramo final da via fluvial está esgotada a capacidade para atracação de mais barcos hotel.

Conectividades intra metropolitanas e regionais

Rede ferroviária convencional

Após fortes investimentos realizados na década de 90 do século passado, a ferrovia convencional passou a permitir estruturar um serviço ‘urbano’ de articulação e consolidação de uma estrutura policêntrica de cidades, desde Aveiro, Paredes/ Penafiel a Guimarães e Braga. A estruturação desse serviço, independentemente da existência ou não de políticas complementares de incentivo à transferência modal carro-comboio, foi de extrema importância para a mobilidade da população à escala do arco metropolitano, fator

altamente positivo para o desenvolvimento e valorização da identidade das próprias cidades, designadamente do Porto. E será por certo uma condição essencial ao crescimento do turismo interno e externo na região.

São, ainda, de referir os baixos indicadores de mobilidade na sub-região do Entre Douro e Vouga (EDV), questão que justifica intervenções de melhoria do serviço e estudos mais completos de viabilidade da integração da Linha do Vouga, entre Espinho e Oliveira de Azeméis, na rede ferroviária convencional, à semelhança do que foi realizado na Linha de Guimarães (com mudança de bitola).

Rede rodoviária principal

A área metropolitana é atualmente servida por uma rede rodoviária principal (IP e IC) de grande densidade e âmbito de cobertura. A estrutura rodoviária metropolitana a norte do Porto garante um equilibrado (e folgado) funcionamento para o tráfego comercial associado às funções transporte/ logística de abastecimento da produção, do consumo e do escoamento para mercados externos, relativamente ao potencial industrial instalado a norte do rio Douro. A sul do Rio Douro a estrutura rodoviária metropolitana apresenta contornos menos claros, não sendo tão bem implantada a malha de distribuição e respetiva cobertura territorial.

Trata-se de um sistema rodoviário metropolitano ainda com disfunções e estrangulamentos que não foram resolvidos. São as seguintes as principais debilidades no sistema rodoviário principal de escala metropolitana, que só não representam rutura porque a pressão de tráfego sofreu um grande declínio nos últimos anos:

- Excesso de tráfego de atravessamento no sistema Santo Ovídio/ Ponte da Arrábida/ Porto de Leixões, com congestionamentos acentuados na VCI para ambos os lados do nó de Francos, Via Rápida e A29 até Leça;
- Esgotamento de capacidade do nó do Conde Ferreira da VCI com a A3 a que se associam dificuldades de tráfego na VCI/ IP1 (velocidade, segurança e poluição automóvel), mais acentuadas no troço entre esse nó e a Ponte do Freixo;
- Esgotamento de capacidade no túnel de Águas Santas do IP4, sendo que a CREP (IC24) entre Campo e Picoto apenas poderá desviar um

tráfego residual entre a parte sul do Vale do Sousa e o sul do país, não contribuindo por isso para a resolução deste problema;

- Sobrecarga de tráfego no eixo Maia-Trofa-Famalicao da EN14 impedindo maior dinamismo económico a esse setor/ eixo da AMP, dado que a própria A3 não constitui uma real alternativa ao troço Maia-Trofa, cenário que poderá consubstanciar a necessidade de atribuição a esta ligação do estatuto de ‘Itinerário Complementar’, independentemente do tipo de estrada que vier a ser escolhido;
- Sobrecarga de tráfego na ligação entre Vila da Feira (IP1) e S. João da Madeira (IC2) e para a qual a nova ligação para norte do IC2 até Gaia (A32) pouco terá adiantado na medida em que constitui um percurso menos direto e taxado no acesso ao núcleo central da AMP.

Caso distinto é o acesso à sede do concelho de Arouca cuja ligação nova diretamente a Vila da Feira está parcialmente realizada, sendo a sua conclusão essencial ao desencravamento deste concelho no que respeita à sua acessibilidade ao núcleo central da AMP. Este estrangulamento (insuficiente acessibilidade), sendo de natureza distinta dos restantes (congestionamento), constitui uma clara prioridade a resolver no atual horizonte de programação.

Acresce, ainda, a dificuldade de acesso à Zona Empresarial Maia II a partir da rede nacional (IP1 e IC24), onde está prevista a localização da Plataforma Logística Maia/ Trofa e o Parque *Millenium*, infraestruturas que deverão acrescer à atividade industrial e logística já existente nessa zona, assim como ao Aeródromo do Vilar da Luz que poderá vir a desempenhar algum papel no setor logístico e de apoio a centros tecnológicos e de inovação no setor da aeronáutica.

Rede rodoviária secundária

Diferente questão - a da rede intermédia - respeita à acessibilidade entre a rede nacional abordada e a rede municipal local, ou seja, o conjunto de antigas EN e vias municipais principais que estabelecem essa interface entre os dois níveis extremos da rede rodoviária. Sendo uma rede não estruturada (no seu conjunto) em termos de planeamento/ projeto integrado (resultante desse planeamento), sobram intervenções casuísticas. Pelo que esta rede se debate agora com o sério problema da sobrecarga de tráfego decorrente da

generalização da taxação na rede nacional. Com a agravante de alguns troços das EN terem sido entretanto desclassificados, como se fosse possível algum dia criar uma “segunda” rede intermédia de estradas integralmente novas (inexistência de alternativas!), paralela à principal, com um nível intermédio entre a rede de autoestradas taxadas e a rede das velhas estradas. Tudo aponta para que essa rede intermédia tenha de ser profundamente estudada em termos do seu efetivo papel de intermediação entre a rede nacional e as redes locais.

Rede ferroviária ligeira - metro de superfície

A rede metro tem atualmente 67 km de extensão, 82 estações e transportou, em 2012, 54,5 milhões de passageiros, 58% dos quais do sexo feminino e 53% com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos. O percurso médio por passageiro é de 5,18 km. O total de utilizadores representa 54% das validações do ANDANTE; 81% das validações ocorrem no núcleo central da rede. É ainda de salientar que a rede metro oferece 3 572 lugares de ‘P+R’ com integração bilhética e a Interface da Casa da Música tem uma gestão integrada rodo-metro com linhas internacionais de autocarros.

No caso dos extremos das Linhas de Gondomar e de Matosinhos estará a ocorrer uma grande desproporção entre investimento realizado e taxa de ocupação efetivamente conseguida, que é inferior a 5%. É pois clara a necessidade de os municípios servidos pela atual rede metro desencadearem todos os esforços no sentido de desenvolverem políticas de transportes e urbanismo que conduzam ao aumento da procura, caso contrário será muito difícil equacionar a expansão da rede. Neste particular, muito haverá a fazer em termos de gestão dos espaços-canal nos centros das cidades e em termos de gestão do estacionamento.

Mobilidade Metropolitana

Evolução do padrão de mobilidade da população

Após fortes investimentos realizados no sistema de transportes - infraestruturas rodo e ferroviárias e novos serviços de transportes público (suburbanos e metro) - não é hoje claro o seu efeito sobre o padrão de

mobilidade da população, pela simples razão de que não houve capacidade financeira/ vontade para levar a cabo o inquérito à mobilidade na AMP, uma década após o realizado pelo INE/ DGTT. Esta lacuna é inultrapassável e impede o prosseguimento de um pensamento estratégico sobre a evolução futura do sistema de transportes na AMP, assim como sobre as prioridades a definir para o investimento público e para as políticas urbanas a seguir.

Estacionamento e modos suaves

Em síntese, poderá dizer-se que o estacionamento nas cidades da AMP sofre em geral das seguintes insuficiências: i) estacionamento de ‘longa duração’ (residentes e emprego) ocupando a rua (mesmo quando taxada) e o estacionamento ocasional/ cargas-descargas em 2ª fila (porta-a-porta automóvel); ii) estacionamento de ‘curta duração’ (de apoio às atividades/ comércio) muito caro porque remetido para parques em vez de estar perto e na rua; iii) não há políticas de estacionamento para residentes que procurem baixar a taxa de utilização automóvel; iv) o estacionamento de emprego pode crescer (há espaço nas ruas por diminuição de tráfego) e isso constitui concorrência ao metro (que também decresce em passageiros).

Interfaces de transportes

Do ponto de vistas das principais interfaces multimodais de transportes mantém-se o princípio da gestão/ construção atribuída a cada operador ou detentor de infraestrutura, caso das estações rodoviárias de passageiros municipais. Essa realidade conduz a que, sem expansão das respetivas redes/ serviços, não sejam equacionadas novas interfaces de importância metropolitana, até porque também não serão os municípios, individualmente, a promover infraestruturas que interessam a diferentes modos de transportes. Principalmente novas interfaces de tipo ‘P+R’ capazes de aumentarem a dissuasão da entrada automóvel (fundamentalmente viagens pendulares) nas áreas mais pressionadas das cidades servidas por metro ou comboio.

1.4 Diagnóstico para o Crescimento Inclusivo

O crescimento inclusivo, na aceção atribuída pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, assume-se como um padrão de crescimento sustentável que gera novas oportunidades produtivas, constituindo uma prioridade âncora da Estratégia Europeia 2020. A inclusão social - dimensão chave e expressão alternativa nas abordagens do crescimento inclusivo - assume uma extrema e reconhecida importância para a participação ativa das populações nos processos de mudança, para o desenvolvimento dos indivíduos e das organizações e para a competitividade e coesão dos territórios.

A abordagem do crescimento inclusivo na AMP nesta avaliação territorial considerou um conjunto de seis grandes domínios de análise, identificados como essenciais para que todos e todas possam participar do processo de crescimento económico e partilharem os seus benefícios. As conclusões obtidas traduzem uma diversidade de problemas e desafios que se manifestam nas dimensões económica, geracional, social, cultural e territorial e que exigem reflexão e intervenção eficaz nos planos institucional e empresarial, cívico e político.

Pobreza e Exclusão Social

A taxa de risco de pobreza e exclusão social é superior à média da UE27 e, apesar da evolução positiva verificada na última década no País, a expressão das situações de emergência social, o despoletar de novas formas de pobreza, a manutenção de um número relevante de pessoas em privação material (cerca de 151 mil pessoas em 2012 na AMP numa estimativa nossa com base em dados do INE), a persistência de taxas não residuais de analfabetismo e, ainda, a constância de expressivos focos de exclusão social, nomeadamente em bairros dos concelhos mais urbanos, indiciam a presença de fortes tensões ao nível da coesão social interna e problemas de competitividade territorial. A segregação urbana e a conseqüente polarização social têm vindo a ser particularmente evidentes nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos ou Gondomar, segundo a perspectiva dos atores chave contactados na AMP.

A realidade da AMP no que respeita às pessoas em risco de pobreza e exclusão social é diversa, colocando importantes e sérios desafios ao nível da contextualização de intervenções, da concertação de atores, da gestão do conhecimento e, em síntese, da inovação social.

O conjunto de vulnerabilidades identificadas assume toda a pertinência em termos de estratégia de intervenção, na justa medida em que a UE definiu como meta no quadro da Europa 2020, a redução em 20 milhões do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social no contexto da União Europeia, indicando a necessidade de redução de 200 mil pessoas, nas mesmas circunstâncias, em Portugal.

O aumento do número de população sem-abrigo nos centros urbanos de maior dimensão, a duplicação das vulnerabilidades das famílias de baixos rendimentos, nomeadamente das famílias monoparentais, face a situações de risco de pobreza e à capacidade de enfrentar o endividamento bem como o aumento, acelerado e recente, da privação material das famílias, têm contribuído em conjunto para engrossar o caudal da chamada “pobreza envergonhada”. A presença de baixos níveis de participação cultural e associativa da população da AMP associados à emergência de novas formas de pobreza e à ainda débil e pouco eficaz resposta do tecido institucional são também condições favoráveis a uma reprodução geracional da pobreza e da exclusão. Sendo o fenómeno da pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que caracterizam a complexidade do problema em análise. Consideramos, pois, que a inclusão social exigirá uma intervenção holística que passará pelo emprego, pela educação, pela habitação, pela proteção social e inovação, exigindo projetos de recorte setorial e multissetorial.

Contudo, é de relevar que pontuam no território metropolitano focos de inovação social, de empreendedorismo social e dinâmicas de articulação de intervenções, decorrentes, nomeadamente, do lançamento e desenvolvimento, no passado recente, do Projeto “*Empreendedorismo Social na AMP*”, da iniciativa da AMP e, também, do funcionamento das Redes Sociais concelhias cujos agentes foram capacitados e envolvidos no referido projeto. O caminho iniciado na concertação de estratégias e na capacitação técnica das equipas, na divulgação de informação, roteiros e boas práticas e,

entre outros, na disseminação do empreendedorismo social ¹, convive, contudo, com o carácter assistencialista das intervenções, ainda predominante. A existência de públicos carenciados e a descoberto de intervenções e, sobretudo, a margem de progresso, identificada e desejada, na eficácia da cooperação entre atores, exige que se ultrapassem as lógicas atomizadas de intervenção.

Educação

Tal como na área da pobreza e exclusão social, também no que respeita aos indicadores da educação, a evolução bastante positiva verificada nas taxas de escolarização, abandono e insucesso na última década na AMP, não deve permitir desvalorizar a persistência de relevantes problemas no acesso aos benefícios da educação na AMP e, fundamentalmente, a presença e, nalguns casos, agravamento, de disparidades intra território metropolitano e intra concelho.

Verificam-se, de facto, relevantes disparidades intra AMP, em matéria de indicadores de educação (taxas de escolarização, abandono e insucesso, entre outros) que poderão comprometer a sua coesão interna. Adicionalmente, e enquanto área metropolitana com um papel polarizador no contexto regional e nacional, a AMP apresenta níveis de escolarização da sua população residente, nomeadamente ao nível do ensino superior, bastante inferiores à congénere AML.

No ano letivo 2012/2013, na Região Norte, existiam 49 territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP), sendo que 45% (22) se situavam na AMP, situação que evidencia a existência de fortes desafios no campo da educação, da escolarização e do sucesso educativo. De acordo com estudos diversos, os projetos desenvolvidos nestes TEIP têm tido impacto na melhoria das aprendizagens e no combate ao insucesso escolar e reforçam a importância das intervenções locais, devidamente contextualizadas e integradas. Também a Associação Empresários pela Inclusão (EPIS) desenvolve projetos em escolas

¹ São exemplos: A elaboração participativa do Referencial de Ação Social e a adesão a ações orientadas para a valorização do empreendedorismo social na AMP.

da AMP, importando destacar as metodologias inovadoras de intervenção junto dos jovens e comunidade educativa.

Importa, contudo, sinalizar que o abandono escolar precoce na AMP permanece um problema, relativamente ao qual urge intervenções contextualizadas e eficazes. Um sinal da importância desta questão e, nomeadamente dos seus impactos na exclusão social e no acesso à aprendizagem ao longo da vida, é a meta europeia definida para o Abandono Escolar Precoce - 10% -cujo indicador é definido como a “% de população entre os 18 e 24 anos que não estuda e tem no máximo o 9º ano de escolaridade”. Apesar da evolução positiva deste indicador nas últimas duas décadas, e à semelhança do que ocorreu, em média, para o conjunto dos indicadores de educação e escolarização, na AMP, em 2011, cerca de 24 em cada 100 jovens (23,8%) com idade entre 18 e 24 anos tinha, no máximo, o 9º ano de escolaridade e não frequentava o sistema de ensino. Este valor, semelhante ao verificado para o conjunto da Região Norte, está acima da média nacional de 22,1% e é bastante superior ao valor verificado na AML, que se cifra nos 18,8% (INE,2011).

Num passado recente, as análises, reflexões e atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “*Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de projeto educativo metropolitano*”, da iniciativa da AMP, permitiram elaborar e aprovar projetos educativos municipais. Adicionalmente, permitiram equacionar e concretizar estratégias e ações orientadas para a promoção do sucesso educativo, para o reforço da coerência das redes de equipamentos e ofertas, para a cooperação entre a comunidade educativa e, entre outros, para a necessidade de reforçar a coerência da ação educativa no quadro de uma estratégia metropolitana. Urge pois, consolidar estas dinâmicas, alargando o seu âmbito de incidência no quadro de uma estratégia metropolitana de promoção do sucesso educativo, das competências e da aprendizagem ao longo da vida.

Emprego

Relativamente ao emprego, a meta europeia definida para a taxa de emprego da população entre 20-64 anos, é de 75%, fixando-se assim como objetivo para

2020 que 3/4 da população residente com idade compreendida entre 20-64 anos esteja empregada. Este “valor meta” é ainda significativamente superior ao valor encontrado para a taxa de emprego² em 2011 na AMP (64,5%), na Região Norte (cerca de 65%) e também no conjunto do País (69,1%), segundo dados do INE. Deste modo, no território em estudo, o esforço de redução do desemprego e de captação para o mercado de trabalho de desencorajados e inativos terá de ser forte e, considerando o objetivo de cumprimento da meta, mais intenso do que no conjunto do País.

De facto, a AMP registou perdas significativas de emprego nos últimos 5/ 6 anos, o que coloca questões e interrogações sobre a continuidade e perfil da sua (tradicional) vitalidade económica e empresarial. O índice de dependência, medido pela relação entre população inativa e ativa sem emprego e a população empregada, era ainda, em 2011, comparativamente favorável, face ao contexto nacional, mas situava-se em 95%. Reformados, desempregados e estudantes são, por esta ordem, os grupos sociais mais relevantes no conjunto da população residente não empregada.

Os baixos níveis de qualificação e a ausência desta são, ainda, problemas nacionais, regionais e concelhios com expressão e com implicações na empregabilidade, na produtividade, na competitividade e na inclusão social. Podemos constatar que a AMP não se afasta muito do cenário apresentado pelo contexto nacional e pela AML no que se refere à percentagem de trabalhadores não qualificados no total da população residente. Em 2011, a AMP regista uma proporção de 5,62% de trabalhadores não qualificados no total de residentes na AMP, enquanto a média portuguesa atinge os 5,98%, a AML 5,56% e o Norte de Portugal 5,87%. Dentro da AMP, apenas sete dos seus concelhos exibem valores abaixo dos 5,62%.

Também na AMP, o desemprego é um fenómeno que traduz múltiplas realidades sociais e problemas diferenciados, sugerindo a oportunidade e a relevância de reflexões e intervenções em torno da inovação social. Este é também o problema que mais preocupa os atores e instituições da AMP que operam nas áreas da inclusão social. Na AMP, que apresentava um valor médio da taxa de desemprego superior (14,5%, INE 2011) ao verificado no País

²Taxa de emprego=população empregada com idade entre 20-64 anos/ população residente com idade entre 20-64 anos*100

(13,2%; INE, 2011), o desemprego feminino, o desemprego jovem e o desemprego de longa duração, assumem contornos particularmente e comparativamente relevantes.

Envelhecimento

O isolamento, nomeadamente dos idosos, constitui uma problemática central nos desafios do crescimento inclusivo. Pese embora algum dinamismo de uma rede importante de atores de suporte e de apoio social, designadamente nas áreas da infância, da deficiência e da terceira idade e de um relevante conhecimento e capacidade técnica de intervenção social, verifica-se um aumento do número de indivíduos a viver sós e conseqüente ocorrência de fenómenos de solidão e de envelhecimento desprotegido. Face à dimensão destes problemas, revelam-se insuficientes as intervenções específicas e integradas, verificando-se ainda o retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão, em particular, sob efeitos do envelhecimento e da não renovação geracional das vizinhanças.

Inclusão social ancorada nos recursos locais

Neste contexto, e dadas a natureza e a amplitude de desafios que encerra a inclusão social, é fundamental assumir que as assimetrias económicas, sociais e territoriais (intra AMP e intra concelhos) necessitam de respostas diferenciadas no quadro de uma estratégia metropolitana de coesão, sustentabilidade e competitividade. Assim, a escassez de recursos deve ditar uma lógica de intervenção atenta ao local que mobilize competências técnicas e políticas presentes nos territórios, que valorize a concertação de ações, o trabalho em rede, a inovação nos processos e nas respostas, as apostas na qualificação e competências e o empreendedorismo social.

Apoiar política, técnica e financeiramente soluções ancoradas nos contextos e orientadas para a intervenção nas causas dos problemas (educativos, de emprego, de empregabilidade, de pobreza, socioculturais e de exclusão), apostar na capacitação das lideranças de projetos e de instituições e

mobilizar competências diferenciadas para objetivos comuns de coesão e sustentabilidade, parecem ser desafios globais e críticos para a qualidade, a sustentabilidade e a eficácia de uma estratégia metropolitana para o crescimento inclusivo.

Sistema de Transportes e Logística

Transportes em zonas de baixa densidade de procura

Um dos mais importantes estrangulamentos ao desenvolvimento de um sistema de transportes equilibrado e financeiramente sustentável reside no (inexplicável) atraso na definição do quadro legal de enquadramento dos transportes em zonas de baixa densidade de procura, questão que também interessa à AMP dadas as características de uma boa parte dos seus territórios mais afastados do núcleo central.

Esta é pois uma prioridade indiscutível para a RN e para a AMP, até porque a reorganização dos transportes públicos em moldes mais flexíveis e com menos custos para os operadores terá necessariamente que se fazer em sinergia com a organização/ financiamento dos transportes escolares especiais. E esta questão é especialmente relevante porque pode gerar poupança para os orçamentos municipais, com aumento do grau de cobertura do transporte público em zonas desfavorecidas e sujeitas à contração dos próprios serviços e equipamentos públicos de apoio. Por outro lado, os operadores privados também deverão poder aumentar os seus nichos de mercado com novos serviços e com custos de operação compatíveis com a débil procura.

Transportes Escolares Especiais

Não existindo dados concretos tratados sobre os gastos municipais no transporte escolar especial, admite-se que esse valor possa ser próximo do verificado noutros casos estudados e que rondam os 1 500 euros/ aluno e por ano. A racionalização do parque escolar deverá fazer aumentar esta despesa pública, pelo que será de todo conveniente que se equacione este segmento de transporte no âmbito da organização de transportes flexíveis. O resultado deverá ser, por um lado, uma maior integração das soluções de transporte escolar especial no âmbito dos operadores profissionais que assim verão

aumentar a procura e, por outro lado, um alargamento dos benefícios das soluções disponibilizadas para o transporte escolar às necessidades não regulares da restante população, contrariando a desertificação populacional das zonas mais periféricas da AMP.

Diminuição da população "não móvel " e serviços domiciliários

É principalmente nestas zonas que a percentagem de população não móvel apresenta valores inaceitáveis, considerando-se a mobilidade como um direito associado à qualidade de vida de uma comunidade. Segundo o Inquérito à Mobilidade (INE/ DGTT, 2000), 24% da população nos 9 concelhos da então AMP (Grande Porto) não faziam deslocações, valor que no EDV subia para os 33%. Considerando a possibilidade de este valor ter decrescido consideravelmente por evolução do sistema de transportes (oferta), a verdade é que a crise económica e as altíssimas taxas de desemprego devem ter feito regredir este indicador nos últimos anos.

Ora o desenvolvimento de soluções mais flexíveis do lado da oferta deverão permitir aumentar a mobilidade em zonas rurais ou periurbanas de baixa densidade, mesmo que venham a aumentar o número e o tipo de serviços domiciliários correspondendo à tendência de racionalização (encerramento) dos serviços fixos no território.

1.5 Análise SWOT

No seguimento da avaliação territorial desenvolvida no âmbito das análises aos Crescimentos Inteligente, Sustentável e Inclusivo explanadas, interessa proceder a uma sistematização da informação e à apresentação da reflexão global, entretanto, realizada.

Para tal, procedeu-se à elaboração da análise SWOT para a AMP, a qual combina dois níveis de análise tidos como essenciais, concretamente:

Uma análise ao seu ambiente interno, centrada nos seguintes fatores:

- as **Forças** essenciais a valorizar;
- as **Fraquezas** a minimizar ou contrariar.

Uma análise ao ambiente externo, identificando:

- as tendências que se perfilam como **Oportunidades**;
- as tendências que se perfilam como **Ameaças**.

Os elementos que se destacam são então apresentados seguidamente:

FORÇAS

- Considerável capacidade das instituições de I&D da AMP para captarem fundos e liderarem projetos apoiados pelo sistema nacional de financiamento da investigação científica (75% das unidades de investigação avaliadas internacionalmente com "muito bom" ou excelente);
- Presença de alguns centros de I&D universitários e de interface liderando redes de investigação básica e aplicada a nível internacional (nomeadamente nas áreas da saúde e engenharia);
- Presença de indivíduos com perfil de "brokers" intersetoriais, nomeadamente no seio dos interfaces universidade-empresa;
- Fácil acesso a Recursos Humanos e a qualificações avançadas em diversas áreas do saber;
- Apesar de ainda seletivas, crescentes rotinas de cooperação e relacionamento entre universidades e a base empresarial (quer por via de *spin-offs* quer por via de incorporação de tecnologia, conhecimento e design em setores tradicionais), sendo de sinalizar a existência de parcerias exemplares em alguns setores (ex.: calçado, saúde, mobilidade elétrica, ...);
- Presença de empresas de dimensão considerável e de forte perfil exportador, de capitais nacionais e com estratégias empresariais fortemente avançadas e

líderes de setor;

- Dotação bastante considerável de infraestruturas de apoio à base económica (parques empresariais, incubadoras de empresas, etc.) e centros tecnológicos de apoio à base industrial, com forte tradição;
- Existência de sistema de transporte e logística de escala peninsular (porto de mar, aeroporto internacional);
- Melhorias ao nível da conectividade internacional (voos *low-cost* e expansão do aeroporto e do terminal de cruzeiros do porto de Leixões), bem como das acessibilidades intrarregionais (rede viária e navegabilidade do Douro)
- Escala populacional relevante a nível europeu;
- Presença de amenidades avançadas em diferentes domínios relevantes para a qualidade de vida e para a competitividade urbana (cultura, lazer, saúde, educação);
- Existência na AMP de massa crítica no âmbito da investigação científica e da inovação tecnológica para acompanhar a implementação de medidas preventivas e mitigadoras dos diversos riscos associados às alterações climáticas;
- Diversidade e a extensão do território (mais de 10%), ocupados por espaços de grande interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade reconhecidos no *Sistema Nacional de Áreas Classificadas* (SNAC);
- Presença de uma linha de costa com mais de 80 km talhada por praias de grande qualidade (>40 bandeiras azuis), com vários portos piscatórios (Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Aguda, Espinho, etc.), e com um dos portos mais dinâmicos da Península Ibérica - o Porto de Leixões;
- Presença de um importante curso de água regularizado e navegável - o rio Douro - em franca exploração turística valorizadora do património natural, paisagístico e cultural envolvente;
- Existência de bons exemplos de investimentos de iniciativa totalmente privada no negócio da produção de energia a partir da biomassa vegetal, com potencial efeito de demonstração e de incentivo para outros investidores;
- Presença de uma área intensamente urbanizada, que ocupa pouco mais de 20% do território metropolitano mas que está muito consolidada em torno do Porto, cuja dimensão permite os ganhos de escala necessários para a implementação de políticas, ações e projetos com vista a uma maior eficiência energética, uma economia menos delapidadora de recursos naturais e uma melhor qualidade do ambiente;
- Existência na AMP de inúmeros recursos naturais potenciadores da instalação de mais fontes de energia renovável - eólica, ondas, hídrica, biogás e biomassa vegetal - para além das já existentes;
- Uma rede rodoviária principal (IP e IC) que garante altas prestações na acessibilidade metropolitana interna e com o exterior, apesar de alguns estrangulamentos muito pontuais de difícil resolução;
- Existência de uma rede de metro de superfície que consolida um modelo policêntrico para a margem norte da AMP, articulando as principais cidades

com o aeroporto e com as principais gares ferroviárias;

- Existência do Sistema ANDANTE, que promove a intermodalidade por via da integração bilhética entre diferentes operadores de diversos modos e meios de transportes;
- Presença de indicadores demográficos que apontam para a existência de níveis de envelhecimento da população relativamente menores que o verificado no conjunto do País, região do Norte e AML.
- Evolução positiva, nos anos mais recentes, dos níveis de escolarização da população residente no conjunto da AMP, com alguns concelhos a assumirem um peso superior ao valor médio da AMP, e nalguns casos ao do País, de população residente entre 30-34 anos com ensino superior.
- Posição relativamente mais favorável, quando comparado com o País e com a AML, no que respeita ao índice de dependência dos inativos e dos ativos sem emprego em relação à população empregada (95,1%);
- Persistência de redes locais de solidariedade, de familiaridade e de vizinhança possibilitadoras de enraizamento social, económico e comunitário, designadamente em contextos mais rurais e periurbanos da AMP.
- Existência de iniciativas interessantes de intervenção assentes na inovação social, designadamente no tocante às artes performativas e a novas modalidades de agricultura biológica.
- Presença no quadro da AMP e por comparação com o território nacional e AML de menores gastos com habitação em virtude do mercado não ser tão competitivo.
- Evidência dos primeiros frutos de programas integrados de intervenção social, designadamente, a Rede Social.
- Existência de atores e programas de intervenção que associam a integração económica à integração social, designadamente no âmbito de iniciativas de economia social de pequena dimensão por toda a AMP.
- Dinamismo de uma rede de atores de suporte e de apoio social importante, designadamente nas áreas da infância, da deficiência e da terceira idade.
- Relevante conhecimento e capacidade técnica, no domínio da intervenção social, presente no território da AMP, fruto da crescente qualificação das instituições e da modernização da oferta formativa neste setor.
- Penetração progressiva das vantagens de uma estratégia e metodologia de intervenção em rede no tocante à atuação dos diferentes atores com intervenção na área social.

FRAQUEZAS

- De forma geral, fraca presença de instituições de I&D e empresas em redes de I&D internacionais;
- Universidades pouco relacionadas com empresas multinacionais, de forma a integrarem mais ativamente o desenvolvimento das tecnologias a nível europeu e apoiarem o desenvolvimento de clusters em emergência;
- Registo de uma crescente e cada vez mais significativa fuga de talento e cérebros formados na Região;
- Baixas qualificações da mão-de-obra (e da gestão) em variados setores industriais;
- Base económica da AMP revela dificuldades em integrar cadeias de produção de operadores globais;
- Decréscimo recente do número de novas empresas criadas e baixos níveis generalizados de empreendedorismo;
- Fraca capacidade dos agentes sub-regionais de intervenção na definição de políticas de ciência, tecnologia e inovação;
- Fragmentação institucional e debilidades ao nível da afirmação de lideranças regionais e sub-regionais;
- Base de serviços às empresas da AMP (I&D+i, Recursos Humanos, Operações, Marketing, Finanças, Jurídica), essencial para reforçar a inovação e internacionalização da base económica metropolitana, é pouco qualificada e reduzida;
- Imagem da AMP (e da Região) pouco consistente e com fraca notoriedade em termos internacionais, não existindo capacidade de atração de investidores para apoiar a projeção internacional da AMP;
- Grande diversidade e iniquidade de padrões de qualidade de vida entre a coroa metropolitana centrada no Porto e no litoral entre a Póvoa do Varzim e Espinho, e o interior, o sul e o sudeste da área metropolitana;
- Ausência de espaços verdes nas áreas densamente urbanizadas tanto no que respeita ao número de árvores, como de fachadas e telhados verdes, que possam cumprir funcionalidades múltiplas;
- Enorme fragmentação dos usos do solo, na envolvente da coroa metropolitana, é geradora de uma grande conflitualidade de uso, sobretudo nas fronteiras edificado residencial-indústria-produção florestal-agricultura;
- Redução do número total de explorações agrícolas, assim como da dimensão da população agrícola familiar, marcando um processo de desruralização acelerado;
- Elevado número de fogos florestais e a grande extensão de área ardida anualmente, sobretudo nas áreas de fronteira edificado residencial-indústria-produção florestal-agricultura;
- Intensificação de processos erosivos na orla costeira, em resultado da inúmera pressão antrópica e de diversas obras de artificialização da linha de costa;
- Preocupante contaminação dos solos, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, provocada por focos muito diversos (agricultura, pecuária e

indústria), e muito dispersos no território;

- Algumas lacunas graves na oferta de serviços de abastecimento público de água, saneamento básico, tratamento de águas residuais, recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos e na sua valorização;
- Uma mobilidade urbana e regional excessivamente assente no transporte individual, conjugada com uma rede intra-concelhia incipiente e mal servida por transportes públicos;
- O modelo híbrido da rede de metro na AMP, com dificuldades de clarificação quanto às tendências futuras de expansão - mais 'antenas' de grande extensão territorial ou reforço da rede na(s) cidade(s) central;
- Altas taxas de utilização automóvel na generalidade das cidades da AMP, o que contribui para dificultar a evolução da repartição modal;
- Existência de uma crescente diminuição do peso relativo da população com menos de 15 anos no conjunto da AMP e presença de concelhos, mais rurais, fortemente envelhecidos;
- Incremento da saída para o estrangeiro da população ativa jovem em busca de emprego e melhores condições de vida;
- Fortíssimas disparidades intrarregionais e intraconcelhias na AMP, em matéria de indicadores de educação (taxas de escolarização, abandono e insucesso, entre outros) que poderão comprometer a sua coesão interna;
- A AMP apresenta níveis de escolarização da sua população residente, nomeadamente ao nível do secundário e do superior, bastante inferiores à congénere AML;
- Forte expressão do desemprego de longa duração e do desemprego pouco escolarizado;
- Forte diminuição do emprego acompanhada por uma destruição líquida de sociedades e um número expressivo de insolvências.
- Aumento do número de indivíduos a viver sós e conseqüente emergência de fenómenos de solidão e de envelhecimento desprotegido, a que se associa uma insuficiência de intervenções específicas e integradas neste domínio.
- Retraimento de algumas redes de solidariedade local designadamente nos concelhos mais urbanos e de maior dimensão;
- Duplicação das vulnerabilidades das famílias de baixos rendimentos, nomeadamente das famílias monoparentais, face a situações de risco de pobreza e à capacidade de enfrentar o endividamento.
- Aumento acelerado da privação material das famílias, descobrindo fragilidades de sobrevivência face a despesas de aquecimento, comunicação e alimentação quotidianas;
- Presença de baixos níveis de participação cultural e associativa da população da AMP, condicionando soluções mais inovadoras de intervenção social e de *empowerment*.
- Emergência de novas formas de pobreza e conseqüente incapacidade de resposta do tecido institucional;
- Persistência de um conjunto assinalável de instituições com respostas

sociais muito assentes num formato “clássico” de intervenção social em detrimento de novas respostas mais integradas setorial e geracionalmente.

- Tenacidade de problemas habitacionais ligados à sobrelotação ou à habitação social nos contextos mais urbanos;
- Aumento do número de população sem-abrigo nos centros urbanos de maior dimensão.

OPORTUNIDADES

- A Racionalização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional poderá contribuir para a formação de massa crítica ao nível da I&D+i na AMP;
- As estratégias europeias de financiamento estrutural e a política de coesão colocam a tónica na qualificação do miolo empresarial e nos incentivos à base económica e à inovação;
- A relevância conferida pela UE às políticas de valorização de recursos endógenos e de competências específicas das regiões;
- O crescimento económico noutras partes do globo (ex.: Ásia, América Latina, África) poderá contribuir para alavancar exportações e abre novas oportunidades para as indústrias da AMP;
- A aposta, europeia e nacional, no desenvolvimento de fontes de energia renováveis, numa economia hipocarbónica e na prevenção e mitigação dos riscos associados às alterações climáticas;
- O maior interesse internacional pelo património paisagístico, natural e cultural gera oportunidades para o desenvolvimento na AMP de um leque diversificado de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreio;
- A existência de diretivas europeias destinadas a aliviar os impactos negativos dos espaços urbanizados no clima poderá gerar oportunidades no desenvolvimento de iniciativas de eficiência energética dos edifícios, eco-labeling, eco-design, arquitetura bioclimática, etc.;
- A existência de um contexto favorável para o desenvolvimento urbano sustentável coloca oportunidades para o desenvolvimento, na AMP, de políticas e projetos de regeneração urbana diferenciadores, mais verdes e sustentáveis;
- As prioridades conferidas à sustentabilidade ambiental, energética e financeira dos sistemas de transportes públicos e privados abre perspectivas a políticas urbanas de maior articulação entre uso do solo e transportes;
- Face ao congelamento dos investimentos no sistema ferroviário de altas prestações, há tempo para reavaliar convenientemente as propostas para a configuração do modelo desejável para as estações de Alta Velocidade na AMP e sua configuração alinhada com uma estratégia urbana que potencie o núcleo central da aglomeração;
- A aposta e lançamento, a nível europeu e nacional, de programas de empreendedorismo social e de inovação social como forma de gerar alternativas face ao mercado tradicional;
- A continuidade de alguns instrumentos de política educativa que contribuem para a coesão social, como é o caso dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária;
- A relevância, no quadro da Estratégia Europa 2020, à coesão social e ao crescimento inclusivo como pilar de sustentabilidade;
- A crescente priorização dos agentes nacionais e regionais, públicos e privados, a ações em prol da coesão social, contextualizadas e ajustadas às necessidades e perfis dos públicos-alvo;

AMEAÇAS

- A crise económica nacional e a incerteza relativa ao quadro fiscal e regulativo nacional configuram um contexto hostil ao investimento (nacional e estrangeiro);
- A contração da procura internacional dirigida aos segmentos de procura da maioria das empresas exportadoras da AMP, sobretudo nos clusters mais maduros;
- Forte concorrência das economias dos países em desenvolvimento ou emergentes nas áreas dos clusters existentes na AMP;
- A expectável continuidade no que respeita às restrições ao crédito e financiamento às empresas e à inovação;
- A fraca perceção dos riscos associados aos paroxismos climáticos e de compreensão da comunicação deste risco;
- A ineficácia das políticas de prevenção, acompanhamento e mitigação dos inúmeros riscos climáticos por inexistência de um *dowscaling* na análise;
- O contexto de crise económica, que aumenta os níveis de vulnerabilidade em matéria de saúde e acesso aos recursos existentes, e é potencialmente desmotivador da monitorização dos impactes ambientais gerados por atividades tendencialmente delapidadoras do ambiente;
- A menor prioridade conferida pelas políticas europeias e nacionais a investimentos em infraestruturas de que a sub-região ainda carece para melhorar os seus padrões de qualidade de vida;
- A complexidade da legislação florestal associada aos frequentes e inúmeros fogos florestais, desincentivando investimentos e o desenvolvimento do setor na sub-região;
- A forte redução do investimento público na mobilidade metropolitana, com implicações na sua sustentabilidade e eventual atraso na resolução de alguns estrangulamentos na rede viária nacional e na organização/ gestão de uma rede intermédia de correspondência principal/ local;
- A inércia na criação do quadro legal para a operação de transportes que permitam maior flexibilidade aos operadores em áreas de baixa densidade de procura, num quadro de diminuição dos serviços e equipamentos de apoio local nas áreas mais rarefeitas;
- O contexto de crescentes dificuldades de sustentação do Estado Providência português, designadamente por efeito da crise económica, evidenciando crescentes problemas de sustentabilidade da Segurança Social;
- A diminuição generalizada das prestações sociais, do seu montante e da sua abrangência;
- A predominância do assistencialismo enquanto prática reiterada de integração social, que limitará/condicionará a adoção e implementação de abordagens de outra natureza;
- Os desajustamentos entre as orientações de política social europeia (Microcrédito e Progress) e a realidade efetiva da sua implementação em Portugal;
- A ausência de uma política nacional de educação e formação de adultos;

2. Quadro Estratégico AMP 2020

De acordo com a abordagem adotada, temos então três níveis de definição estratégica, que se consubstanciam nas seguintes componentes principais:

- no estabelecimento da **Visão** para AMP, a qual expressa as ambições e as alavancas a serem assumidas e mobilizadas por todos os *Stakeholders* envolvidos na construção do futuro deste território. Expressa-se, desta forma, o que a AMP aspira ser no horizonte temporal 2014-2020;
- nos novos **Desafios** que relativamente aos **Crescimentos Inteligente, Sustentável e Inclusivo** se colocam à AMP com que se propõe enfrentá-los;
- na adoção como **Objetivos Estratégicos** para a AMP os **Objetivos Temáticos** definidos pela União Europeia para o próximo ciclo de programação dos fundos estruturais, decisão que, não obstante condicionar a estratégia, garante a coerência com a estratégia Europa 2020 ampliando as possibilidades de financiamento das intervenções propostas;
- por fim, os **Objetivos Temáticos** desdobram-se em **Objetivos Específicos** que interpretam e concretizam os primeiros no território da AMP.

Para a construção do Plano de Ação, identificam-se **Eixos de Intervenção**, expressando focos de iniciativa para pôr em prática e para materializar e ancorar a estratégia.

Estruturaram-se, desta forma, os elementos que sustentam o modelo de desenvolvimento que se pretende pôr em prática na AMP, tendo-se procurado garantir a coerência e consistência do quadro estratégico proposto, adequando as respetivas opções ao diagnóstico realizado e ao quadro estratégico de referência considerado (Proposta de Acordo de Parceria e Norte 2020).

Houve, igualmente, uma preocupação, ao nível do desenho da estratégia de intervenção, de privilegiar propostas abrangentes e sustentáveis, que articulem os recursos e competências do território, e que promovam complementaridades de intervenção, contribuindo assim para garantir maiores níveis de viabilidade.

Tudo isto procurando sempre incorporar as principais aspirações dos agentes locais e regionais, no sentido de incentivar e alavancar uma ação conjunta que se revela vital na concretização e legitimação da estratégia a implementar na AMP.

2.1 A Visão para o Território da AMP

Visão da AMP no horizonte 2020

Metrópole que com base nos seus ativos únicos, assim como nas suas especializações competitivas, afirma a sua resiliência e capacidade de desenvolvimento sustentável, através da qualidade das ideias que estimula, da inovação que promove, das oportunidades que cria, da qualidade de vida que oferece e das sinergias que é capaz de gerar em contextos globais.

Visão para o Crescimento Inteligente

Metrópole que alavanca a sua posição estratégica no dinamismo económico e empresarial, voltado para as exportações de produtos e serviços e a internacionalização, através de atividades inovadoras e de alto valor acrescentado, assumindo-se como polo dinamizador e integrador capaz de reforçar, expandir e ancorar as redes de inovação da Região Norte de Portugal, do Noroeste Peninsular e do Arco Atlântico.

Visão para o Crescimento Sustentável

Metrópole saudável, eficiente, multigeracional e em diálogo com o Atlântico e a Europa. Pela sua posição geográfica, dimensão cultural e ambiental, e, pela diversidade e valor do seu património natural e paisagístico afirma-se enquanto espaço cosmopolita, atrativo e de qualidade de vida onde, com o uso do conhecimento e da inovação, será evitada a delapidação dos recursos naturais.

Visão para o Crescimento Inclusivo

Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusivo, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.

2.2 Os desafios da AMP no horizonte 2020

Crescimento Inteligente

A AMP confronta-se, hoje, com um conjunto de desafios, entre os quais destacam-se:

- abrir as portas para o exterior, rompendo com os constrangimentos existentes, promovendo uma maior integração e mobilidade intrarregional e inter-regional e favorecendo o contexto de suporte às atividades económicas;
- desenvolver e consolidar uma imagem forte e geradora de atratividade internacional (verde, mar, património, qualidade de vida, baixos custos de contexto) para talento e investimento;
- desenvolver, reter e atrair competências e talento capazes de potenciar os sectores de atividade consolidados e desenvolver novos negócios num ambiente competitivo internacional;
- aprofundar a capacidade de absorção do conhecimento desenvolvido pelas instituições de ensino superior e de I&D por parte das empresas da região, o que passa por reforçar a internacionalização de capital humano altamente qualificado e pelo reforço das redes externas de interação com as instituições do sistema científico da região e de outras escalas territoriais.

Não obstante não se perspetivar uma dotação de fundos estruturais significativa para a ação autárquica neste domínio, o papel da administração local e regional é crucial:

- na criação de condições de contexto (melhor mobilidade, melhor qualidade de vida, menor burocracia, melhor ambiência urbana) que tornem a região competitiva em termos internacionais;
- como cliente das empresas locais através de políticas inteligentes de compras públicas e de projetos bandeira;
- na colaboração na promoção internacional de uma marca para atração de investimento e de iniciativa empresarial estrangeira de alta qualidade que permita fixar as competências e talento criados na região;

- como facilitador da governança metropolitana e da criação de redes locais de inovação.

A maioria dos projetos e ações terão de ser levados a cabo em parceria estreita com os *stakeholders* que devem liderar o desenvolvimento económico (empresas, associações empresariais) e aqueles dos quais depende a geração de conhecimento e tecnologia que permita que esse desenvolvimento seja gerador de emprego qualificado, produtos e serviços competitivos a nível internacional (universidades, politécnicos, institutos de investigação, incubadoras de empresas *spin-off*).

Só assim, será possível construir na AMP a hélice quádrupla (empresas-universidade-administração pública-utilizadores) capaz de transformar o tecido económico e social, como apontam as estratégias de crescimento inteligente-sustentável-inclusivo.

Desafios para a inovação e especialização inteligente

A política de inovação “*place-based*” e de especialização inteligente deve focar-se:

- na valorização de recursos endógenos;
- no apoio seletivo à mudança estrutural das suas indústrias e serviços;
- no apoio à internacionalização da base científica e empresarial;
- na organização de um novo modelo de governança e monitorização.

Na AMP, a valorização dos recursos endógenos e a intensificação tecnológica das suas indústrias passa pelo fortalecimento da capacidade científica instalada na metrópole. Assim, seguindo a lógica de especialização inteligente, deverão ser realizadas apostas fortes e seletivas em domínios relacionados e com potencial distintivo na metrópole.

Uma aposta de especialização inteligente - que visa aprofundar estratégias de inovação anteriores - passa também por reter e atrair talento na e para a metrópole, evitando a destruição de recursos de conhecimento e potenciais de inovação construídos ao longo do tempo.

Os domínios de especialização identificados têm dotações de conhecimento, atividades e atores que as corporizam, bem como infraestruturas especializadas de suporte (parques tecnológicos, centros de investigação e incubação

especializados e plataformas de eficiência coletiva e *clusters*) e trajetos de interligação com outros domínios de atividade na região.

Os domínios a visitar e apostar são:

- Ciências da Saúde;
- Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE);
- Tecnologias de Largo Espectro;
- Agroalimentar;
- Moda;
- Indústrias Criativas;
- Turismo;
- Indústrias da Mobilidade;
- Mar;
- Madeira, Mobiliário e Cortiça;
- Energia.

Estes domínios de especialização devem encorpar uma estratégia de especialização inteligente para a metrópole. Todos possuem capacidades instaladas (de produção e/ou aplicação de conhecimento, com diferentes combinações de recursos) e atores representativos. Estão conectados com redes de excelência internacional (ainda que alguns precisem de maior dimensão internacional) e dinamizam estratégias de “*cluster*” e eficiência coletiva nacional e regional (com graus de maturação distintos).

Alguns dos domínios de especialização não são únicos ou particularmente distintivos no seio do espaço económico e de inovação europeu (com exceção das atividades relacionadas com recursos naturais e patrimoniais - e.g. mar, cortiça). As atividades ancoradas na região permitem complementar e interagir virtuosamente com ativos de inovação presentes noutras regiões europeias (saúde, TICE, tecnologias de largo espectro e mobilidade). Além disso, quando combinados com indústrias tradicionais locais, apresentam fortíssimos potenciais de intensificação tecnológica e diversificação relacionada (e.g. tecnologias de largo espectro nos setores do calçado, equipamentos e mobilidade; design e criatividade no domínio da moda; ciências da saúde e biotecnologia nas plataformas agroalimentares).

Uma estratégia de especialização inteligente de nível sub-regional que valorize este potencial de recursos será necessariamente intensiva na organização de modelos de governança. Implicará a formatação de modelos de gestão e de parceria com entidades de governo nacional, o envolvimento de um maior e diversificado número de atores e o alinhamento de novos sistemas de incentivos e monitorização.

A internacionalização das redes de inovação, a atração de IDE como forma de alargar a escala de inovação e um forte apoio às PME no seu processo de internacionalização, mostram-se essenciais.

Neste contexto, as instituições de ensino superior e as unidades de investigação, pela concentração de recursos e pela sua abertura aos processos de inovação em curso, são atores privilegiados para apoiar os processos de inovação das PME.

Desafios do Sistema de Transportes e Logística para o Crescimento Inteligente

Face ao diagnóstico realizado para o setor em termos dos aspetos relacionados com o aumento da ‘inteligência’ associada ao sistema de transportes e logística, é possível agregar os problemas identificados em 5 DESAFIOS considerados essenciais:

Políticas mais assertivas e com maior protagonismo da AMP

Contrariando a forma de atuar em que a um modo/ meio de transporte corresponde uma empresa e uma decisão isolada, concentrando em alguns casos no mesmo centro de decisão o planeamento sobre a infraestrutura e a organização da própria oferta do serviço. Políticas urbanas e de transportes mais discutidas, participadas e articuladas entre si, assim como entre diferentes níveis de decisão (local, metropolitano, regional e nacional). Colocam-se, neste âmbito três desafios:

- Melhor organização na construção das decisões;
- Coordenação entre diferentes escalas;
- Mais discussão e participação de diferentes atores.

Gestão mais integrada e inovadora do Sistema de Transportes

Estes 2 desafios consubstanciam uma visão para AMP que assenta numa estratégia baseada numa **gestão mais integrada e inovadora do sistema de transportes**, com garantias acrescidas de mais estudo e conhecimento, mais articulação entre o uso do solo e os investimentos em infraestruturas e serviços de transportes públicos e com ganhos claros na eficiência do sistema traduzida por mais utilizadores, menores custos das tarifas e também menos custos de operação

- Mais parcerias de colaboração entre instituições de ensino superior, empresas e municípios;
- Aprofundamento das tecnologias de apoio à integração bilhética e à intermodalidade.

Crescimento Sustentável

Diminuir a vulnerabilidade aos riscos climáticos

Diminuir a vulnerabilidade aos riscos climáticos na AMP é um repto que se impõe com grande pertinência porque as modificações no comportamento do sistema climático têm sido cada vez mais severas e frequentes. Os episódios de calor e frio extremo, de secas e precipitações intensas e de ventos demasiado velozes têm-se revelado especialmente perigosos porque afetam um território e uma sociedade inadaptada e, por isso mesmo, muito vulnerável.

Todavia, para ultrapassar este desafio é necessário primeiro melhorar a literacia climatológica, isto é, informar, formar e treinar as pessoas a observarem com mais atenção e respeito a variabilidade intrínseca ao sistema climático. Conhecer e comunicar adequadamente este risco é uma tarefa por fazer em Portugal e onde a AMP tem todas as condições para se tornar num *benchmark* nacional. Só depois será possível incentivar o ajustamento dos comportamentos e dos modos de vida a algumas inevitabilidades. Para isso, é necessário identificar as características climáticas locais e regionais e divulgar essa informação por toda a sociedade. Finalmente, é imprescindível atuar tendo em consideração as características individuais - de saúde, etárias, sociais, culturais, económicas, ambientais, etc. - pois estas podem gerar um aumento considerável dos níveis de vulnerabilidade mesmo perante cenários climáticos habituais.

Reduzir a enorme dependência energética

A redução da dependência energética de fontes não renováveis e o estímulo da eficiência é um desafio que está muito mais na esfera de responsabilidade dos decisores do que das pessoas. Implica uma mudança estrutural nos envelopes que acolhem as funções residenciais, industriais e de comércio e serviços, que na maioria dos casos foram concebidos no pressuposto de que com *inputs* de energia e tecnologia seria possível recriar qualquer padrão de conforto bioclimático *indoor*. Tal como acontece nos edifícios, na planificação da maioria das atividades também não existiu, à partida, uma preocupação com a eficiência energética. Isto, obriga agora a desencadear um esforço redobrado no sentido de reformular a maioria das opções sem prejudicar o ritmo de crescimento, a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos seres humanos e do ecossistema. Às pessoas cabe compreenderem os inúmeros impactes negativos para si próprias, para a economia e para o ambiente resultantes das opções assumidas e encetar faseadamente as modificações comportamentais mais adequadas ao uso racional da energia sem perder qualidade de vida e conforto.

A AMP tem um potencial de aproveitamento dos recursos naturais para a produção de energia, já instalado e a instalar, que é grande e diversificado. Além disso, existem duas experiências bem consolidadas no domínio da congregação de esforços com vista ao cumprimento do *Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis* e do *Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2020*. A AdeEPorto e a EnerGAia pretendem aumentar a eficiência energética em 20% e garantir a redução das emissões de gases com efeito de estufa de 20%, para 2020.

Urge, todavia, expressar desde já esta nova escolha, quanto ao tipo de fonte e ao modo como a energia é utilizada para alimentar o crescimento económico, cabendo aos decisores políticos dar exemplos muito claros da sua determinação no cumprimento deste objetivo e criando condições para incentivar as boas práticas neste domínio. Estes “exemplos” têm de incluir modificações estruturais do edificado que está na sua posse no sentido do conforto bioclimático, na criação de “vias verdes” nos procedimentos de licenciamento de projetos energeticamente eficientes, e, na informação e comunicação apelativa dos custos-benefícios de todas as soluções mais inteligentes disponíveis no mercado.

Melhorar a oferta de saneamento básico, a qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos

A AMP, pese embora o extraordinário esforço de melhoria que houve na última década quanto à oferta de saneamento básico, à implementação de medidas, ações e projetos para a promoção qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos, continua a ter ainda, algumas lacunas graves e sobretudo, uma desigualdade interna indesejável que é urgente mitigar.

No saneamento básico existem carências infraestruturais e de equipamentos no abastecimento de água, na rede de drenagem de esgotos e de águas pluviais e no tratamento de águas residuais que prejudicam seriamente o cumprimento das metas de qualidade para o ambiente. Nalguns casos trata-se de fazer pela primeira vez mas noutros é necessário redimensionar, reparar ou modernizar o que já existe. Tanto mais que a persistência deste quadro para além de ter sido um entrave ao cumprimento dos objetivos do PEEASAR II (2007-2013), é uma das razões da contaminação do ar, dos solos e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos na AMP.

No caso dos resíduos sólidos é fundamental mudar os termos de referência sobre o modo como são interpretados pela sociedade. De desperdício têm de passar definitivamente a recurso valorizável. E, na AMP, é ainda necessário investir na melhoria dos sistemas de recolha, tratamento, valorização e deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), procurando uma maior fusão dos sistemas e a partilha de infraestruturas e experiências que promovam efetivamente a redução dos desperdícios e a sua valorização enquanto recursos cumprindo os desafios do PERSU II. Existem ainda, na AMP, deficiências graves nas soluções de recolha, tratamento, reutilização, valorização e deposição dos RSI's e dos RPP's.

No caso da qualidade do ar, ultrapassada a etapa da instalação da rede de monitorização e analisados os resultados, é preciso passar a reconhecer também a heterogeneidade do território e adequar a rede de monitorização - número, tipo e valências - às características das principais fontes poluidoras para que seja efetivamente possível concretizar as orientações determinadas: i) no *Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020/2050*; ii) no *Programa Nacional para as Alterações Climáticas - 2020*; iii) nos *Planos Sectoriais de Baixo Carbono*; iv) no Decreto-Lei 193/2003 para os tetos de emissão de SO₂, NO₂, COVNM e NH₃, independentemente da fonte; v) nas orientações do *Clean Air For Europe (CAFE)*,

para a redução dos poluentes geradores de riscos para a saúde humana (O3, SO2, NO2, NH3 e PM2,5); vi) no alargamento do controlo integrado da poluição (PCIP) para unidades de combustão <50MWth, para os transportes e para a agricultura.

No que diz respeito à qualidade do solo e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos é, também, necessário delimitar diversos focos de poluição difusos de origem sobretudo agropecuária e industrial e implementar medidas de mitigação que permitam a contenção da degradação e a sua reabilitação.

Proteger e repor a biodiversidade e reabilitar os espaços ambientalmente degradados

A qualidade, valor e raridade dos habitats das inúmeras áreas de interesse natural para a conservação da natureza e da biodiversidade e com elevado interesse cultural existentes e classificadas na AMP que ocupam mais de 10% do território estão atomizadas e dispersas por um tecido urbano-industrial e agroflorestal demasiado fragmentado que prejudica a sua manutenção, preservação, visibilidade e valorização.

Tratando-se de elementos decisivos para a coesão social, cultural e económica da AMP, é premente encontrar soluções de articulação entre eles, através da criação por exemplo de corredores, e de integração e coerência que lhes acrescentem valor, favorecendo e motivando ao mesmo tempo a reabilitação dos espaços envolventes.

Integrar harmoniosamente as áreas de baixa densidade e os espaços intensamente urbanizados

A excessiva fragmentação do território de baixa densidade e de povoamento disperso, correspondente a cerca de 70% da AMP, padece de uma conflitualidade nos usos que está na origem de vários riscos naturais e tecnológicos e de delapidação do solo, dos recursos hídricos e do ar, muitas vezes impercetíveis.

Será, portanto, essencial ordenar esta parcela do território adotando uma perspetiva holística e atribuindo-lhe as complementaridades necessárias ao espaço urbano já consolidado. Os espaços agroflorestais devem ser alvo de um ordenamento eficaz e, para a animação da economia e a criação de emprego qualificado, devem ser criadas outras áreas de negócio complementares no domínio das atividades lúdicas, recreativas e de preservação identitária e cultural. Assim, será possível transformar este atual *backyard* metropolitano num espaço

vivido altamente tributário para uma metrópole inteligente, inclusiva e sustentável.

Desafios para o Sistema de Transportes e Logística para o Crescimento Sustentável

Face ao diagnóstico realizado para o setor em termos dos aspetos relacionados com o aumento da ‘sustentabilidade’ associada ao sistema de transportes e logística, é possível agregar os problemas identificados desafios considerados essenciais, organizados em 5 grandes questões ou grandes desafios.

Aprofundamento dos instrumentos para a gestão da mobilidade

Três desafios formatam uma grande questão estratégica para AMP assente no **aprofundamento dos instrumentos para a gestão da mobilidade**, centrada na orientação da procura para a diversidade de soluções, recorrendo a novas tecnologias de obtenção de dados e conhecimento da procura, assim como de divulgação da oferta disponível tendo em vista aumento da mobilidade de pessoas e bens sem aumento da pegada ambiental e energética, otimizando recursos públicos e investimentos realizados.

- Conhecer o padrão de mobilidade e avaliar a sua evolução pós metro;
- Mais informação ao público sobre oferta e intermodalidade;
- Mais tecnologia de apoio à mobilidade e sua monitorização.

Resolver estrangulamentos nas macro Infraestruturas de transportes

Seis desafios garantem para AMP uma estratégia capaz de, através de obra nova e da gestão mais racional da existente, **resolver estrangulamentos nas macro infraestruturas de transportes** que possam comprometer o seu desempenho e o papel exportador da AMP e da RN nos próximos anos, no atual contexto de fortes limitações ao investimento público (designadamente em infraestrutura rodoviária), contando com a prioridade dada a determinadas componentes do setor portuário e ferroviário pelo PETI.

- Manutenção/ aumento de rotas a partir do aeroporto;
- Aumento da capacidade de movimento de contentores em Leixões;
- Resolver aumentos de capacidade na ferrovia pesada;
- Prosseguir o investimento em plataformas logísticas;

- Resolver carências pontuais de acessibilidade rodoviária;
- Aumento da capacidade de atracagem de barcos turísticos no Douro.

Sustentabilidade financeira dos transportes públicos

Três desafios consubstanciam uma grande questão estratégica para AMP que assenta na **sustentabilidade financeira do sistema de transportes** públicos e privados, condição que a prazo permitirá novos investimentos nos sistemas com mais impacto na sustentabilidade ambiental e energética, como seja o transporte ferroviário ‘em sítio próprio’, sendo certo que este desígnio só poderá ser alcançado com uma alteração profunda do posicionamento dos municípios perante o problema do financiamento público.

- Contratualização de serviço público de transportes na AMP;
- Participação municipal no financiamento dos transportes públicos;
- Operadores de transportes coletivos financeiramente mais sólidos.

Metrópoles com menores taxa de utilização automóvel

Oito desafios consubstanciam outra questão estratégica para a AMP que assenta numa **metrópole com menores taxas de utilização automóvel** nas deslocações intraurbanas e interurbanas (internas e com o exterior) melhorando dessa forma a evolução da repartição modal no sentido do maior equilíbrio e diversidade (por abaixamento das viagens individuais motorizadas), tendo em vista um território ambiental e energeticamente mais sustentável, assim como a qualificação do espaço público.

- Gestão dos espaços-canal e do estacionamento;
- Aumentar a intermodalidade e a multimodalidade;
- Aumentar a importância do transporte ferroviário pesado na AMP;
- Alargamento das redes de ferrovia ligeira e ferrovia ultraligeira e sua antecipação em pré-metro;
- Melhorar gestão do estacionamento nos centros das cidades a par de maior impulso na regeneração urbana;
- Incrementar os modos suaves de deslocação;
- Melhorar a logística do abastecimento urbano nas zonas de forte concentração de comércio;
- Qualificar o espaço público nas urbanizações de forte densidade residencial.

Território metropolitano com um plano para a rede rodoviária

Dois desafios consubstanciam outra questão estratégica para a AMP que assenta num **território metropolitano com um plano para a Rede Rodoviária Intermédia** e integrável numa futura rede regional de estradas, resolvendo simultaneamente insuficiências de acessibilidade que não respeitam à rede nacional e monitorizando as condições de segurança e conservação da rede atual.

- Colmatar insuficiências na utilização da rede rodoviária intermédia;
- Planeamento e gestão da rede rodoviária intermédia.

Crescimento Inclusivo

Planear e gerir estrategicamente à escala metropolitana

Este desafio, que se encontra associado ao exercício das competências atribuídas às Áreas Metropolitanas, ganha relevância e oportunidade na AMP, nomeadamente nas áreas da educação e da ação social, em resultado das dinâmicas e do conhecimento gerados na construção e execução de projetos que apelaram a uma partilha de recursos, ao *benchmarking*, à identificação de intervenções socialmente relevantes e transformadoras e à capacitação institucional.

Estruturar e desenvolver, à escala metropolitana, referenciais estratégicos nas áreas do crescimento inclusivo, constitui um desafio chave à afirmação do papel da AMP no contexto regional, nacional e ibérico, enquanto agente de desenvolvimento territorial e promotor da eficiência e qualidade na aplicação de recursos.

Estes referenciais estratégicos, organizados como respostas a problemas identificados no diagnóstico estratégico e reconhecidos como estrangulamentos à competitividade e à inovação na AMP, deverão estar vinculados às especificidades dos públicos-alvo e escalas territoriais (no espaço urbano e no espaço rural) e ser capazes de ancorar a territorialização das políticas públicas setoriais, por um lado e, por outro lado, promover uma identidade na abordagem às questões da inclusão.

Cooperar e valorizar redes e parcerias

As intervenções no domínio da ação educativa e formativa, do emprego e empregabilidade, da ação social e do combate à exclusão e à pobreza exigem, por um lado, recursos diversos - informação, conhecimento, ferramentas de trabalho, competências, financiamento, gestão, lideranças, entre outros - e, por outro lado, uma mobilização personalizada e contextualizada desses recursos, em função da tipologia de destinatários e das problemáticas. As parcerias e o trabalho em rede potenciam a cooperação de competências e recursos em torno da resolução de problemas e uma maior inovação na construção de respostas.

Neste contexto, constitui um desafio importante capitalizar e promover o trabalho em rede, nomeadamente ativando parcerias já criadas nos domínios social, da empregabilidade e da educação/ formação, com o objetivo de reforçar a coerência e o valor acrescentado das estratégias e das práticas de intervenção.

Reduzir o desemprego e promover a empregabilidade

A taxa de emprego da população entre 20-64 anos, na AMP, em 2011 (64,5%) afastava-se significativamente da meta europeia. O desemprego é expressivo, quer nas faixas etárias jovens quer nos mais de 55 anos, tendo-se verificado, entre 2009 e 2012, um crescimento de 27,6% no número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da AMP. O desemprego de longa duração e o desemprego pouco escolarizado constituem dimensões que agravam o impacto deste fenómeno já por si complexo.

A redução do desemprego, a criação de condições de participação e permanência dos ativos no mercado de trabalho, o desenvolvimento de políticas segmentadas de inserção profissional e o apoio à criação de empresas e novos empregos, constituem desafios fundamentais de coesão social no território da AMP.

Promover o sucesso escolar e a aprendizagem ao longo da vida

A meta europeia de escolarização da população residente -“população residente com idade superior a 24 anos com, pelo menos, o ensino secundário completo” - é de 75%. De acordo com os dados do INE em 2011, o valor deste indicador para a AMP era de 28,7%, indicando o ainda longo caminho que tem de ser percorrido pela AMP, e pelo País em geral, no que respeita aos níveis de escolarização da população residente com idade superior a 24 anos. O abandono escolar precoce, cujo indicador é definido como a “% de população entre os 18 e 24 anos que não

estuda e tem no máximo o 9º ano de escolaridade” é ainda muito significativo na AMP (23,8%).

Considerando o impacto dos níveis de educação e qualificação, quer no desenvolvimento de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, quer na participação no mercado de trabalho e na vida em sociedade, este desafio assume particular significado. Pese embora o esforço e resultados atingidos ao longo dos últimos anos em matéria promoção da escolarização, do sucesso escolar e do combate ao abandono, o ritmo de evolução exigido e necessário à melhoria dos níveis de competitividade, coesão social e desenvolvimento económico, tem de ser superior.

Reduzir a população excluída e em situação de pobreza material

Cumprir a importante meta da diminuição de 200 000 pessoas da situação de pobreza no território nacional, exige, tendo em conta a expressão dos problemas verificados na AMP, a atribuição de prioridade a programas e ações estruturados, orientados para o combate aos problemas sociais ligados às baixas qualificações, às baixas condições de participação e cidadania, às fraturas rural/urbano, à emergência de novas pobrezas, nomeadamente as associadas ao desemprego de longa duração, e ao envelhecimento desprotegido.

2.3 Objetivos Estratégicos e Específicos

Atendendo às exigências decorrentes da estratégia Europa 2020, e mais concretamente das suas três prioridades em termos de Crescimento (Inteligente, Sustentável e Inclusivo), bem como do quadro estratégico estabelecido, foram adotados como **Objetivos Estratégicos** para a AMP, os **Objetivos Temáticos** definidos pela União Europeia para o próximo ciclo de programação dos fundos estruturais, decisão que, não obstante condicionar a estratégia, garante a coerência com a estratégia Europa 2020, ampliando as possibilidades de financiamento das intervenções propostas.

Na sequência da **Visão** estabelecida, e dos **desafios** descritos, fixou-se um conjunto de **Objetivos Específicos**. Assim, os **Objetivos Temáticos** definidos pela União Europeia desdobram-se em **Objetivos Específicos** que interpretam e concretizam-se no território da AMP.

OT 1. Reforçar a investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação

Este objetivo pretende aumentar o espetro para o aparecimento e consolidação na AMP de novas combinações entre diferentes áreas do conhecimento, potenciadoras de inovação. Trata-se não só de identificar e apoiar iniciativas de reforço da base económica e de conhecimento sub-regional (no sentido da sua diversificação) mas também de reforçar o posicionamento dos atores regionais nas redes globais, que permitam trazer para a região novos ativos de conhecimento e inovação complementares.

Visa, também, reforçar a ligação, comunicação e interação entre diferentes atores (universitários, empresariais, públicos e sociais) no sentido de aumentar a capacidade de produção e absorção de conhecimento, o empreendedorismo em geral, e o académico em particular, valorizando económica e socialmente o conhecimento produzido a partir da região. Pretende, ainda, posicionar a AMP, as suas instituições, empresas, administração pública e cidadãos, como *utilizadores e produtores-líder* do conhecimento e das tecnologias.

Numa lógica de especialização inteligente, o objetivo não visa escolher à partida setores vencedores ou perdedores, mas de potenciar a capacidade da AMP (empreendedores, investigadores, etc.) de procurar os seus domínios mais promissores, que combinem competências instaladas na região com novos domínios e conhecimentos em torno desses domínios, num processo mais frequente de busca, aplicação e monitorização de novo conhecimento.

É concretizado pelos seguintes objetivos específicos:

OE1.1 Mais investigação, inovação e internacionalização;

Consolidar o sistema de I&D&i e dotá-lo de capacidade para responder aos grandes desafios sociais, económicos e ambientais emergentes na AMP;

Promover a valorização económica do conhecimento e a transferência de tecnologia apoiando: o acesso de um número crescente de

empresas à investigação e inovação em parceria com as instituições de ensino superior e de I&D; a capacidade de internacionalização destas instituições; e o lançamento de *spin-offs* académicos, em diferentes áreas do saber.

OT 2. Melhorar o acesso às TIC's

Este objetivo pretende promover a utilização de TIC's como tecnologias capacitadoras do conhecimento e da inovação, em todos os sectores da atividade empresarial, em especial nas PME, e reforçar o uso de soluções avançadas de TIC's na administração autárquica, nos transportes, no ensino e na autoaprendizagem e no turismo. Visa também assegurar uma cobertura generalizada de banda larga de alta qualidade e favorecer o acesso dos serviços gerais a todos, combatendo a infoexclusão.

Integra os seguintes Objetivos Específicos:

- OE2.1** **Reforçar a oferta de serviços públicos locais digitais para uma Administração Autárquica mais competitiva, transparente, eficiente e com capacidade de inovação local;**
- OE2.2** **Promover a utilização de soluções avançadas de TIC's nos setores relevantes para o desenvolvimento e coesão territorial;**
- OE2.3** **Garantir uma cobertura generalizada de banda larga de alta qualidade e o acesso aos serviços por parte dos cidadãos e das empresas, combatendo, em paralelo, a infoexclusão.**

OT 3. Reforçar a competitividade das PME

Este objetivo visa dotar o tecido empresarial da região, em particular as PME (de sectores instalados e emergentes) com uma maior capacidade de inserção nas redes multiescalares de produção e absorção de conhecimento, um melhor desempenho e ascensão nas cadeias de valor em que estão inseridas e as características transformativas que lhes permitam evoluir e mudar o tecido empresarial em que eles próprios se situam.

Este objetivo temático concretiza-se na AMP através dos seguintes objetivos específicos:

- OE3.1** Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para o conhecimento, inovação e empreendedorismo, reforçando os processos suportados em redes multiescalares;
Apoiar a internacionalização, designadamente através da inserção do tecido empresarial em cadeias de valor internacionais em especial em áreas em que a AMP pode ambicionar tornar-se num *player* global, seja pelo potencial endógeno diferenciador, seja pelo seu potencial complementar;
- OE3.2** Adotar políticas de compras públicas geradoras de inovação que ofereçam às micro e pequenas empresas oportunidades para testar produtos, serviços e novas soluções com potencial no mercado nacional ou internacional;
- OE3.3** Potenciar mudança estrutural das indústrias e serviços numa aposta de especialização inteligente (e.g. Ciências da Saúde, TICE; Tecnologias de Largo Espectro; Agroalimentar; Moda; Indústrias Criativas; Turismo; Indústrias da Mobilidade; Mar; Madeira, Mobiliário e Cortiça; Energia);
- OE3.4**

OT 4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

Este objetivo pretende transformar a AMP num protótipo exemplar e motivador da transição para uma economia hipocarbónica, promotora de eficiência energética e produtora/distribuidora de energias renováveis. Deve reunir em torno deste objetivo, inteligentemente, todas as valências existentes ao nível dos múltiplos recursos naturais, das características do território artificializado, da diversidade de atividades e da qualificação das pessoas. Visa também estimular a incorporação do conhecimento e da inovação no quotidiano das pessoas e das atividades económicas com o objetivo de diminuir a emissão de gases com efeito de estufa e, em especial, as emissões de carbono.

Concretiza-se através dos seguintes Objetivos Específicos:

- OE4.1** Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar de espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera;
- OE4.2** Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas;
- OE4.3** Promover a mobilidade urbana multimodal, através de ganhos de eficiência e da diversificação das fontes energéticas;
- OE4.4** Preservar os sequestradores de carbono da AMP - florestas e mosaicos de água.

OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos

Este objetivo pretende evidenciar uma trajetória mais adequada para a AMP, centrando a atenção, duplamente, no clima e na vulnerabilidade, procurando construir uma sociedade mais prevenida e adaptada, que saiba conviver melhor e mais saudavelmente com quadros de grande incerteza, grande conflitualidade e desigualdade, em constante mudança.

Explicitam-se de seguida os objetivos específicos que concretizam este objetivo temático no território da AMP:

- OE5.1** Melhorar a literacia climatológica, a comunicação do risco e a difusão do *downscaling* da previsão meteorológica;
Incentivar modelos urbanos adaptados aos efeitos adversos das
- OE5.2** alterações climáticas que promovam a mudança de paradigma de qualidade de vida, saúde e bem-estar;
Identificar, cartografando, os grupos populacionais mais vulneráveis aos riscos decorrentes das alterações climáticas (eventos extremos de
- OE5.3** frio e calor, inundações repentinas e cheias, secas severas, movimentos de vertente, incêndios florestais, erosão costeira, etc.) e implementar medidas de maior adaptação;
- OE5.4** Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos;
- OE5.5** Identificar, avaliar e reformular as intervenções na linha de costa e nas linhas de água, preparando-as para os riscos climáticos.

OT 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

Este objetivo pretende garantir a manutenção dos espaços de grande interesse para a gestão, conservação e valorização da biodiversidade, considerando-os cada vez mais nas diversas decisões e integrando-os, sábia e harmoniosamente, no contexto dos múltiplos usos do solo metropolitano. Visa restaurar e corrigir os mosaicos espaciais degradados, sobretudo pela incomensurável conflitualidade de usos dispersos neste território e pelas carências infraestruturais ainda existentes. Pretende, também, dedicar uma atenção especial aos atuais modelos urbanos de forma a contribuir para uma maior eficiência.

Integra o seguinte Objetivos Específicos:

OE6.1 Interligar as áreas reconhecidas no *Sistema Nacional de Áreas Classificadas* e conectá-las com os espaços verdes urbanos;

OE6.2 Explorar e dar mais visibilidade ao capital simbólico, identitário e de afirmação regional e nacional, valorizando a excelência dos recursos naturais e culturais;

OE6.3 Reforçar e completar a oferta de saneamento básico;

OE6.4 Integrar a gestão dos RSU's, RSI's e RPP's incentivando a valorização;

OE6.5 Melhorar o ambiente urbano, designadamente através da requalificação e da reconversão das áreas industriais e urbanas degradadas.

OT 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes

Este objetivo pretende resolver estrangulamentos sérios ainda existentes em termos de infraestruturas de transportes, mas num quadro de grande ponderação ao nível do planeamento, da gestão e manutenção da infraestrutura e dos serviços de transportes existentes ou a criar, contrariando hábitos anteriores de maior voluntarismo na decisão. Estrangulamentos pelo lado oferta (falta de acessibilidade e congestionamentos mais graves) e da própria procura.

Visa promover uma atuação concertada a diferentes níveis e fazer aumentar as quotas de utilização do transporte público, a multimodalidade e a intermodalidade, a par de uma redução da dependência dos cidadãos do ‘carro próprio’, o que também terá reflexos na própria sustentabilidade financeira dos operadores.

Pretende também promover a organização do sistema de transportes de forma a favorecer o aumento da compacidade e da qualidade urbana, desincentivando um crescimento em ‘mancha de óleo’, em prol da qualidade ambiental e da eficiência energética.

O objetivo temático 7 é concretizado na AMP através dos seguintes objetivos específicos:

- OE7.1** Mais e melhor planeamento e gestão de infraestruturas, a par com o seu completamento e resolução de estrangulamentos;
- OE7.2** Mais passageiros no transporte público e mais sustentabilidade ambiental, económica e financeira;
- OE7.3** Melhorar a atratividade dos centros das cidades qualificando-os e reduzindo a presença automóvel e todas as externalidades negativas associadas, com incremento dos modos suaves e dos transportes públicos.

OT 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Este objetivo visa intervir no âmbito do emprego na AMP, enquadrando objetivos relativos à empregabilidade e à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, ao aumento da mobilidade enquanto fator gerador de empregabilidade, à qualificação das políticas ativas de emprego, ao apoio ao autoemprego, ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial e o desenvolvimento de competências junto do tecido empregador.

O propósito é o aumento do emprego, incentivando a inovação nas metodologias de intervenção orientadas para a criação de emprego e inserção profissional, a segmentação de ações e projetos em função dos contextos e públicos, a valorização da iniciativa e do empreendedorismo e o apoio à construção de respostas socialmente relevantes.

Numa perspetiva de inclusão, o foco deve ser colocado na população mais vulnerável, do ponto de vista social e/ou económico, bem como na inclusão da diferença (população com incapacidade, minorias étnicas, etc.).

Integra os seguintes Objetivos Específicos:

- OE8.1 Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão;**
 - Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho**
- OE8.2. de adultos candidatos a emprego, desempregados de longa duração e inativos;**
 - Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação**
- OE8.3 de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social;**
- OE8.4 Qualificar as políticas ativas de emprego na AMP e modernizar as instituições do mercado de trabalho apoiando, nomeadamente, a segmentação, a territorialização e a inovação nas abordagens dos**

serviços de emprego;

Apoiar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas da AMP, a OE8.5 qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial.

OT 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Este objetivo assenta numa visão holística da inclusão social. Neste contexto, integra 5 objetivos específicos que preconizam, para a AMP, estratégias coordenadas de desenvolvimento de base local, e comunitária, como alavancas de consecução de patamares mais elevados de qualidade de vida e de combate à exclusão. Veicula, ainda, na diversidade urbana e rural da AMP, uma valorização de espaços, recursos, equipamentos e oportunidades à escala metropolitana, capazes de atuar junto das populações mais vulneráveis (idosos isolados, idosos desprotegidos, população pouco escolarizada ou qualificada, população com incapacidade, jovens socialmente vulneráveis, população residente em espaços segregados, etc.), e contribuir para inverter processos de privação material e de exclusão social.

Integra os seguintes Objetivos Específicos:

Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
OE9.1. assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social;

Desenhar e dinamizar uma estratégia metropolitana de recursos,
OE9.2 incidente em situações de vulnerabilidade, exclusão e de emergência social;

Intervir na requalificação patrimonial, social, cultural de espaços
OE9.3 promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento das populações;

Planear e reconfigurar os espaços segregados das cidades da AMP,
OE9.4 através da valorização comunitária das diferenças e dos recursos específicos das populações, numa lógica de qualidade de vida;

Qualificar e apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento
OE9.5 social, de saúde e bem-estar, e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP.

OT 10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

Este objetivo centra-se na educação, formação e qualificação como pilares cruciais para a vida em sociedade, a participação cívica, o aumento dos níveis de qualificação da população metropolitana, a empregabilidade e a aquisição de competências, e, em síntese, para o desenvolvimento, e consolidação, de estratégias de aprendizagem ao longo da vida.

Estão aqui enquadrados 5 objetivos específicos que, no âmbito da AMP, assumem particular relevância e que preconizam uma estratégia integrada e territorializada de redução do abandono e do insucesso escolar, das condições de acesso ao sistema educativo, de desenvolvimento de competências e níveis de qualificação, da valorização e estruturação das ofertas educativas e da qualificação da rede de equipamentos.

Integra os seguintes Objetivos Específicos:

OE10.1 Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições (sociais, económicas, culturais, institucionais, etc.) que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação.

OE10.2 Desenvolver competências e aumentar os níveis de qualificação da população ativa adulta, empregada e desempregada, da AMP;

OE10.3 Aumentar a relevância (face a necessidades, desafios, contextos e públicos) das ofertas de educação-formação profissional, inicial e contínua, nomeadamente no que respeita à sua organização e conteúdos, e promover a inovação nas metodologias de ação territorial;

OE10.4 Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional e de educação pré-escolar, básica, secundária e promover a eficiência na sua gestão, ao nível municipal e metropolitano;

OE10.5 Apoiar o acesso ao ensino superior da população estudante e da população ativa, nomeadamente dos mais vulneráveis social e economicamente, criando e/ou desenvolvendo estratégias e modalidades de apoio.

OT 11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública

A capacitação institucional, com especial referência para a Administração Local, é crucial face aos atuais desafios metropolitanos. Este objetivo pretende dinamizar uma participação ativa na construção de uma nova inteligência coletiva de desenvolvimento, impulsionando um paradigma de mudança e construindo a metamorfose para um novo ciclo de desenvolvimento. Visa, também, reforçar a plasticidade institucional, o que significa experimentar mais, escolher linhas de diferenciação e moldar-se mais face aos novos desafios. Tudo isto significa uma maior aposta na inovação, em novas formas de criar riqueza e construir a coesão territorial.

Integra o seguintes Objetivo Específicos:

- OE11.1 Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da Administração Local, procurando acréscimos de eficiência e favorecendo a dimensão metropolitana;**
- OE11.2 Adotar novos modelos de governança, capacitar os atores e promover plataformas / redes de cooperação e parcerias;**
- OE11.3 Promover e prototipar soluções e ofertas territoriais inovadoras;**
- OE11.4 Cooperar com outros territórios nos planos regional, nacional, transfronteiriço e europeu.**

3. Eixos de Intervenção do Plano de Ação

O Plano de Ação tem por objetivo operacionalizar e executar a estratégia definida para o território da AMP no horizonte 2020.

A opção seguida na montagem do plano de ação foi a de favorecer a abrangência na identificação de ações concretas, coerentes com a estratégia proposta, que poderão dar origem a uma multiplicidade de projetos e operações, suscetíveis de beneficiarem de financiamento comunitário.

Pretende-se, desta forma, munir a AMP e os seus Municípios de um conjunto de propostas que permitam atuar sobre a realidade do território, independentemente da conformação final da programação e das fontes de financiamento que vierem a ser colocadas à disposição.

A estruturação do Plano de Ação assenta em 8 Eixos de Intervenção que se encontram articulados, como se constata através do cruzamento dos objetivos temáticos, com as prioridades de investimento e os objetivos específicos identificados na estratégia, a saber:

Eixo 1. Conhecer, Empreender e Internacionalizar

Uma aposta de especialização inteligente visa aprofundar estratégias de inovação assegurando a retenção e atração de talento na AMP, evitando a destruição de recursos de conhecimento e potenciais de inovação construídos ao longo do tempo. A valorização dos recursos endógenos e a intensificação tecnológica das indústrias deve articular-se com o fortalecimento da capacidade científica instalada na região, que deverá ser mobilizada/incentivada para estes desígnios, sendo aqui necessário repensar o modelo das estruturas de governança que permitirão atingir estes objetivos.

A promoção da re-industrialização passa pelo reforço da atração de atividades produtivas de alto valor acrescentado que tirem partido da proximidade física com as atividades de serviços e com as infraestruturas de transportes e comunicações já aqui localizadas. Pretende-se promover a produção de valor acrescentado e de emprego na AMP, nomeadamente o que resulta da geração de conhecimento aí efetuada e nas áreas onde é possível construir vantagens competitivas sólidas. Neste âmbito, este eixo de intervenção vai promover ações que contribuam para a dinamização de cadeias de valor nas quais a AMP pode ambicionar posicionar-se como um *player* internacional/global, a partir da base de competências e capacidades existentes.

A programação de grandes eventos multidisciplinares que envolvam a ciência e a cultura fomenta os ambientes e as atmosferas propícias para a inovação. Estas iniciativas devem ser feitas considerando a participação de população oriunda quer da AMP, quer de outros países da Europa, assente numa perspetiva de transversalidade disciplinar, de experimentação e de internacionalização. As indústrias criativas têm como principal desígnio o desenvolvimento na AMP de um ecossistema favorável ao desenvolvimento de atividades culturais e criativas, que contribua para aumentar a sua atratividade ao nível nacional e internacional. Em termos do turismo, assume-se a definição de prioridades para o desenvolvimento dos novos produtos, apostando-se num primeiro momento naqueles que têm uma abrangência regional, caminhando-se para os produtos relevantes no âmbito do subespaço e só depois para os que têm caráter municipal.

Neste âmbito, interessa também criar uma rede de apoio ao empreendedorismo, de forma a mobilizar, apoiar e capacitar os agentes num conjunto diversificado de domínios. Será também relevante promover a cultura empreendedora junto dos

estudantes, nomeadamente em particular os universitários. No sentido de incentivar a geração e desenvolvimento de novos negócios, será promovido um programa específico de Laboratórios Criativos, destinados a explorar iniciativas empreendedoras em torno de novas combinatórias assentes nos domínios de especialização sub-regional.

Este eixo de intervenção visa também apoiar o desenvolvimento de um conjunto de centros de incubação, de características distintas e alinhados com as necessidades da AMP, contrariando o sobredimensionamento e redundâncias de infraestruturas. Será determinante a articulação em rede destes equipamentos, com base na disponibilização e troca de recursos entre incubadoras, na oferta de serviços partilhados, na realização de atividades de *benchmarking* a boas práticas e na implementação de iniciativas de *networking* entre equipamentos e seus utilizadores.

Adotando uma natureza de comunidade de prática, pretende-se criar um sistema de hibridização aberta para a revalorização económica. Numa lógica de Quadruple Hélix (Universidade, Administração, Empresas, Sociedade Civil) pretende-se mapear potenciais domínios de oportunidade para gerar novos relacionamentos e trocas entre as ofertas urbanas e rurais na AMP e, por outro lado, conceber, prototipar e testar novas soluções destinadas a valorizar esses relacionamentos, de forma sustentada e mutuamente vantajosa. Neste âmbito devem-se também dinamizar e apoiar modelos de “*open data*” e “*open source*”.

Enuncia-se de seguida o conjunto de ações e iniciativas que integram o Eixo 1. Conhecer, Empreender e Internacionalizar:

- 1.1 INVESTIGAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
- 1.2 RE-INDUSTRIALIZAÇÃO
- 1.3 ESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS DE VALOR E IDENTIFICAÇÃO DE DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE
- 1.4 FILEIRAS PRODUTIVAS DE AGRICULTURA INTENSIVA: LEITEIRA, HORTÍCOLA E VITÍCOLA
- 1.5 PROGRAMA DE EVENTOS MULTIDISCIPLINARES DE REFERÊNCIA
- 1.6 TURISMO - CONHECER, ESTRUTURAR E ANIMAR
- 1.7 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS
- 1.8 REDE DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO
- 1.9 ESPAÇOS DE INCUBAÇÃO

- 1.10 SHARE - SISTEMA DE HIBRIDIZAÇÃO ABERTA PARA A REVALORIZAÇÃO ECONÓMICA
- 1.11 OPEN DATA

Eixo 2. Descarboxonar

Um programa de ação dirigido para à "descarbonização" passa por atuações em diferentes domínios de intervenção.

Em primeiro lugar estão os projetos para a Eficiência energética. Desde a elaboração de um Guião de *Eco-Building* da AMP que, integrando as experiências e as práticas já existentes, influencie os regulamentos de edificação e o licenciamento das diversas utilizações do solo, impondo soluções eficientes energeticamente, com a utilização dos princípios da arquitetura bioclimática, quer com o *greening and blueing facades and roofs*, quer com a definição dos *sky view factor* e outros procedimentos de reconstrução/reabilitação dos edifícios e dos espaços entre os edifícios. Passará também pela elaboração e implementação de Planos de Reabilitação dos Espaços Urbanos, dissuasores de novas construções e incentivadores da reabilitação do património existente utilizando as melhores práticas no domínio do *eco-building*. A criação de um programa, em consórcio com empresas na área da eficiência energética e/ou empresas prestadoras de serviços energéticos, que avalie, estabeleça e realize a instalação de sistemas de energia renovável em todos os edifícios propriedade de entidades públicas, incluindo os empreendimentos sociais e os espaços públicos. Prevê-se, ainda, o desenvolvimento de ações horizontais a nível da AMP dirigidas à promoção da eficiência energética e melhoria das condições ambientais e de saúde nas Escolas. As ações a implementar envolvem auditorias “*tailored*” às diversas tipologias de escolas, cobrindo os aspetos dos usos da energia e da qualidade do ambiente interior, de acordo com as recomendações do projeto “SINPHONIE” da Comissão Europeia.

Neste eixo de intervenção enquadra-se também um Mapa do Potencial Eólico, Solar, Fotovoltaico, Hídrico e de Biomassa, para os 17 concelhos da AMP, com divulgação nos websites das câmaras municipais. A dinamização de comunidades de baixo consumo energético pode igualmente contribuir para o aumento da eficiência energética e sustentabilidade ambiental, numa lógica de complementaridade entre a utilização racional de energia / gestão da procura e de exploração de fontes de energia renovável em edifícios.

Neste Eixo enquadra-se, igualmente, a criação de corredor verde entre campo e a cidade. Esta ação passa por cerzir o património natural existente na AMP

conferindo-lhe o valor e as valências que possui intrinsecamente, ordenando os espaços verdes e as áreas naturais, e criando estruturas ecológicas em corredor. A manutenção equilibrada do património natural é melhor forma de preservar e proteger a flora, a fauna, o solo e o ciclo hidrológico. É a ferramenta ideal para evitar incidentes/acidentes potencialmente geradores de riscos graves, assim como para prevenir muitos dos efeitos adversos das alterações climáticas. Além disso, a flora e os mosaicos de água são importantes sequestradores de carbono e consequentemente, contributos essenciais para garantir o cumprimento das metas de sequestro do carbono até 2020.

A valorização da floresta passa por um programa em parceria com os proprietários, juntas de freguesia, câmaras municipais, ICNF, ANPC, Associações Florestais, Instituições de Ensino Superior, etc., que realize o cadastro florestal e identifique, ordenando, os vários usos da floresta consoante as suas características próprias. Sem o seu reconhecimento e sem a tomada de posse, por quem de direito, esta importante fração do território metropolitano não terá os requisitos necessários para ser alvo de ações e projetos que lhe atribuam o devido valor e o correspondente rendimento e, permanecerá à mercê da multiplicidade de riscos associados ao abandono.

Enuncia-se de seguida o conjunto de ações e iniciativas que integram este Eixo de Intervenção:

- 2.1 Eficiência energética
- 2.2 Mais Renovável
- 2.3 Comunidades de Baixo Consumo Energético
- 2.4 Um corredor verde do campo até à cidade
- 2.5 Uma floresta valorizada é uma floresta protegida
- 2.6 Mobilidade Elétrica

Eixo 3. Salvaguardar e Preservar

Um programa de ação dirigido para este Eixo de Intervenção passa por atuações em diferentes frentes. Em primeiro lugar, aposta-se na criação de um Sistema de Alerta e Resposta aos Riscos Naturais e Tecnológicos. Para isso é necessário criar um Sistema de Informação Geográfica de Riscos Naturais e Tecnológicos que identifique, com detalhe, os elementos naturais e antrópicos que são passíveis de corporizar de per si ou cumulativamente um risco. É preciso identificar os limiares de resistência e adaptação da população da AMP aos diferentes riscos. Este sistema deve verter conhecimento pericial adequado, tanto no âmbito da prevenção, como da ação e da comunicação, como da mitigação de qualquer cenário de risco.

Neste eixo de intervenção enquadram-se, também, ferramentas para melhorar a adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas. A regulamentação e o licenciamento de uso do solo de modo sustentável passa por implementar medidas que previnam os riscos para a saúde pública dos grupos mais vulneráveis e fundamentar ações de prevenção de danos e perdas.

Aposta-se na resolução das inúmeras carências ao nível das infraestruturas e dos equipamentos de saneamento de forma a permitir o cumprimento das metas do PEAASAR 2007-2013 e do futuro PENSAAR 2020. Desta ação depende a garantia da qualidade em todos os trechos do ciclo hidrológico nas várias bacias hidrográficas existentes na AMP.

Neste âmbito insere-se também uma intervenção que visa devolver à superfície os cursos de água artificialmente canalizados e submersos tanto nos espaços urbanizados como nos espaços agroflorestais. A recuperação e renaturalização dos leitos dos rios e ribeiras onde tal for tecnicamente possível (re)conhece a importância, para o equilíbrio do ecossistema, da preservação da água, em quantidade e com qualidade, nos seus trechos aéreo, superficial e subterrâneo.

Este Eixo visa também modificar substantiva e generalizadamente os hábitos de consumo de água incentivando o uso da água distribuída pelo sistema público. Assim, é necessário garantir que a rede de distribuição pública de água seja disponibilizada para toda a população metropolitana em condições de segurança e qualidade.

Por fim, a valorização e redução dos RSU's, RSI's e RPP's pretende-se com a necessidade de disseminar uma política concertada e incisiva que congregue todos os atores envolvidos na produção, recolha e tratamento de RSU's e promova uma nova atitude de todos os residentes e utilizadores da AMP relativamente aos resíduos. As intervenções visam resolver lacunas existentes na recolha, redução e tratamento, construir e remodelar os equipamentos e infraestruturas em falta, promover a redução da produção de resíduos per capita em termos absolutos, suprimir gradualmente a deposição em aterros, erradicando a deposição de materiais recicláveis ou valorizáveis material ou energeticamente e incentivar a valorização energética dos materiais não recicláveis.

Enuncia-se de seguida o conjunto de ações e iniciativas que integram este Eixo de Intervenção:

- 3.1 CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE ALERTA E RESPOSTA (SAR), AOS RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS NA AMP
- 3.2 PACTO DE PARTILHA DE DANOS E PERDAS EM CENÁRIOS DE RISCO
- 3.3 ATLAS CLIMÁTICO DA AMP
- 3.4 RESPIR(AR) MELHOR
- 3.5 INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO
- 3.6 O CICLO HIDROLÓGICO EXISTE
- 3.7 BEBA A ÁGUA DA TORNEIRA
- 3.8 VALORIZAR E REDUZIR OS RSU'S, RSI'S E RPP'S

Eixo 4. Valorizar e Qualificar

O desenvolvimento urbano em prol da sustentabilidade passa por estratégias integradas que enfrentem os desafios do crescimento económico, da inclusão social e da proteção do ambiente. A AMP tem uma posição estratégica, enquanto âncora do desenvolvimento urbano regional e nacional, e alavancagem dos processos de afirmação externa.

Na escala intra-metropolitana, é crucial apostar numa estrutura de funções urbanas que promova a equidade territorial no acesso aos serviços fundamentais e contrarie processos de segmentação ou segregação social. Numa lógica de afirmação externa é preciso reforçar a especificidade e a inovação urbana e fomentar a cooperação institucional.

Na AMP evidenciam-se diferentes problemáticas urbanas que sustentam a necessidade de configurar intervenções integradas e diversificadas em função da complexidade dos problemas e dos desafios. Em termos de desafios é necessário incentivar modelos urbanos mais adaptados ao envelhecimento demográfico, aos efeitos adversos das alterações climáticas, e à necessidade de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar.

Recomenda-se a combinação de ações no âmbito do urbanismo para promover a redução das emissões de carbono, melhorar o ambiente urbano, promover a mobilidade urbana sustentável, reforçar a requalificação patrimonial e cultural, e promover a inclusão social. Assim, os programas de regeneração física e económica e de inclusão social devem refletir a heterogeneidade dos problemas das áreas urbanas:

- a) Áreas urbanas de desemprego e exclusão social: são focos densificação de problemas sociais, criando concentrações de exclusão e pobreza, em guetos mais ou menos fechados, ou assumindo uma estrutura espacial mais fragmentada. Estes territórios evidenciam uma estrutura social muito fragilizada, pelos níveis de abandono escolar, pelo desemprego e pelos baixos níveis de escolaridade da população, nomeadamente a ativa.
- b) Áreas urbanas pouco amigas do idoso: os processos de envelhecimento da população residente na AMP obrigam a repensar de forma prospectiva a cidade para os idosos. As cidades foram criadas para uma estrutura etária

relativamente equilibrada demograficamente, no entanto, num futuro próximo, elas vão ser vividas sobretudo pela terceira e quarta idade. Nesse sentido, é preciso desenvolver uma estratégia metropolitana que dignifique e valorize uma vida longa, em prole da saúde, da mobilidade e dos serviços de proximidade.

- c) Áreas urbanas mono-residenciais pouco qualificadas: a expansão urbana dos últimos trinta anos seguiu um modelo de povoamento mais ou menos disperso que fez proliferar áreas mono-residenciais, por vezes insuficientemente equipadas de comércio e serviços e muito dependentes em termos de mobilidade do automóvel. Nestas áreas urbanas residenciais, a qualidade de vida, o sentido de comunidade e os atuais desafios de sustentabilidade estão de certa forma comprometidos. Quando estes contextos urbanos são simultaneamente vulneráveis socialmente, os problemas agudizam-se.
- d) Áreas urbanas degradadas e desocupadas: Algumas áreas urbanas, antigas e densas, ficaram abandonadas, degradadas e desocupadas. Perderam residentes e a centralidade comercial e de serviços que as caracterizava e individualizava. O sentido de cidadania e de pertença a uma comunidade urbana ficaram então debilitados. Para a construção da identidade metropolitana, estes contextos urbanos são estratégicos, pela carga simbólica que podem ter, pelo património edificado e cultural que encerram e pela atratividade urbana que podem potenciar (para o turismo e para a atração residencial, de talentos e de novos residentes). Também aqui, por vezes, a vulnerabilidade social manifesta-se, em termos de desemprego, envelhecimento e fracos níveis de capacitação escolar.
- e) Áreas urbano-industriais com problemas: áreas de forte concentração de problemas relacionados com processos de reestruturação económica e abandono, poluição ambiental, mobilidade e tráfego, entre muitos outros problemas.

Neste eixo de intervenção, tendo em consideração os desafios para um desenvolvimento urbano sustentável, desenvolve-se um conjunto de medidas de ação que devem, em geometrias e dimensões variáveis, integrar os projetos de intervenção urbana. A estas medidas ainda se devem acrescentar outras medidas desenvolvidas no âmbito de outros eixos, nomeadamente no âmbito da eficiência energética, da qualificação das cidade e da mobilidade suave, etc.

A regeneração urbana em modelos de urbanização dispersa de baixa densidade onde dominam os usos residenciais (mono-função) vai favorecer o crescimento de “concentrações desconcentradas” de comércio e serviços (pequenas centralidades urbanas) e desenvolver projetos que promovam a qualidade urbana e a mobilidade suave. Isto pressupõe o desenvolvimento de programas municipais para a reabilitação urbana em contextos dispersos, desqualificados e com debilidades funcionais.

Nestes contextos, insere-se o desenvolvimento e a implementação de medidas que promovam a mistura física e social, densificando e conferindo centralidade funcional a alguns tecidos urbanos de baixa densidade. De forma a melhorar a autonomia das pessoas residentes nestas áreas urbanas é necessário refletir a acessibilidade aos equipamentos e serviços básicos de necessidade quotidiana e propor um conjunto de ações em matéria de mobilidade. Neste âmbito, deve-se criar um programa que atenda às características das populações residentes (género, idade, capacidades económicas) e às características dos tecidos residenciais.

A promoção da regeneração urbana em contextos compactos e densos vai passar pela reabilitação e reutilização do edificado existente, tendo em vista a obtenção de níveis mais elevados de qualidade urbana, a valorização dos ecossistemas ambientais e socioeconómicos e o reforço do sentido de comunidade . O programa de regeneração urbana envolve a valorização dos recursos urbanos existentes (sociais, económicos e ambientais) e implica dar novos usos e novos utilizadores às áreas mais degradadas ou abandonadas, não cristalizando os edifícios e os espaços públicos no tempo. A reabilitação do edificado passa por projetos que promovam a eficiência energética nas habitações (privada e pública) e nos equipamentos. Neste âmbito, a reabilitação dos espaços públicos segundo programas mais eficientes energeticamente é também central.

A autonomia das pessoas residentes nestas áreas urbanas é também problemática sobretudo para as pessoas idosas, muitas delas vivendo sós ou com outros idosos. Aqui as intervenções devem refletir a acessibilidade aos equipamentos e serviços básicos de necessidade quotidiana e propor um conjunto de ações em matéria de mobilidade e de serviços de proximidade. Tal como nos contextos dispersos deve-se criar um programa que atenda às características das populações residentes

(género, idade, capacidades económicas) e às características dos tecidos residenciais, de forma a favorecer a qualidade de vida.

A regeneração urbana em contextos dispersos e densos deve também passar pela conceção e implementação de uma vida saudável e um equilíbrio ambiental para as pessoas, qualificando as urbanizações existentes, contendo os processos de urbanização e trabalhando para um melhor equilíbrio natural. Estes processos devem ser participativos de forma a consciencializar as pessoas para a redução dos gastos energéticos e para uma alimentação e uma vida mais saudável. Assim, a regeneração urbana passará pela instalação de novas atividades económicas, pela dinamização de novos modelos de mobilidade e pela reabilitação do edificado e dos espaços públicos. Nestes contextos devem-se enquadrar incentivos fiscais e a facilitação de licenciamentos à reabilitação física do edificado e à localização de micro, pequenas e médias empresas, apoiando a criação de emprego por conta própria (FSE) e apoio à criação de empresas inovadoras (FSE).

Neste Eixo de Intervenção enquadra-se a reconversão de Áreas de Localização Empresarial. Esta intervenção visa a reconversão de áreas industriais desqualificadas e abandonadas e passa pela elaboração de um Programa Metropolitano para as Áreas de Localização Empresarial que inclua o levantamento dos espaços de vocação industrial e aponte uma estratégia e um conjunto de ações coerentes e integradas; a concretização das intervenções prioritárias através de instrumentos financeiros adequados e de acordo com o respetivo regime de propriedade (pública ou privada); a promoção à escala metropolitana da oferta de áreas de localização empresarial através de iniciativas no âmbito da atração de investimento direto nacional ou estrangeiro.

A reinvenção e redescoberta do património da AMP assenta na descoberta e valorização do património cultural sob três modalidades principais: os objetos, os percursos e as exposições. Os roteiros do património é um programa de valorização do património cultural da AMP, nas vertentes materiais e imateriais. Assim, e cruzando narrativas patrimoniais dos diferentes concelhos da AMP, será constituído um referencial de representação no espaço público de objetos e temáticas reveladoras da identidade cultural dos concelhos. A dinamização da cultura em rede visa desenvolver um programa metropolitano de parceria de equipamentos culturais. Trata-se de uma ação que pretende dinamizar os teatros,

cineteatros e equipamentos congéneres da AMP, assim como as dinâmicas culturais metropolitanas que lhe estão associadas.

De forma a promover uma melhor articulação entre o urbano e o rural, uma das intervenções visa incentivar a agricultura no espaço metropolitano congregando atores de diferentes níveis e de natureza diversa. Pretende-se não só rentabilizar os espaços verdes, como a economia local, estimulando o uso do solo não urbanizado e o desenvolvimento da procura de produtos da agricultura. Tal possibilitará recuperar parte da atual superfície agrícola, estatisticamente definida como não utilizada, como também espaços anteriormente expectantes da urbanização. Enquanto as hortas urbanas (também a dinamizar) adquirem uma configuração mais pontualizada (muitas são de iniciativa municipal) a prática agrícola de proximidade (biológica ou tradicional) tenderá a ser mais pulverizada mas mais extensa. Neste âmbito, vai também ser necessário instalar uma rede de escoamento, aproveitando os mercados urbanos e acautelar a qualidade dos produtos.

Assim, neste âmbito, é proposto um conjunto de intervenções que se vêm juntar a outras intervenções previstas noutros eixos de intervenção:

- 4.1 AGRO-URBE
- 4.2 CONCENTRAR O DISPERSO
- 4.3 REGENERAÇÃO URBANA
- 4.4 ÁREAS RESIDENCIAIS SAUDÁVEIS
- 4.5 UMA VIDA COM MAIOR AUTONOMIA
- 4.6 RECONVERSÃO DE ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL
- 4.7 REINVENÇÃO E REDESCOBERTA DO PATRIMÓNIO
- 4.8 CULTURA EM REDE
- 4.9 ROTEIROS DO PATRIMÓNIO

Eixo 5. Aceder e Transportar

Um programa de intervenção dirigido para a acessibilidade e os transportes pressupõe uma atuação multifacetada, organizada em diferentes vetores de intervenção.

Em termos de rede rodoviária intermédia, aposta-se na criação de um Laboratório Rodoviário da AMP para planeamento e monitorização da rede rodoviária metropolitana de nível intermédio de articulação (interface) entre a rede nacional e a rede local. Por outro lado, a AMP deve planear uma rede rodoviária de ‘itinerários metropolitanos’ que sirva de interface entre a rede nacional (IP e IC) e a rede municipal, absorvendo as atuais ‘estradas regionais’ e algumas ‘estradas nacionais’, assim como vias municipais que desempenham um papel supramunicipal, criando-se as bases para um contributo metropolitano no sentido da definição do Plano Rodoviário Regional, preconizado na proposta do PROT-N.

As intervenções ao nível dos custos de operação para mercadorias e passageiros passam, em primeiro lugar, pela criação da ‘Janela Única Multimodal’ para mercadorias que visa a simplificação administrativa de todos os procedimentos associados à multimodalidade das mercadorias. Trata-se do alargamento a outros modos/meios de transporte da experiência da ‘Janela Única Portuária’ desenvolvida pela APDL. O aprofundamento do sistema ANDANTE com nova tecnologia de bilhética, sem contacto, vai permitir o aprofundamento da intermodalidade na AMP de modo a aumentar a quota de utilização dos transportes públicos, continuando a inovação já alcançada na integração bilhética e tarifária.

A logística de apoio à produção e ao consumo vai-se apoiar na gestão estratégica da Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Arco Metropolitano do Porto, através da criação de uma entidade gestora. Visa estabelecer vocações específicas e coordenar investimentos públicos e privados nas diferentes áreas e plataformas logísticas previstas na AMP, assim como nas infraestruturas logísticas locais vocacionadas para o apoio ao abastecimento urbano. Neste domínio e na presente fase de desenvolvimento do processo torna-se fundamental incrementar as ações de promoção externa da rede de plataformas logísticas da AMP junto dos potenciais operadores/ investidores. Neste âmbito, deve-se criar ainda um programa de incentivos à deslocalização de operadores logísticos instalados na

AMP para que possam transferir-se de instalações próprias deficientemente localizadas para as plataformas logísticas em construção ou em previsão para a AMP.

As intervenções em matéria de transportes em sítio-próprio, alta velocidade ferroviária e expansão do aeroporto organizam-se em seis domínios: o Pacto de sustentabilidade financeira para o Metro do Porto; os Corredores metro-bus/ pré-metro; o Estudo de aprofundamento do modelo de expansão da Rede de Metro do Porto; a Reavaliação e concretização de projetos em carteira para a expansão da Rede de Metro: ISMAI-Trofa, Vila d'Este, Gondomar-centro, HSJ-São Mamede Infesta-Matosinhos, Campo Alegre, HSJ-AIFSC, etc.; o Estudo de localização da Estação de AV ferroviária no núcleo central da AMP, complementar da estação do aeroporto; a concretização de todas as intervenções programadas para o cenário 8-9 milhões de passageiros/ ano e perspetivar estratégia de expansão para depois de 2020.

As intervenções no âmbito das Infraestruturas Logísticas assentam em seis vetores: a Plataforma Logística Leixões (Polos I e II); a Plataforma Logística Maia/ Trofa; a Plataforma Logística de Valongo; a Plataforma Logística de Gaia-Rechousa/ Boavista da Estrada; os Centros de Consolidação Urbana (CCU) de apoio ao abastecimento das cidades mais afastadas do núcleo central da AMP; as Infraestruturas logísticas locais de apoio a zonas comerciais de elevada concentração.

Relativamente à mobilidade, aos serviços de transportes públicos e aos interfaces propõe-se seis áreas de atuação: a elaboração do Inquérito à Mobilidade na AMP; a definição de zonas de concessão de redes de transportes urbanos rodoviários e rodoferroviários; a Gestão Integrada de Estações Rodoviárias de Passageiros por 'bacias de transportes'; o Plano e programa metropolitano de interfaces de passageiros; o Interface Multimodal de Campanhã; o Interfaces Multimodais de Santa Maria da Feira e Lourosa.

A qualificação das cidades e a mobilidade suave passa pelo reforço do estacionamento de residentes, a criação de redes cicláveis e melhoria da infraestrutura do modo 'a pé', como soluções para o transporte intraurbano, a qualificação do espaço público das urbanizações de forte densidade residencial e a Requalificação do espaço público para a acessibilidade universal.

A intervenção no âmbito do Porto de Leixões visa a Ampliação do Terminal de Contentores Sul, o projeto do Novo Terminal de Contentores, a Construção da interface rodoferroviária da REFER em Guifões (junto da PL Leixões, Polo 2) e os investimentos relativos à Plataforma Logística de Leixões - Polos I e II.

Relativamente à rede ferroviária convencional e serviço “urbanos” considera-se prioritário a Duplicação da Linha do Minho entre Contumil e Ermesinde, o Projeto da Reabilitação da Linha Norte entre Gaia- Ovar, a Linha do Norte (Gaia/ Ovar - a construção de uma nova ligação ferroviária entre Porto-Ovar-Aveiro), a Requalificação da Linha do Vouga; a Integração da LINHA DO VOUGA na rede ferroviária convencional.

Em termos de estrangulamentos na rede rodoviária identificam-se os seguintes projetos: a Variante à N14 entre Porto e Famalicão, a Construção da 2ª Fase da ligação entre Arouca e SM Feira (conjugado com o corredor do IC35), a Construção do Nó da A41 de acesso à futura P Logística, Parque Millenium e rede local, o Projeto do Setor Rodoviário, e Resolver estrangulamentos mais ou menos pontuais nas EN da rede nacional.

Inserem-se também neste Eixo de Intervenção as infraestruturas de transportes e turismo, onde se inclui a criação de locais de acostagem de barcos turísticos entre Angra do Douro e Leixões no âmbito da Via Navegável do Douro, o Projeto de Transportes fluviais regulares no Douro, o Prolongamento da Linha de elétrico da marginal do Porto ao Terminal de Cruzeiros de Leixões e às Caves de Gaia, e o Projeto para o Terminal de Autocarros turísticos das Camélias, no Porto.

A Acessibilidade Digital / Infraestruturas TIC Este projeto prevê, num primeiro momento, a realização de um estudo que faça o levantamento dos problemas relacionados com a acessibilidade digital nas várias zonas da AMP considerando diferentes utilizadores, seja para empresas/entidades seja para os cidadãos (clientes residenciais) de acordo com os respetivos grupos socioeconómicos. A partir das conclusões do levantamento efetuado propõe-se a realização de um guião para a acessibilidade digital na AMP que preveja as ações a tomar, pela AMP e pelos Municípios, bem como as diligências a intentar junto de outras entidades/ empresas, designadamente os operadores de telecomunicações tendo em vista atingir os objetivos propostos em matéria de infraestrutura e de combate à infoexclusão, nomeadamente junto dos grupos sociais mais fragilizados. Estas

ações revestirão, sobretudo, a forma de ação conjunta da AMP e dos Municípios, não envolvendo em muitos dos casos afetação de recursos públicos avultados.

Resumindo, inserem-se neste Eixo intervenções no âmbito de:

- 5.1 REDE RODOVIÁRIA INTERMÉDIA
- 5.2 REDUZIR CUSTOS DE OPERAÇÃO PARA MERCADORIAS E PASSAGEIROS
- 5.3 LOGÍSTICA DE APOIO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO
- 5.4 TRANSPORTES EM SÍTIO-PRÓPRIO, ALTA VELOCIDADE FERROVIÁRIA E EXPANSÃO DO AEROPORTO
- 5.5 INFRAESTRUTURAS LOGÍSTICAS
- 5.6 MOBILIDADE, SERVIÇOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS E INTERFACES
- 5.7 QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E MOBILIDADE SUAVE
- 5.8 PORTO DE LEIXÕES
- 5.9 REDE FERROVIÁRIA CONVENCIONAL E SERVIÇO “URBANOS”
- 5.10 ESTRANGULAMENTOS NA REDE RODOVIÁRIA
- 5.11 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E TURISMO
- 5.12 ACESSIBILIDADE DIGITAL / INFRAESTRUTURAS TIC

Eixo 6. Educar, Qualificar e Empregar

Um programa de intervenção dirigido para a educação, a qualificação e a empregabilidade pressupõe uma atuação articulada e diversificada. Um primeiro domínio de intervenção enquadra-se nas atribuições da AMP e no reconhecimento da importância da intervenção, à escala metropolitana, na qualificação e articulação da rede (dotação e utilização) de equipamentos e de ofertas no quadro da promoção do sucesso e qualidade educativos. O Projeto Educativo Metropolitano traduz-se num conjunto de intervenções que permitirão operacionalizar o referencial educativo e corporizar a concertação estratégica, supra e intermunicipal, na criação e desenvolvimento das condições de acesso e participação da população nos processos educativos, sócio culturais e formativos.

Neste âmbito, tendo em consideração as metas europeias, serão dinamizadas intervenções tendo em vista a construção de caminhos de sucesso educativo, assentes na sua promoção, desenvolvimento de percursos escolares e formativos e combate ao abandono, incidindo nos níveis de ensino básico e secundário. Trata-se de uma tipologia de intervenções, inserida nas estratégias e prioridades dos Projetos Educativos Municipais e de projetos de combate ao insucesso e abandono no quadro dos TEIP, que beneficiarão, em termos da sua coerência e eficácia, de conhecimento especializado, metodologias inovadoras e apoio técnico e financeiro à sua operacionalização.

Enquadra-se também neste Eixo um conjunto de projetos ou intervenções na qualificação e apetrechamento da rede escolar e formativa, seja ao nível da própria infraestrutura (qualificação ou modificação), seja ao nível do apetrechamento de espaços educativos e formativos, com equipamentos, materiais e outras condições identificadas como relevantes para a melhoria da qualidade e resultados do ensino. Esta ação deve ser enquadrada numa visão metropolitana da rede escolar e formativa (da sua organização, gestão e qualificação) traduzida no Projeto Educativo Metropolitano. A análise da rede do ensino superior, e suas necessidades de qualificação, deverá também ser incluída nesta ação.

Um Programa Metropolitano de Educação, Formação e Empregabilidade de Adultos Ativos, empregados e desempregados, com diferentes eixos e tipologias de destinatários, faseado, será concretizado a partir de entidades diversas. O Programa, orientado por objetivos de empregabilidade, integra intervenções dirigidas à promoção/ aumento de níveis de qualificação, desenvolvimento de competências críticas e construção/ mobilização de instrumentos de interlocução com o mercado de trabalho. Com enfoque privilegiado nos adultos menos qualificados, nomeadamente com nível de escolarização inferior ao 12º ano e sem qualificação profissional formal (ativos empregados e ativos desempregados ou à procura de emprego).

Propõe-se, também, um Programa de Desenvolvimento de Competências que visa constituir-se como instrumento de qualificação do tecido empresarial das micro e pequenas empresas (até 50 trabalhadores) do comércio e serviços da AMP. Será orientado para o desenvolvimento de conhecimentos, aptidões e atitudes de empresários e trabalhadores nas áreas da gestão, organização, comunicação interna e externa, inovação de processos, inovação de produtos e atendimento ao público.

Enquadra-se neste Eixo ainda um programa metropolitano de apoio à inserção e mobilidade jovem. O Programa dirige-se predominantemente a jovens à procura de emprego, com qualificação de nível não superior. Será ancorado numa rede de parceria metropolitana integrada por empresas, entidades educativas e formativas, associações de desenvolvimento local, Gabinetes de Inserção Profissional e jovens à procura de inserção profissional.

Será implementado na AMP um Pacto Territorial para a Empregabilidade, corporizando intervenções em rede e o compromisso de entidades intermunicipais - públicas, privadas e associativas - em torno de bacias de emprego e da resolução de problemas decorrentes de reestruturações produtivas, de desafios de modernização dos tecidos empresariais, da incidência de desemprego e bolsas de exclusão daí decorrentes, bem como na resposta às insuficiências, vulnerabilidades ou desadequação da rede de formação e capacitação de ativos e organizações. Constitui-se como um instrumento de estruturação/ organização de uma rede regional de atores comprometidos com o desenvolvimento de mecanismos de formação e reconversão de ativos, de antecipação de competências, com a customização e territorialização de metodologias e

processos de intervenção, com a eficiente alocação de recursos, e com ações que visem o aumento da participação das populações no mercado de trabalho e a redução do desemprego.

Haverá também um conjunto de projetos que se enquadram numa tipologia de intervenções dirigidas ao apoio à iniciativa empresarial, empreendedorismo e promoção do auto emprego orientado em função de oportunidades identificadas e domínios pertinentes de produção e/ ou prestação de serviços. A perspetiva é a de conferir prioridade às intervenções que potenciem a estruturação, a viabilidade e a sustentabilidade de ideias e projetos de negócio, de empresas e de autoemprego por parte de adultos e jovens, nomeadamente aqueles que, por motivos diversos, tem estado afastados do acesso aos benefícios e apoios. Dirige-se a potenciais empresários, investidores e empreendedores, bem como a gestores de microempresas, unipessoais.

Neste âmbito, existe um conjunto de intervenções que integram este Eixo de Intervenção:

- 6.1 PROJETO EDUCATIVO METROPOLITANO
- 6.2 CAMINHOS DE SUCESSO EDUCATIVO
- 6.3 + ESCOLA - QUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR E FORMATIVA
- 6.4 ADULTOS NO ATIVO - EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE
- 6.5 CAPACITA PME - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
- 6.6 JOVENS ATIVOS - INSERÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE
- 6.7 EM REDE COM COMPROMISSO - PACTOS TERRITORIAIS PARA A EMPREGABILIDADE
- 6.8 +INICIATIVA - EMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DE EMPREGO

Eixo 7. Incluir

Um programa de intervenção dirigido para a inclusão e para a inovação social pressupõe uma atuação integrada e multifacetada, organizada em diferentes domínios de intervenção. Um primeiro domínio de intervenção prende-se com o desenvolvimento de um Programa de Capacitação para a Ação Social e o Empreendedorismo Social contribuindo para o reforço das competências ao nível das metodologias e processos de intervenção em prol da inclusão social, seja no desenvolvimento das intervenções de ação social associadas, nomeadamente, ao trabalho das Redes Sociais e dos técnicos de ação social, seja na construção de projetos de empreendedorismo social, que permitam inovar nas respostas e nas formas de afetação de recursos aumentando os impactos sociais.

É também crucial a Formação para Dirigentes e Técnicos do Terceiro Setor acerca de competências transversais e sobre áreas de inovação social. A definição das áreas de inovação social para a constituição do plano de formação centrar-se-ia na incubação de projetos sociais, no envelhecimento ativo, na integração juvenil e no *empowerment* de grupos desfavorecidos e na aprendizagem de experiências e modelos nacionais e internacionais de inovação social (*benchmarking*).

A inclusão social está fortemente ligada à comunidade em que os indivíduos se inserem. Reforçando o sentido comunitário, a inclusão ficará certamente mais facilitada e a vida quotidiana nessa comunidade mais segura (a nível social, económico). Aqui dever-se-á reforçar de espaços de representação comunitários, desenvolver oficinas de prática desportiva e de expressão artística nos domínios do teatro, da dança, da música e do cinema, dirigidas às diversas faixas etárias, com o objetivo de promover as sociabilidades entre os diferentes segmentos etários populacionais.

O isolamento e a solidão de idosos em meio urbano e rural são um desafio determinante da coesão social na AMP. Assim, esse isolamento e solidão têm de ser combatidos através de novas formas "urgentes" de convivência e inovação social sob pena de estarmos perante uma sociedade sem memória e atomizada quer em meio rural, quer em meio urbano. Este segmento populacional congrega muita da população em situação ou risco de exclusão, cuja solidão potencia situações de fragilidade económica e de vulnerabilidade à doença. Por outro lado, deve-se desenvolver um programa metropolitano de envelhecimento ativo que

funcione como plataforma de qualidade de vida da população residente mais idosa. Tem como filosofia de intervenção a capacitação da população idosa para a atividade física ao longo da vida, uma alimentação em prol da saúde, uma vida mais comunitária, promovendo nestas iniciativas um diálogo inter-geracional.

O crescente aumento das situações de precariedade económica concretizadas no aumento dos “novos pobres” tem vindo a levantar um desafio quotidiano a profissionais do setor. Com efeito, são numerosas as situações de emergência social resultantes do desemprego, do endividamento e da incapacidade de fazer face às obrigações quotidianas no contexto de crise económica e social atual. Deve ser desenvolvido um plano metropolitano de enfrentamento da precariedade económica, decorrente do Plano Metropolitano de Emergência Social.

É também necessário valorizar as referências juvenis, designadamente as artes urbanas centradas na música, no *graffiti*, dança e teatro. O core deste projeto são as músicas populares urbanas (*rock, eletro, pop, rap, kuduro, funk*). É necessário trabalhar em todas as dimensões da vida juvenil, acrescentando-lhe valor e dignidade. Embora existindo uma componente de expressividade musical e artística nos mais diversos níveis (edição, letras de canções, produção, *management, styling, corpo, design, ilustração, graffiti, dança, consumo*), existe também uma dimensão de competências para a empregabilidade.

A intervenção assenta também na ideia de que a promoção da saúde é definida como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida. Propomos melhorar os níveis de qualidade de vida e de autorrealização da população através da promoção de práticas de atividade física e desportiva, de educação ambiental, de segurança e de saúde e promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Enuncia-se de seguida o conjunto de ações e iniciativas que integram este Eixo de Intervenção:

- 7.1 + PESSOAS - CAPACITAÇÃO PARA A AÇÃO SOCIAL E O EMPREENDEDORISMO SOCIAL
- 7.2 S.A.G.E.: SABER , AÇÃO, GESTÃO E ESTRATÉGIA

- 7.3 BONS VIZINHOS - PROJETO DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA
- 7.4 T.E.R. - TERRITÓRIO, EMOÇÕES E RAÍZES
- 7.5 IN THE EDGE. PLANO METROPOLITANO DE ENFRENTAMENTO DA PRECARIIDADE ECONÓMICA
- 7.6 MOVE ON LIFE - PROGRAMA METROPOLITANO DE ENVELHECIMENTO ATIVO
- 7.7 A CIDADE É MINHA! PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL PELAS ARTES
- 7.8 VITA - PROGRAMA METROPOLITANO DE QUALIDADE DE VIDA

Eixo 8. Capacitar, Cooperar e Governar

Um programa de intervenção dirigido para a Capacitação, a Cooperação e a Governança pressupõe uma atuação articulada e organizada.

Em matéria de Gestão da Parceria do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial avança-se com um modelo gestão e coordenação da parceria, necessariamente assente na estrutura organizativa da AMP e por si liderado, capaz de promover a coordenação estratégica e operacional entre os parceiros públicos, privados e associativos, que por si só constitui uma condição prévia de sucesso da execução da Estratégia e do Plano de Ação AMP 2020 e, conseqüentemente, da aplicação dos fundos comunitários, durante o ciclo de programação 2014-2020, neste espaço territorial.

A Qualificação dos Recursos Humanos da Administração Local é uma condição fundamental para a mudança organizativa que suportará o novo paradigma das autarquias locais. Assim, a presente ação assenta num ambicioso programa de formação dirigida aos quadros da Administração Local da AMP destinada a apoiar esta mudança, tendo na sua base não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos mas também as questões de relacionamento interpessoal e motivacional.

A ação a desenvolver em torno do tema denominado TIC e Administração Local, organiza-se em seis áreas de intervenção que se encontram interligadas entre si, influenciando-se mutuamente, aconselhando-se, por isso, uma abordagem integrada nesta matéria: a Autarquia digital; o Reforço Front-Office; o SIG Intermunicipal; o *Open Source* / Software Público, favorecer a criação dados em formato aberto; a Democracia local digital.

A Metrópole em Rede passa pela programação de comunidades digitais. É reconhecida a influência que as TIC's podem desempenhar em processos integrados de desenvolvimento local, urbano e regional (nas suas múltiplas e complexas dimensões: económica, social, cultural, educacional, política, urbanística, etc.). A designação de comunidade permite abranger diversas escalas geográficas de identificação territorial, que se individualizam e dissociam por um sistema denso de interação e de sociabilidade: cidades digitais, bairros, vilas e aglomerados rurais ou históricas digitais, etc.

A Capacitação das Redes Institucionais da AMP procura adequar a capacidade institucional às exigências do próximo período de programação e aos desafios que a AMP enfrenta, de forma a permitir uma participação ativa e plena na ação conjunta metropolitana nas diversas áreas de intervenção relevantes em matéria de desenvolvimento e Coesão Territorial

A Cooperação Territorial visa o estabelecimento e participação em redes e projetos de cooperação com outros espaços territoriais. Constitui um meio e um instrumento e não um fim em si próprio e é orientada por objetivos estratégicos metropolitanos, refletindo-se em planos geográficos e temáticos prioritários: Cooperação territorial de proximidade; Cooperação Transfronteiriça; Cooperação Inter-regional.

Em matéria de governança propõe-se várias plataformas institucionais. A Plataforma Metropolitana de Inovação Territorial está intimamente relacionada com o previsto nas ações denominadas Pacto de Desenvolvimento e com a Metrópole em Rede. Tal como a designação indica, visa o estabelecimento de plataformas de interação entre a Administração Local, Municípios e a AMP, o tecido institucional e empresarial presente e a Administração Central.

O Centro de Recursos Metropolitano para a Inclusão tem por objeto a organização e o desenvolvimento de um conjunto de recursos e competências para intervenção na inclusão social, entendida no seu amplo significado e dimensões.

Em matéria de Marketing Territorial propõe-se desenvolver na AMP um processo de estruturação da sua identidade competitiva (identidade local + oferta territorial + dinâmica operacional), criando uma singularidade territorial que confira à sub-região elementos de distinção e condições de afirmação a outras escalas, contribuindo portanto para gerar níveis acrescidos de notoriedade, atratividade e competitividade para o território. A interpretação de um território como "produto/oferta" permite a criação de um processo dinâmico que toma por base a identidade, os ativos (tangíveis e intangíveis) e as perceções sobre esse espaço, configurando-os através da criação de uma identidade competitiva. No atual contexto, desenvolver processos e iniciativas desta natureza e com este fim revela-se essencial para gerir, de forma ativa, a identidade interna e a reputação externa dos territórios.

Assim, sintetizando enquadram-se neste Eixo intervenções no âmbito de:

- 8.1 GESTÃO DA PARCERIA DO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL
- 8.2 QUALIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- 8.3 TIC
- 8.4 METRÓPOLE EM REDE
- 8.5 CAPACITAÇÃO DAS REDES INSTITUCIONAIS DA AMP
- 8.6 COOPERAÇÃO TERRITORIAL
- 8.7 AGÊNCIA DE ENERGIA METROPOLITANA
- 8.8 CENTRO DE RECURSOS METROPOLITANOS PARA A INCLUSÃO
- 8.9 PLATAFORMA METROPOLITANA DE INOVAÇÃO TERRITORIAL
- 8.10 MARKETING TERRITORIAL - EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE METROPOLITANA

4. Desenvolvimento Local Baseado na Comunidade na AMP

Dinamizadas por grupos de ação local, as estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) constituem-se como ferramenta de intervenção territorial no quadro de processos de desenvolvimento organizacional centrados nas respostas a desafios de competitividade, sustentabilidade e inclusão de territórios, rurais, costeiros ou urbanos.

Neste contexto, o fortalecimento, o foco, a eficácia e a qualidade das relações entre as instituições responsáveis pela sua dinamização e os “*stakeholders*” locais constituem pilares chave da construção e implementação dessas estratégias. Com uma geometria variável e uma lógica *bottom-up* de construção e desenvolvimento, a implementação de estratégias de desenvolvimento local de base comunitárias no quadro dos princípios do Acordo de Parceria colocam, fundamentalmente, duas exigências:

- o conhecimento cabal das problemáticas, dos desafios e do sistema de atores do respetivo território de intervenção e do seu enquadramento e papel nos contextos municipais e regionais;
- a capacidade de liderança, mobilização e combinação de competências e recursos diversos (financeiros, físicos, técnicos), no quadro de parcerias locais ativas e relevantes.

As estratégias a apresentar pelas entidades promotoras das DLBC devem assegurar, entre outros, a qualidade do diagnóstico territorial, a coerência com as estratégias regionais, designadamente com a presente estratégia AMP 2020, e setoriais bem como a adequação de meios em função dos objetivos de intervenção definidos. É neste quadro que se colocam, às entidades promotoras, exigentes desafios ao nível das parcerias a construir/desenvolver (representatividade e diversidade) e também ao nível da sua organização interna, gestão e liderança.

Os Territórios Rurais

Na AMP, as estratégias de desenvolvimento local para os territórios rurais devem desenvolver uma estratégia integrada e participada, mas tendo em consideração as diferentes características desta tipologia de territórios. As estratégias de

desenvolvimento local devem atender às características dominantes das práticas agroflorestais e ao potencial de desenvolvimento sustentado num reforço de interligação rural-urbano. Em termos estratégicos, na AMP identificam-se

- os territórios rurais de “renaturalização”;
- os territórios de revitalização agrícola;
- os territórios de dominância de fileiras produtivas intensivas;
- e os territórios florestais e rurais de “interdição”.

Assim, a criação de emprego e nomeadamente de autoemprego, a dinamização da atividade económica local, a promoção de produtos de qualidade, a renovação de aldeias rurais, a preservação do património natural e cultural, e a dinamização das cadeias curtas e dos mercados locais integram-se em contextos rurais diferenciados que devem ser considerados.

Os **territórios rurais de “renaturalização”** circunscrevem as áreas de características mais rurais, com baixas densidades populacionais, mais excêntricas e com uma morfologia serrana, onde a ocupação do solo remete, em grande medida, para a gestão de matos e florestas e para a manutenção de práticas agropecuárias brandas. O “isolamento” fez com que resistissem marcas de identidade paisagística a relevar, radicadas em valores de assunção coletiva de base imaterial, de memórias e de representações idiossincráticas, mais ou menos locais, ou seja, de elementos de identidade. As “marcas” diferenciadoras implicam uma estratégia baseada na produção florestal, mas também na valorização de saberes e sabores tradicionais, em parte através das IPG (indicação geográfica protegida), das DOP (denominação de origem protegida) ou ETG (especialidade tradicional garantida). Em termos estratégicos, as intervenções de base local devem valorizar a manutenção da estabilidade formal e estética da paisagem, fundindo a componente produtiva agro-florestal com as questões ambientais e culturais.

Os **territórios de revitalização agrícola** têm uma configuração territorial periurbana. Nestas áreas deve-se fomentar as práticas de agricultura de proximidade, densificando um verde urbano produtivo. As explorações são de pequena dimensão, empresariais ou familiares, essencialmente dirigidas para a horticultura, mercantilizadas e interiorizando sistemas de distribuição diferentes conforme a dimensão. Em termos estratégicos, esta prática agrícola possibilitará valorizar e recuperar parte da atual superfície agrícola, nomeadamente a

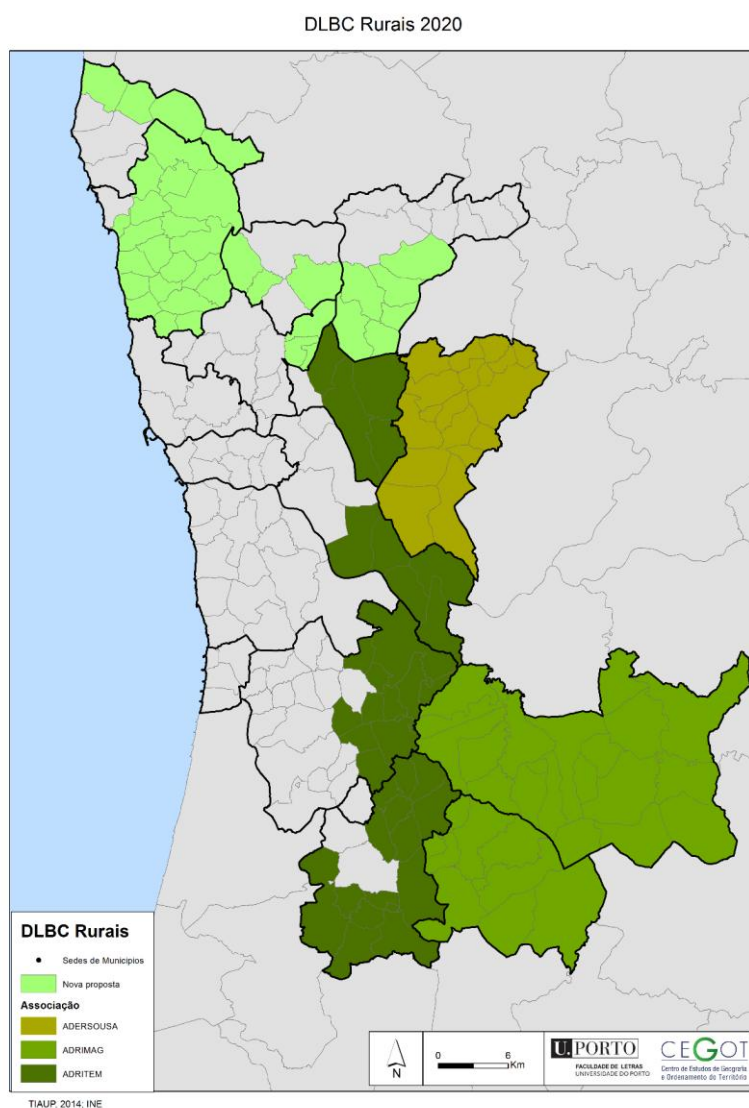
estatisticamente definida como não utilizada (muitas vezes espaços anteriormente expectantes da urbanização). Esta prática agrícola de proximidade (biológica ou tradicional) tenderá a ser mais pulverizada, não deixando de ter uma grande importância para a sustentabilidade territorial e como complemento económico de um número muito significativo de famílias da AMP.

Os **territórios de dominância de fileiras produtivas intensivas**, ao contrário dos sistemas anteriores, apresentam uma acentuada concentração produtiva e um confinamento e compartimentação espacial mais evidente. Neste âmbito, destaca-se a fileira do leite, da horticultura e do vinho verde. Em termos de **fileira leiteira** (localizada nos municípios de Matosinhos, Maia, Póvoa de Varzim, Trofa e Vila do Conde e, em menor medida, a Sul, o município de Oliveira de Azeméis) colocam-se duas questões essenciais: de interesse empresarial, a necessidade de aumentar a superfície forrageira; de interesse público, os impactes ambientais resultantes dos elevados encabeçamentos (CN/SAU) sobre água e solos pela produção de chorume. A **fileira hortícola** intensiva (localizada na faixa arenosa litoral do município de Póvoa de Varzim) tem sistemas de distribuição diversificados (a exploração interioriza a distribuição; e estruturas associativas que ganham escala para a distribuição). Fora deste território, a produção **hortofrutícola**, além das hortas familiares, apresenta um carácter disperso e pulverizado, com múltiplas ligações aos mercados locais e regional. Na fileira hortícola deve-se promover a formação dos produtores, dada a grande complexidade dos sistemas de produção, pouco exigentes ou pouco consumidores de solo agrícola, e com um recurso cada vez maior às TIC's. Na **fileira vitícola**, embora o decréscimo do número de produtores tenha sido generalizada, evidenciam-se dois territórios onde a fileira vitícola permanece relevante: uma mancha a Nordeste (municípios de Valongo, Santo Tirso e Paredes) e outra a Sul (Vale de Cambra). Na fileira vitícola é crucial apoiar ganhos na dimensão física das explorações especializadas, melhorar a articulação entre os agentes que operam na fileira e dinamizar a promoção nos mercados externos.

A **fileira florestal** reparte-se entre a “mata camponesa” as chamadas bouças dispersas pela área das colinas e alvéolos, portanto a cotas entre os 50 e os 300 metros, enquanto a floresta de produção depende essencialmente da indústria transformadora que opera na fileira. A gestão florestal passa por um maior emparcelamento da propriedade rústica, contrariando a dispersão e a

fragmentação da propriedade, e por uma política municipal mais proactiva em prol da biodiversidade e da valorização da floresta.

Por fim deve-se referir, os **territórios rurais de “interdição”**, que são as áreas vulneráveis e de maior risco ambiental, a exemplo dos leitos de inundação dos rios, ou os territórios de prática condicionada da agricultura a fim de proteger os sistemas frágeis de montanha (nascentes, manutenção dos fluxos de biodiversidade, etc.). Em termos estratégicos, as iniciativas de base local devem atender às características destes territórios não promovendo iniciativas que possam aumentar a vulnerabilidade destes territórios.



A ADRIMAG, ADRITEM e a ADERSOUSA são parcerias reconhecidas como Grupos de ação Local, no período de programação 2007- 2013 e em períodos de programação anteriores. Estas parcerias locais são muito relevantes e com uma ampla

experiência e capacidade de mobilização local, sendo a sua ação reconhecida como muito positiva por parte de todos os agentes empresariais e institucionais.

Não obstante o território de intervenção da ADERSOUSA abranger concelhos que não integram a AMP, designadamente pertencentes à CIM Tâmega e Sousa, existe de facto uma tradição de cooperação e de intervenção na área de desenvolvimento rural que não deve ser prejudicada pela adesão do Município de Paredes à AMP. O próprio aviso de concurso para a apresentação de candidaturas N.º 02/2014, 16-11-2014, Desenvolvimento Local de Base Comunitária - 1.ª fase - Pré-Qualificação, parece apoiar esta solução ou pelo menos não a contrariar na medida em que apenas afirma que a delimitação do território de um DLBC deverá circunscrever-se às limitações territoriais das NUTS II, salvo se a parceria proponente já houver sido reconhecida como GAL no período de programação 2007/2013. Caso que aliás ocorre relativamente ao GAL da ADRIMAG cujo território de intervenção abrange a NUTS II Norte e Centro.

Pelo contrário, relativamente a territórios de intervenção que abrangem municípios de mais do que uma NUTS III não se perscruta qualquer limitação no texto de referido aviso.

Os territórios de intervenção abrangidos por estas ADL's (ADRIMAG, ADERSOUSA e ADRITEM) cobrem grande parte do território rural metropolitano, mas deixam a descoberto os espaços rurais localizados a norte³.

Assim, é crucial para a AMP que surja nesse território rural (inscrito a verde mais claro no mapa acima) que abrange freguesias de características marcadamente rurais, dos concelhos da Trofa, da Maia de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, uma nova parceria local, de forma a dar mais coerência e integração à intervenção nas áreas rurais da AMP.

Esta posição encontra-se, ainda que de forma parcial, sustentada no mapa que integra o PDR 2020, e a que faz referência o próprio aviso de concurso, e que qualifica como território rural a quase totalidade das freguesias do concelho de Vila do Conde.

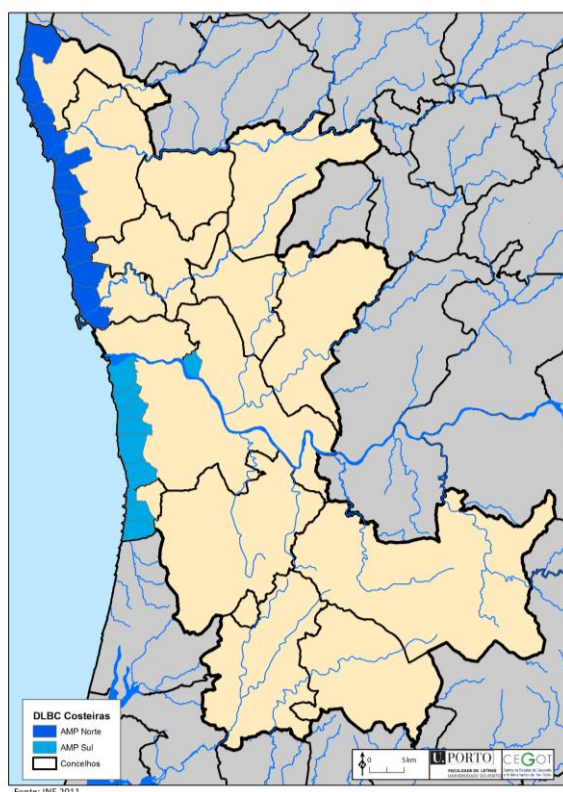
³ AMP aplicou três metodologias de classificação de áreas rurais (OCDE, INE, CEGOT-UP) ao espaço metropolitano.

As Zonas Costeiras

Nas zonas costeiras, deverão ser privilegiadas ações de criação e flexibilidade de emprego local ligado à economia do mar, de valorização e diversificação das atividades, apostando em atividades tradicionais e emergentes.

Analisando os dados do Ministério do Trabalho e Segurança Social (pessoal ao serviço, 2012) e do Instituto Nacional de Estatística (população residente ativa, 2011), as freguesias que manifestam uma maior especialização nestas atividades evidenciam-se ao longo de quase todo o litoral.

Mapa - DLBC Costeiras 2020



Os contextos territoriais locais manifestam uma diversidade de recursos e de fragilidades que permitem substanciar duas DLBC costeiras, uma DLBC a norte da AMP e outra a sul da AMP (incluindo-se aqui uma freguesia fluvial).

No contexto a norte, emergem as comunidades pesqueiras e costeiras de Vila de Conde, Póvoa do Varzim e Matosinhos. A sul, surgem as comunidades localizadas em Espinho e Vila Nova de Gaia e ainda em Valbom em Gondomar.

O contexto metropolitano cria boas condições de articulação de uma estratégia que apoie a diversificação de atividades e, simultaneamente, potencie os recursos ligados ao mar, com uma gastronomia especializada e uma oferta turística inovadora, designadamente no que se refere ao turismo náutico, que promova a sustentabilidade, a saúde e o lazer.

A ambição do surgimento neste período de programação de duas DLBC para as zonas costeiras da AMP, respetivamente a Norte e a Sul da Foz do Douro, visa, conjugadamente com o GAL Litoral Norte localizado no Alto Minho, cobrir quase integralmente toda a orla costeira da Região Norte com intervenções diferenciadoras e ajustadas às necessidades e aspirações das comunidades piscatórias. Representa também um acréscimo de afetação de fundos estruturais disponibilizados através do FEAMP que doutra forma serão alocados a zonas costeiras inseridas noutras NUTS II, com prejuízo evidente para a NUT II Região Norte.

Territórios Urbanos

Na AMP evidenciam-se diferentes problemáticas que sustentam a necessidade de configurar estratégias urbanas muito diversificadas. Em termos de vulnerabilidade social, o desemprego e o abandono escolar são centrais em qualquer estratégia em prol do reforço da coesão social.

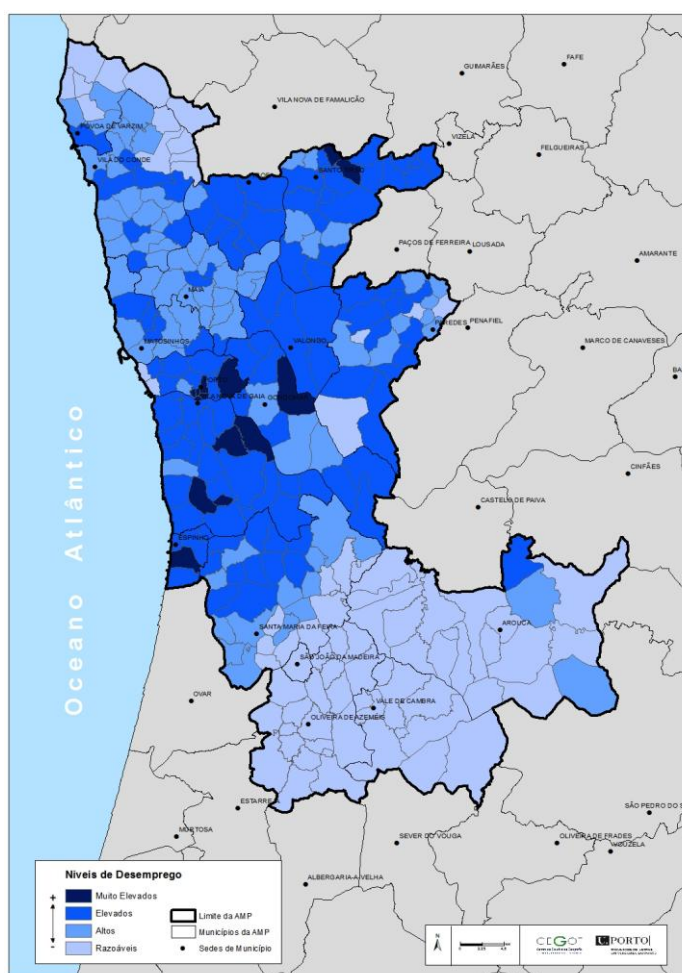
As áreas urbanas de desemprego e exclusão social são focos de concentração de problemas sociais, criando grandes concentrações de exclusão e pobreza, em guetos mais ou menos fechados, ou assumindo uma estrutura espacial mais fragmentada. Estes territórios evidenciam uma estrutura social muito fragilizada, pelos níveis de abandono escolar, pelo desemprego e pelos baixos níveis de escolaridade da população, nomeadamente a ativa. A intervenção nestes territórios deve estar articulada e integrada na estratégia de desenvolvimento urbano sustentável para a AMP.

Em 2013, a AMP tinha 154 mil desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional. Há territórios em que o fenómeno atinge dimensões muito graves (pela dimensão absoluta do problema e pela sua dinâmica). Territorialmente, o desemprego evidenciava-se na AMP (em 2011) nomeadamente em Campanhã e no centro do Porto, em Silvalde (Espinho), S. Pedro da Cova (Gondomar), Rebordões e Sequeiró (Santo Tirso), e Serzedo, Sermonde, Avintes e

Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia). Um grande número de desempregados têm níveis muito baixos de escolaridade (46% dos desempregados não tem a escolaridade obrigatória e 19,5% só o 3º ciclo).

O desemprego é um fenómeno que traduz múltiplas realidades sociais e problemas diferenciados, sugerindo a oportunidade e a relevância de reflexões e intervenções em torno da inovação social.

Mapa - Níveis de desemprego por freguesia - AMP



Por seu turno, em termos de taxa de abandono escolar, o concelho de Espinho apresenta, no contexto da AMP uma taxa relativamente elevada (INE, 2011). O Porto, Gondomar, Santa Maria da Feira e S. João da Madeira registam também valores superiores à média da AMP.

Em 2020, Portugal tem de ter menos de 10% da população entre os 18 e 24 anos com o 3º ciclo (9 anos de escolaridade) que não está a frequentar o sistema de ensino. O valor médio da AMP é 23,8% (2011), bastante acima do desejado.

5. Diálogo Colaborativo, Redes e Auto-organização

Enquadramento

Este capítulo tem dois objetivos cruciais: por um lado, fazer uma avaliação subjetiva de um conjunto de questões-chave para o processo de desenvolvimento da AMP, tendo como contexto a estratégia para a Europa 2020; por outro, fazer um levantamento das redes de *stakeholders* fundamentais para organizar o processo de governação da AMP.

1. Uma abordagem mais contemporânea do planeamento, e implicitamente do desenvolvimento, contempla não só leituras físicas do território mas também informações sociais e culturais. Ou seja, combina o entendimento da espacialidade enquanto “questões de facto” com a sua compreensão enquanto “questões de valor/interesse/preocupação” (de acordo com Latour, 1993, 2005). Isto implica prestar atenção às questões objetivas e físicas do território, mas também às preocupações sociais subjetivas implícitas a esse território. A territorialidade deve ser vista nas inter-relações entre as “características naturais e físicas, as expectativas sociais, as normas culturais, as dinâmicas de poder e as negociações políticas” (Davoudi, 2012). Assim, hoje em dia, as abordagens ao desenvolvimento valorizam os encontros entre diferentes análises (quantitativas e qualitativas). O desenvolvimento pressupõe que os territórios são também criados através de visões imaginativas, fruto de processos de aprendizagem e de construção de narrativas (Sandercock, 2003).

Isto significa, que trazemos para este plano, não só os temas tradicionais relativos às “questões de facto” (como os níveis de desemprego ou as carências em matéria de acessibilidades, entre muitos outros), mas também o seu entendimento enquanto “questões de interesse ou de preocupação” (ou seja, como uma avaliação das preocupações ou da sensibilidade a diferentes questões). Sabemos que as questões de interesse/preocupação normalmente não constam nos “estudos de caracterização” ou nos documentos de “estratégia”, mas são cada vez mais essenciais para quem preparar um processo de mudança.

2. As áreas metropolitanas são mega-regiões com múltiplos recursos, problemas e interdependências em termos económicos, sociais, infraestruturais e naturais. Estando identificada a estratégia e o plano de ação, é oportuno preparar o

processo de governação metropolitana. Tendo em vista este objetivo, o capítulo estrutura-se em três partes:

- em primeiro lugar, vamos analisar a perceção que as instituições têm dos problemas e da capacidade institucional metropolitana para os resolver. Tendo em consideração os onze objetivos temáticos para a Europa 2020 é também oportuno avaliar os níveis de sensibilidade institucional para os desafios em jogo.
- em segundo lugar, atendendo que os processos colaborativos e em rede podem cumprir um conjunto de tarefas necessárias para a governação supramunicipal, tendo em vista o bem coletivo, iremos identificar as redes percecionadas pelos *stakeholders* metropolitanos e os atores melhor posicionados para liderar os processos de governação. Para que os processos tenham sucesso no planeamento e na gestão estratégica, é preciso mobilizar os principais agentes numa ação conjunta.
- em terceiro lugar, é preciso de promover a governação metropolitana através da conceção de um conjunto de processos. É preciso criar, apoiar e gerir redes; criar momentos para aprofundar as estratégias; e alimentar processos vigorosos em termos da construção de projetos âncora. O atual desafio é iniciar-se o processo de configuração de redes institucionais, para desencadear as tarefas necessárias para a preparação do desenvolvimento de projetos.

Os resultados apresentados neste capítulo baseiam-se na aplicação de quatro questionários junto dos *stakeholders* da AMP. Estes questionários têm como objetivos avaliar a perceção dos *stakeholders* relativamente: aos principais problemas da AMP; à capacidade institucional para resolver esses problemas; à importância atribuída aos objetivos da Europa 2020. Além disso, pretendem avaliar as instituições melhor posicionadas para liderar as redes e quais os desenhos ou redes institucionais que se evidenciam.

Assim, foi aplicado um questionário geral a 1500 instituições/indivíduos, tendo sido respondido por 345 indivíduos. Posteriormente, foram enviados mais 3 questionários relativos, respetivamente, aos três crescimentos - *inteligente*, *inclusivo*, *sustentável* - e dirigidos às respetivas *stakeholders*. O questionário dirigido ao *crescimento inteligente* foi enviado a 810 instituições/indivíduos da AMP e recebemos 83 instituições respostas. O questionário dirigido ao *crescimento*

inclusivo foi enviado para 228 instituições/indivíduos e recebemos 75 respostas. O questionário dirigido ao *crescimento sustentável* foi enviado para 109 instituições/indivíduos e recebemos 73 respostas.

O questionário geral pretende avaliar junto dos *stakeholders* o seguinte:

- Os níveis de importância (numa escala de 1 a 10) atribuídos a um conjunto de estratégias para a AMP;
- Os níveis de capacidade institucional (numa escala de 1 a 10) atribuídos para implementar essas estratégias;
- A importância atribuída aos 11 objetivos temáticos da Política de Coesão (selecionando os três objetivos mais importantes).
- Os *stakeholders* da AMP com maior capacidade de intervenção a nível metropolitano.

Os questionários específicos, por tipo de *crescimento*, pretendem avaliar o seguinte:

- A situação atual da AMP relativamente a um número diversificado de matérias, em função de cada *crescimento*;
- Os níveis de capacidade institucional da AMP para intervir nessas matérias, em função de cada *crescimento*;
- A importância atribuída aos 4/5 objetivos temáticos da Política de Coesão, os mais relacionados com cada *crescimento* (selecionando os dois objetivos mais importantes)
- Os *stakeholders* da AMP com maior capacidade de intervenção a nível metropolitano, em função de cada *crescimento*.

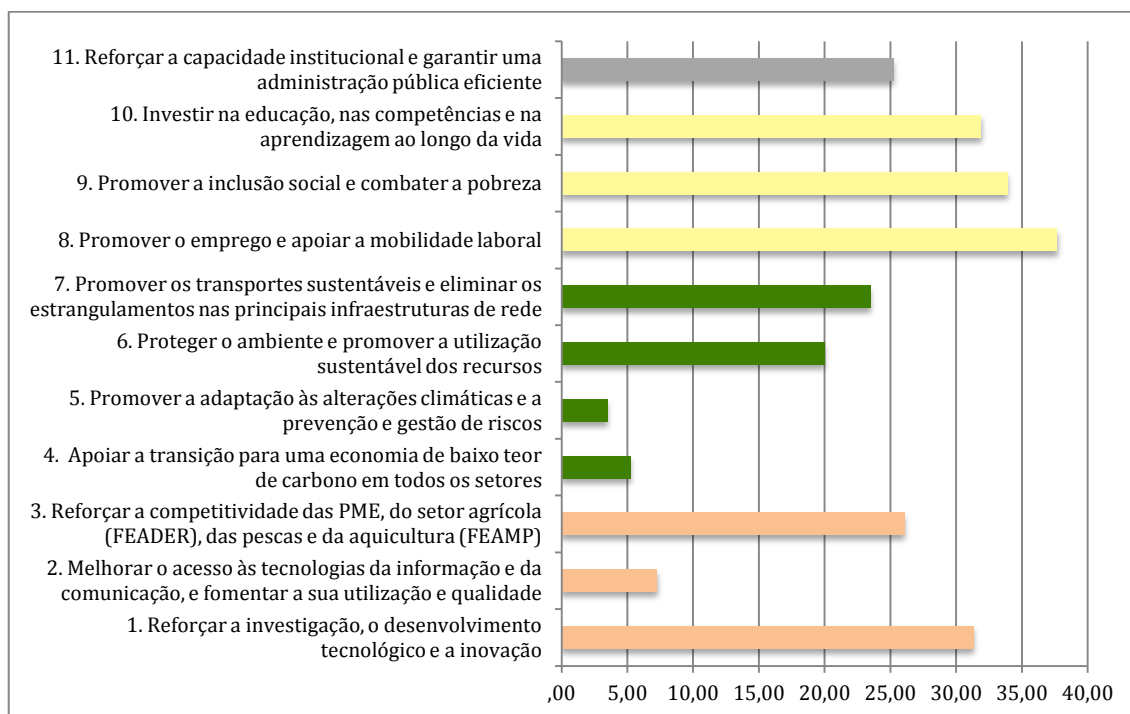
Objetivos e estratégias de implementação da Política de Coesão

Em termos dos onze objetivos da Política de Coesão, o nível de importância atribuída pelas instituições/indivíduos a cada um deles é muito diversificado. Isto significa que as instituições ou os indivíduos mostram sensibilidades diferentes relativamente aos objetivos, e que é necessário desencadear ações de sensibilização e de reforço de conhecimento relativamente aos objetivos menos pontuados.

Os objetivos mais relacionados com os objetivos do crescimento inclusivo são aqueles que têm uma maior perceção inquiridos. A promoção do emprego e da mobilidade laboral aparece num lugar prioritário, depois surge a necessidade de promover a inclusão social e combater a pobreza e de investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida. Este posicionamento é expectável, uma vez que estes objetivos serão os que mais afetam as possibilidades de vivência societal, assumindo uma maior premência na atualidade num contexto de altas taxas de desemprego em geral, de desemprego juvenil e de emergência da “geração nim nim” - que não trabalha, nem estuda.

A pertinência de reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação e a competitividade das PME, do sector agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP) é claramente reconhecida pelos inquiridos. No entanto, não valorizam a importância de melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, e fomentar a sua utilização e qualidade.

Identificação dos níveis de importância atribuídos pelas instituições ou pelos indivíduos aos 11 objetivos da política de coesão



Há também uma forte sensibilidade para a promoção de transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede e proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos. No entanto, há uma

fraca sensibilidade às alterações climáticas, à prevenção e gestão de riscos e à transição para uma economia de baixo teor de carbono.

A relevância de reforçar a capacidade institucional e garantir uma administração pública eficiente é reconhecida pelos inquiridos.

Na AMP, em matéria de **crescimento inteligente**, considerou-se apropriado avaliar a importância que a base institucional atribui a um conjunto de estratégias pertinentes para o período 2020 (quadro 1).

Genericamente, todas as estratégias são consideradas muito importante para a AMP 2020 (a média de importância posiciona-se acima de 7,4 pontos, numa escala de 1 a 10), o que demonstra que as instituições da AMP têm clara consciência da relevância dos desafios que se colocam em matéria de reforço da competitividade metropolitana e das estratégias gerais que é necessário implementar. Num leque claramente sintético de estratégias elencadas, evidenciam-se claramente (com uma pontuação de 8,3) a necessidade de promover a acessibilidade aos mercados internacionais e a pertinência de melhorar as condições de contexto tendo em vista o desenvolvimento de novos negócios sustentáveis.

Em termos de capacidade institucional da AMP para implementar estas estratégias, a avaliação não é muito otimista, porque numa escala de 1 a 10, as médias das respostas andaram entre 5,3 e 6,0. A avaliação melhor posicionada prende-se com a capacidade institucional de melhorar as condições de contexto.

Quadro - Níveis de Importância atual (numa escala de 1 a 10) de um conjunto de estratégias e capacidade institucional para as implementar, no âmbito do *crecimento inteligente*

ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR	Importância para a AMP	Capacidade institucional da AMP
Promover o acesso aos mercados internacionais de bens e serviços transacionáveis, dentro e fora do espaço Europeu.	8,3	5,4
Favorecer um contexto favorável à criação e ao desenvolvimento sustentável de novos negócios (qualidade das infraestruturas básicas, redes de energia e de telecomunicações, legislação, burocracia, fiscalidade, financiamento, infraestruturas de incubação e de inovação empresarial, etc.).	8,3	6,0
Reforçar a disponibilidade de recursos humanos qualificados, ao nível pré-universitário e universitário, com competências adequadas à procura do mercado de trabalho.	7,8	5,6
Garantir acesso às tecnologias mais recentes e capacidade de absorção destas pelas empresas e pela administração pública.	7,5	5,5
Criar condições de financiamento adequadas a investimentos orientados para I&D+I e de maior risco.	7,4	5,3

Em matéria de **crecimento inclusivo**, avaliou-se a importância atribuída pela base institucional a um conjunto de estratégias a implementar (quadro 2).

Genericamente, quase todas as estratégias em prol do reforço do crescimento inclusivo são consideradas muito importante para a base institucional da AMP. Em termos de relevância, as instituições da AMP têm clara consciência da pertinência dos desafios que se colocam em matéria de promoção da inclusão social, no entanto, os resultados demonstram que existem diferentes sensibilidades. No leque de estratégias elencadas, evidencia-se claramente (com uma pontuação de 8,1) a necessidade de promover e apoiar políticas ativas orientadas para o emprego dos jovens, através da criação do próprio emprego, o desenvolvimento de competências chave, o reforço do empreendedorismo social, dos estágios profissionais e do trabalho partilhado, etc.... Assim, as questões do emprego - como aliás parece acontecer um pouco por toda a Europa - são decisivas para a sustentação do desenvolvimento e das possibilidades de obtenção de maiores níveis de qualidade de vida.

A base institucional tem perceção da necessidade de se fomentar a inovação e o desenvolvimento de competências na economia social e de se apostar na educação e formação de adultos (maiores de 18 anos), empregados e desempregados. Há uma clara consciência da necessidade de se desenvolver serviços de apoio a situações de emergência social (habitação, medicamentos, alimentação e

vestuário) e de se intervir nas condições de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos, sociais e culturais). É também necessário promover e iniciativas e programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço das identidades. Assim, existe uma sensibilidade para a necessidade de utilização de abordagens e estratégias inovadoras de capacitação pessoal, social e institucional no combate à exclusão numa perspetiva mais imediata e numa perspetiva de longo prazo, assumindo relevância a inovação social, potenciadora de valor social e estratégia de afastamento de intervenções anteriores muito alicerçadas na dependência face aos contributos e subsídios do Estado. Porventura, os constantes recuos do Estado Providência e o adensamento da crise económica e social são fatores importantes no “descobrimento” de estratégias de intervenção em prol da qualificação de recursos e da sua autonomia de iniciativa.

Pensando nos mais jovens e nos mais idosos, as intervenções de combate ao insucesso e abandono escolar e as dirigidas ao envelhecimento ativo (atividades de voluntariado, dinâmicas de atuação intergeracionais, práticas lúdicas e desportivas,) são prioritárias para a base institucional. Há menor sensibilidade institucional para a necessidade de promover estratégias e iniciativas de integração multicultural (diálogos e interfaces multiculturais e étnicos, iniciativas de aprendizagem para a diferença, plataformas de conhecimento de costumes e tradições de diferentes culturas...) e facilitar condições de vivência e de sociabilidade fundadas na igualdade do género. Desta feita, existe ainda um desconhecimento das potencialidades do património cultural e da cultura em sentido lato como código de leitura e de identidade das populações, portador de valor social e económico indubitável.

Níveis de Importância atual (numa escala de 1 a 10) de um conjunto de estratégias e capacidade institucional para as implementar, no âmbito do *crescimento inclusivo*

ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR	Importância para a AMP	Capacidade institucional da AMP
Promover e apoiar políticas ativas orientadas para o emprego dos jovens (criação do próprio emprego, desenvolvimento de competências chave, empreendedorismo social, estágios profissionais, trabalho partilhado, etc.).	8,1	5,9
Fomentar a inovação e o desenvolvimento de competências na economia social.	7,7	6,0
Reforçar intervenções de combate ao insucesso e abandono escolar.	7,7	5,9
Intervir nas condições de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos, sociais e culturais).	7,6	6,0
Desenvolver serviços de apoio a situações de emergência social (habitação, medicamentos, alimentação e vestuário).	7,6	6,2
Apostar na educação e formação de adultos (maiores de 18 anos), empregados e desempregados.	7,5	5,7
Fomentar intervenções dirigidas ao envelhecimento ativo (atividades de voluntariado, dinâmicas de atuação inter-geracionais, práticas lúdicas e desportivas, ...)	7,3	6,1
Promover e iniciativas e programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço das identidades.	7,0	6,1
Promover estratégias e iniciativas de integração multicultural (diálogos e interfaces multiculturais e étnicos, iniciativas de aprendizagem para a diferença, plataformas de conhecimento de costumes e tradições de diferentes culturas...).	6,5	5,7
Facilitar condições de vivência e de sociabilidade fundadas na igualdade do género.	6,4	5,5

Em matéria de **crescimento sustentável**, a base institucional mostra sensibilidades relativamente diferentes em matéria de prioridades (quadro 3). Dá grande importância à necessidade de desmotivar o uso do transporte individual e para isso haver a necessidade de melhorar as articulações entre as redes de transportes coletivos. Igual importância é dada à necessidade das especificidades territoriais serem tidas em consideração no desenho e na implementação das políticas. A regeneração urbana em prol de cidades mais saudáveis e sustentáveis e que contribuam para a dinamização das economias locais e do emprego devem ter também uma posição prioritária nas políticas para a sustentabilidade.

Num segundo nível, mas bem pontuadas (com 7,4 a 7,7 pontos), aparece um grupo de estratégias relativamente extenso. Realça-se a necessidade de reforçar o modelo de multigovernança, implicando um maior envolvimento de atores locais e regionais na conceção, implementação e monitorização de programas e a

pertinência de se promover o desenvolvimento policêntrico, contrariando a dispersão e favorecendo a inovação e a sustentabilidade através de uma organização em rede. Os inquiridos têm uma forte consciência da importância das TIC na garantia do acesso a serviços básicos (saúde, educação, administração pública, serviços financeiros, etc.).

Em termos estratégicos há também uma forte sensibilidade para a necessidade de se identificar e prevenir os riscos naturais (erosão costeira, inundações, cheias, movimentos de vertente, incêndios florestais, etc.) recorrendo a uma avaliação ambiental integrada à escala local e promover a utilização de energias renováveis e a adoção de soluções mais eficientes em termos energéticos.

Em contrapartida, a implementação do inquérito também demonstra que é necessário promover junto das instituições uma maior sensibilidade ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono que facilite o uso eficiente dos recursos naturais e contribua para a adaptação às mudanças climáticas. Além disso, há também uma fraca atenção para o desenvolvimento de ações tendo em vista a minimização dos impactos negativos das alterações climáticas (riscos de ondas de calor e de vagas de frio) em prol de uma melhor qualidade de vida e saúde humana.

Genericamente, os inquiridos avaliam a capacidade institucional abaixo da pertinência das respetivas estratégias (quadro 1, 2 e 3), o que demonstra que não há uma forte confiança na base institucional existente e na sua capacidade de desencadear processos de grande mudança estratégica.

Níveis de Importância atual (numa escala de 1 a 10) de um conjunto de estratégias e capacidade institucional para as implementar, no âmbito do *crescimento sustentável*

ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR	Importância para a AMP	Capacidade institucional da AMP
Melhorar a articulação entre as redes de transportes coletivos como forma de desmotivar o uso do transporte individual.	8,1	6,7
Assegurar que as especificidades do território da AMP são tidas em conta no desenho e na implementação das políticas.	8,1	6,6
Promover intervenções de regeneração urbana em prol de cidades mais saudáveis e sustentáveis e que contribuem para a dinamização das economias locais e do emprego.	8,0	6,4
Reforçar o modelo de multi-governança (maior envolvimento de atores locais e regionais na conceção, implementação e monitorização de programas).	7,7	6,5
Reforçar o contributo das TICs para garantir aos cidadãos o acesso a serviços básicos (saúde, educação, administração pública, serviços financeiros, etc.).	7,6	5,8
Identificar e prevenir os riscos naturais (erosão costeira, inundações, cheias, movimentos de vertente, incêndios florestais, etc.) recorrendo a uma avaliação ambiental integrada à escala local.	7,5	5,9
Fomentar utilização de energias renováveis e a adoção de soluções mais eficientes em termos energéticos.	7,5	5,7
Promover o desenvolvimento policêntrico, contrariando a dispersão e favorecendo a inovação e a sustentabilidade através de uma organização em rede.	7,4	6,0
Promover a economia de baixo carbono que facilite o uso eficiente dos recursos naturais e contribua para a adaptação às mudanças climáticas.	7,2	5,4
Desenvolver ações tendo em vista a minimização dos impactos negativos das alterações climáticas (riscos de ondas de calor e de vagas de frio) em prol de uma melhor qualidade de vida e saúde humana.	6,9	5,2

Uma análise por Crescimentos

Crescimento Inteligente

O questionário implementado às instituições - mais relacionadas com o crescimento inteligente, relativamente às áreas mais pertinentes em termos de intervenção até 2020, organizou-se em torno de um conjunto de domínios:

- Capacidade das empresas instaladas na AMP
- Qualidade das infraestruturas e dos serviços de suporte
- Condições de contexto
- Acesso ao financiamento
- Disponibilidade de Recursos Humanos
- Oferta de formação

- Infraestruturas e serviços de I&D, I&D+i e apoio tecnológico
- Avaliação à I&D+i
- Articulação e cooperação

Segundo as instituições, os domínios com uma situação mais favorável são: a qualidade das infraestruturas e dos serviços de suporte (6,5); a disponibilidade de recursos humanos (6,2); a oferta de formação (6,1), e a capacidade das empresas instaladas na AMP (6,0). Em contrapartida, o acesso ao financiamento (4,2), a capacidade de articulação e cooperação institucional (4,7) e a I&D (5,1) e as infraestruturas de I&D+i e apoio tecnológico (5,4) têm uma avaliação comparativamente mais débil.

A **qualidade das infraestruturas e serviços de suporte** é o domínio melhor avaliado face aos desafios da AMP (quadro 2). As instituições avaliam bastante bem o aeroporto, os portos e a rede de infraestruturas rodoviárias. A mobilidade de pessoas e bens, as redes de telecomunicações de banda larga e as redes de energia também estão razoavelmente bem. No entanto, a recolha e tratamento de resíduos industriais e as redes ferroviárias aparecem neste leque de infraestruturas pior avaliados, demonstrando que segundo as instituições há questões a resolver nestas matérias. Em termos institucionais, a capacidade para atuar nas diferentes matérias é relativamente igual e razoável.

Em matéria de **recursos humanos**, as instituições reconhecem que existe disponibilidade de recursos humanos qualificados (sobretudo de nível universitário), com competências adequadas à procura do mercado de trabalho da AMP. No entanto, os recursos humanos para a internacionalização e para a inovação dos processos e dos produtos é claramente pior avaliada pelas instituições, demonstrando a pertinência de uma atuação estratégica nestas matérias. Em termos de capacidade institucional, a avaliação fica-se por uma pontuação razoável (com pontuações entre 6,0 a 6,2). Em matéria de **oferta de formação**, a formação superior está bem avaliada no painel, mas a oferta de formação específica para empreendedores e de formação profissional ao longo da vida estão claramente pior posicionados tendo em consideração aos objetivos de coesão.

O **tecido empresarial** tem só uma razoável capacidade de aceder aos mercados internacionais, mostrando sobretudo debilidades no acesso aos grandes clientes dos mercados internacionais de bens e serviços transacionáveis. O **acesso ao**

financiamento é claramente o domínio pior avaliado, tanto em matéria de financiamento a novos negócios quer na fase *seed e pre-seed* (por exemplo, *family & friends, business angels*), quer de desenvolvimento (por exemplo, *private equity, venture capital*). O financiamento das operações através da dívida também está dificultado.

Relativamente à **I&D, I&D+i e apoio tecnológico**, a avaliação mostra um conjunto de debilidades na AMP, que é necessário contrariar. A participação das instituições da AMP (empresas, entidades do SCTN, associações, Polos e Clusters, etc.) nas iniciativas a nível europeu nos diferentes domínios (I&DT e Inovação; coesão social; educação e formação; e desenvolvimento das cidades e dos territórios) é avaliada negativamente (média abaixo de 5 pontos). A oferta de investigação das instituições da AMP é avaliada como razoável (6 pontos em media, numa escala de 1 a 10), e a transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades /instituições de investigação e empresas também precisa de ser incentivada. O acesso das empresas às redes de conhecimento nacional é ainda fraca, e piora na escala internacional. A transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades /instituições de investigação e empresas incipiente face aos desafios atuais, e há uma certa incapacidade das empresas integrarem/absorverem as tecnologias mais recentes.

A **intervenção do estado e da administração central e regional** em matéria de promoção da inovação económica é avaliada como fraca (5,1, numa escala de 1 a 10). A **capacidade de articulação e cooperação institucional** dentro da AMP/Noroeste e com as regiões espanholas vizinhas mostra-se numa situação muito frágil, tanto em matéria de transportes, como no desenvolvimento de cadeias de valor em sectores industriais estratégicos, como também na educação e investigação.

Situação atual (numa escala de 1 a 10, em que 10 é a situação melhor)⁴ de um conjunto de matérias e capacidade institucional para as resolver, no âmbito do *crescimento inteligente*

	<i>crescimento inteligente</i>	Situação atual AMP	Capacidade da AMP
Capacidade das empresas instaladas na AMP	Acederem aos mercados internacionais de bens transacionáveis, dentro e fora do espaço Europeu.	6,3	6,2
	Acederem aos mercados internacionais de serviços, dentro e fora do espaço Europeu.	6,1	6,0
	Acederem aos grandes clientes dos mercados internacionais de bens e serviços transacionáveis pelas empresas da AMP.	5,6	5,7
Qualidade das infraestruturas e serviços de suporte na AMP	Redes de águas de vocação produtiva.	6,0	5,9
	Tratamento de águas residuais.	6,1	5,9
	Recolha e tratamento de resíduos industriais.	5,8	5,9
	Redes de energia.	6,5	5,7
	Redes de telecomunicações banda larga.	6,7	6,0
	Redes rodovias.	7,2	6,3
	Redes ferroviárias.	5,9	5,6
	Mobilidade de pessoas.	6,5	6,5
	Mobilidade de bens.	6,5	6,2
	Portos.	7,1	6,2
Aeroportos.	7,4	6,4	
Condições de contexto	O contexto local para a criação e desenvolvimento sustentável de novos negócios: taxas e licenças municipais, burocracia municipal, processos de licenciamento.	5,9	6,6
	O contributo das TICs na AMP na garantia do acesso das empresas aos serviços da administração pública, serviços financeiros, etc.	6,4	6,7
	A intervenção do estado e da administração central e regional na promoção da inovação económica da AMP.	5,1	6,0
Acesso ao financiamento	O acesso ao financiamento de novos negócios na fase seed e pre-seed (por exemplo, <i>family & friends, business angels</i>).	4,3	4,9
	O acesso ao financiamento de novos negócios na fase de desenvolvimento (por exemplo, <i>private equity, venture capital</i>).	4,2	4,8
	O acesso ao financiamento das operações através de dívida.	4,0	4,4
Recursos Humanos	A disponibilidade de recursos humanos qualificados de nível pré-universitário com competências adequadas à procura do mercado de trabalho da AMP.	6,3	6,1
	A disponibilidade de recursos humanos qualificados de nível universitário com competências adequadas à procura do mercado de trabalho da AMP.	6,8	6,2
	O capital humano das empresas para a integração de tecnologias mais recentes.	6,1	6,0
	O capital humano das empresas para o reforço da internacionalização.	5,9	6,1

⁴ Os valores apresentados correspondem aos valores médios das respostas. Neste universo, consideramos que: os valores entre 4,0 e 4,9 correspondem a situações de muito fragilidade; os valores entre 5,0 e 5,4 correspondem a situações de fragilidade; os valores entre 5,5 e 5,9 correspondem a situações razoáveis; os valores entre 6,0 e 6,9 correspondem a situações boas; os valores superiores a 6,9 correspondem a situações muito boas.

	O capital humano das empresas para a inovação nos processos e nos produtos.	5,9	6,0
Oferta de formação	A oferta de formação universitário da AMP responde às necessidades de uma economia que se quer competitiva.	7,0	6,6
	A oferta de formação profissional da AMP responde às necessidades de uma economia que se quer competitiva.	6,1	6,2
	A oferta de formação universitária ao longo da vida responde às necessidades de uma economia que se quer competitiva	6,1	6,3
	A oferta de formação profissional ao longo da vida responde às necessidades de uma economia que se quer competitiva	5,8	6,3
	A oferta de formação específica para empreendedores.	5,4	6,1
Infraestruturas e serviços de I&D, I&D+i e apoio tecnológico	A oferta de investigação das instituições da AMP.	6,1	5,9
	A transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades /instituições de investigação e empresas.	5,3	6,1
	O acesso das empresas à incubação e aceleração de novos negócios.	5,3	5,9
	O apoio tecnológico.	5,5	5,8
	O acolhimento empresarial.	5,4	5,9
	A atração de investimentos externos.	4,8	5,7
Avaliação à I&D+i	A capacidade das empresas da AMP integrarem/absorverem as tecnologias mais recentes.	5,5	5,8
	O acesso das empresas às redes de conhecimento nacionais.	5,8	6,0
	O acesso das empresas às redes de conhecimento internacionais.	5,2	5,8
	A articulação de Pólos e Clusters com projetos e políticas de intervenção com outros territórios.	4,8	5,7
	A participação das instituições da AMP (empresas, entidades do SCTN, associações, Polos e Clusters, etc.) nas iniciativas a nível europeu, nos domínios do I&DT e Inovação.	4,7	5,7
	A participação ativa das instituições da AMP (empresas, entidades do SCTN, associações, Polos e Clusters, etc.) nas iniciativas a nível europeu nos domínios da educação e formação.	4,8	5,6
	A participação ativa das instituições da AMP (empresas, entidades do SCTN, associações, Polos e Clusters, etc.) nas iniciativas a nível europeu, nos domínios do desenvolvimento urbano e territorial.	4,9	5,7
	A participação ativa das instituições da AMP (empresas, entidades do SCTN, associações, fundações, etc.) na iniciativas a nível europeu, nos domínios da coesão social.	4,7	5,6
Articulação e cooperação	A articulação dentro da AMP/Noroeste, na área dos transportes.	4,9	5,9
	A articulação dentro da AMP/Noroeste, para o desenvolvimento de cadeias de valor em sectores industriais estratégicos	4,7	5,6
	A articulação dentro da AMP/Noroeste, nos domínios da educação e investigação.	4,9	5,8
	A articulação da AMP com as regiões espanholas vizinhas, (particularmente com a Galiza) na área dos transportes.	4,7	5,7
	A articulação da AMP com as regiões espanholas vizinhas, (particularmente com a Galiza) para o desenvolvimento de cadeias de valor em sectores industriais estratégicos.	4,3	5,5
	A articulação da AMP com as regiões espanholas vizinhas, (particularmente a Galiza) nos domínios da educação e investigação.	4,4	5,5

Crescimento inclusivo

O questionário implementado às instituições relacionadas com o crescimento inclusivo organizou-se em torno de um conjunto de problemas estruturados pelas seguintes temáticas:

- Desemprego;
- Educação;
- Formação;
- Equipamentos e serviços ;
- Inclusão social.

A partir dos resultados do inquérito, pode-se afirmar que há uma perceção global de várias insuficiências, mostrando a acutilância destes problemas na vida e quotidiano das instituições. Em termos de **desemprego**, temos problemas de articulação e cooperação institucional no combate ao desemprego jovem desqualificado e qualificado e há um insuficiente acesso institucional ao conhecimento para a resolução desses problemas. A capacidade institucional para resolver os problemas do desemprego e do reforço da empregabilidade estão avaliados só como razoáveis, indiciando a necessidade de uma maior intervenção a este respeito pela agilização de procedimentos, pela criação de novos programas ou pela intervenção junto de “novos” públicos.

Ao nível da **educação**, a articulação entre a educação formal e não formal nos processos educativos é débil, assim como a disponibilidade de oferta de educação e formação de adultos. Há uma fraca utilização de dispositivos de reconhecimento, validação e certificação de competências de ativos adultos, com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória. No combate ao insucesso e abandono escolar há uma avaliação que assinala a fraca da oferta de medidas de combate, da sua qualidade e eficácia, e dos níveis de cooperação e diálogo interinstitucional, nomeadamente o trabalho com as famílias e os atores locais. O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes é também debilmente avaliado.

A disponibilidade de **formação** contínua e profissional segmentada e organizada, em função das características dos públicos-alvo e orientada para a empregabilidade dos ativos desempregados é relativamente frágil. Atualmente a

situação em matéria de oferta de formação profissional de nível não superior, nomeadamente em termos de áreas e perfis de saída, mostra-se também relativamente insuficiente. Em matéria de empreendedorismo há pouca disponibilidade de formação relevante no domínio do empreendedorismo social e da qualificação da gestão de PME's dos setores do pequeno comércio e serviços.

Nos domínios da **inclusão social**, a formação e qualificação continuadas das estruturas e equipas que intervém é escassa. Há uma insuficiente acessibilidade aos programas socioculturais de natureza inclusiva, destinados a todos os segmentos etários, e de reforço de identidades. As respostas ao questionário demonstram que há uma situação de grande fragilidade em matéria de intervenção às medidas de combate a situações de abandono e solidão dos idosos. Há uma razoável situação em termos de intervenção relativamente aos problemas de emergência social decorrentes da atual crise (nomeadamente, alimentação, habitação, medicamentos, etc.) Simultaneamente, há uma fraca disponibilidade e acesso a medidas promotoras de envelhecimento ativo. Também em matéria de inclusão social, o acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate à pobreza é incipiente, sendo de assinalar a importância do desenho de programas integrados e multissetoriais de intervenção a este respeito.

A **acessibilidade aos serviços e equipamentos** (saúde, educativos, sociais e culturais) da população em risco de exclusão é razoável. No entanto, os sistemas de informação relativamente aos idosos isolados e suas redes de apoio e vizinhança são claramente insuficientes assim como a acessibilidade aos serviços e plataformas de proximidade em prol da integração comunitária e do reforço das identidades locais. Há debilidades em matéria de definição de estratégias, práticas e programas de fomento e qualificação de voluntariado e há uma insuficiente articulação entre municípios tendo em vista a estruturação de uma rede de equipamentos sociais. As competências de liderança e de gestão nas organizações da economia social estão também insuficientemente desenvolvidas.

Em matéria de **inovação social**, as carências são manifestas tanto na necessidade de promover iniciativas de apoio à inovação social como no desenvolvimento de programas fundados na inovação social. Assim, é clara uma procura de melhoria das estratégias de enfrentamento da exclusão, uma busca de novas formas de combate à pobreza e exclusão social.

Situação atual (numa escala de 1 a 10, em que 10 é a situação melhor)⁵ de um conjunto de matérias e capacidade institucional para as resolver, no âmbito do *crescimento inclusivo*

	<i>crescimento inclusivo</i>	Situação atual AMP	Capacidade da AMP
Desemprego	A articulação e cooperação entre instituições e agentes no combate ao desemprego jovem pouco qualificado.	4,6	5,7
	A articulação e cooperação entre instituições e agentes no combate ao desemprego jovem qualificado e altamente qualificado.	4,8	5,7
	A cooperação entre instituições e detentores de conhecimento no reforço da empregabilidade da população ativa.	4,6	5,7
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate ao desemprego.	4,9	5,8
Educação	A articulação entre educação formal e não formal nos processos educativos de jovens.	4,8	6,1
	A disponibilidade de oferta de educação e formação de adultos.	4,7	6,0
	A utilização de dispositivos de reconhecimento, validação e certificação de competências de ativos adultos, com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória.	4,7	5,8
	A oferta (dimensão e cobertura) de medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.	5,2	6,1
	A qualidade e a eficácia das medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.	5,1	6,0
	A cooperação e o diálogo no combate ao insucesso e abandono escolar.	5,1	6,1
	O trabalho com famílias e atores locais no combate ao abandono escolar precoce.	4,9	5,9
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate ao insucesso e abandono escolar.	5,0	6,0
Formação	A disponibilidade de formação contínua segmentada e organizada, em função das características dos públicos-alvo.	5,0	6,2
	A disponibilidade de formação profissional orientada para a empregabilidade dos ativos desempregados.	5,0	5,9
	A oferta de formação profissional de nível não superior, nomeadamente em termos de áreas e perfis de saída.	5,0	6,0

⁵ Os valores apresentados correspondem aos valores médios das respostas. Neste universo, consideramos que: os valores entre 4,0 e 4,9 correspondem a situações de muito fragilidade; os valores entre 5,0 e 5,4 correspondem a situações de fragilidade; os valores entre 5,5 e 5,9 correspondem a situações razoáveis; os valores entre 6,0 e 6,9 correspondem a situações boas; os valores superiores a 6,9 correspondem a situações muito boas.

	A disponibilidade de formação relevante no domínio do empreendedorismo social.	5,1	6,1
	O apoio ao empreendedorismo e à qualificação da gestão de PME's dos setores do pequeno comércio e serviços.	4,8	5,8
Inclusão Social	A formação e qualificação continuadas das estruturas e equipas que intervêm nos domínios da inclusão social.	5,3	6,4
	O acesso a programas socioculturais de natureza inclusiva e de reforço de identidades.	5,3	6,3
	O acesso a programas de artes performativas inclusivos destinados a todos os segmentos etários.	4,9	6,0
	As medidas de combate a situações de emergência social decorrentes da crise (alimentação, habitação, medicamentos, etc.) .	5,8	6,5
	As medidas de combate a situações de abandono e solidão dos idosos.	5,0	6,0
	A disponibilidade e o acesso a medidas promotoras de envelhecimento ativo.	5,1	6,0
	O acesso a conhecimento que favoreça intervenções mais eficazes no combate à pobreza.	5,2	6,1
Equipamentos e serviços	Os níveis de acesso da população em risco de exclusão aos serviços e equipamentos sociais (saúde, educativos e culturais).	5,6	6,3
	O acesso a serviços e plataformas de proximidade em prol da integração comunitária e do reforço das identidades locais.	4,9	5,6
	Os sistemas de informação relativamente aos idosos isolados e suas redes de apoio e vizinhança.	4,7	5,8
	As estratégias, práticas e programas de fomento e qualificação de voluntariado.	5,0	6,0
	A articulação entre municípios para estruturação de uma rede de equipamentos sociais.	5,0	6,1
	O desenvolvimento de competências de liderança e de gestão nas organizações da economia social.	4,7	6,1
Inovação Social	A promoção de iniciativas de apoio à inovação social.	4,9	5,9
	Os programas de negócio fundados na inovação social.	4,6	5,7

Crescimento sustentável

O questionário implementado às instituições relacionadas com o crescimento sustentável organizou-se em torno de um conjunto de problemas estruturados em torno de um conjunto de temáticas:

- Infraestruturas
- Mobilidade
- Ambiente e alterações climáticas
- Reabilitação urbana
- Floresta

A partir dos resultados do inquérito, pode-se afirmar que há uma perceção global de várias insuficiências em diversificadas matérias, mas genericamente, as infraestruturas e serviços estão razoavelmente bem.

Em termos de **infraestruturas e serviços**, a rede de distribuição de água para abastecimento público tem a melhor avaliação do painel. Há uma boa avaliação das formas de gestão, tratamento e valorização do tratamento de águas residuais e dos sistemas inteligentes de valorização dos RSU's e RSI's. Além disso, há uma alta perceção da necessidade de se promover uma distribuição e consumo inteligente de água com qualidades diversas consoante o tipo de uso (tendo uma diferenciação do seu preço).

Em termos de **mobilidade**, há uma boa perceção da necessidade de se implementar uma rede integrada de transportes hipocarbónica (metro, autocarros, comboios, etc.) e de criar redes integradas de ciclovias que atravessem a diversidade de contextos geográficos (urbanos e rurais) em toda a área metropolitana. Por outro lado, há a perceção da necessidade de se criar uma bilhética simples e atrativa dentro de toda a AMP (metro, autocarros, comboios, etc.).

Em termos de **ambiente e alterações climáticas**, há uma razoável perceção da importância de criar uma rede de monitorização da qualidade do ar através de estações urbanas que avaliam a poluição atmosférica e de se montarem sistemas de Alerta e Resposta Metropolitana para o risco de calor e frio extremos (havendo uma articulação entre Autarquias e Agrupamentos de Centros de Saúde).

No entanto, há uma fraca perceção da relevância de se utilizar a vegetação e a água para fins termoreguladores e de qualificação do ar atmosférico (com árvores, relvado, fachadas e telhados verdes, mosaicos de água, etc.) e não há ainda suficiente abertura para se montar, à escala local, um sistema de taxas associadas às áreas edificadas mais sujeitas a maiores níveis de riscos naturais e tecnológicos.

Há também ainda uma fraca perceção da necessidade de se realizar um cadastro florestal e de existirem empresas de recolha e aproveitamento energético dos resíduos de forma a limpar a floresta. Em termos de se promover uma economia que crie mais empregos verdes há ainda uma baixa sensibilidade.

Em matéria de **reabilitação urbana**, há ainda uma fraca sensibilidade para a pertinência de existirem políticas locais direcionadas ao incentivo a projetos de reabilitação bio climaticamente concebidos, havendo uma fraca disponibilidade de informação sobre as necessidades bioclimáticas dos edifícios e dos custos energéticos associados às possíveis soluções de aquecimento e arrefecimento artificial. Atualmente, a duração dos processos de licenciamentos de obras de reabilitação dos edifícios já são avaliados como razoáveis.

Situação atual (numa escala de 1 a 10, em que 10 é a situação melhor)⁶ de um conjunto de matérias e capacidade institucional para as resolver, no âmbito do *crescimento sustentável*.

	<i>crescimento sustentável</i>	Situação atual AMP	Capacidade da AMP
Infraestruturas e serviços	A eficiência na rede de distribuição de água para abastecimento público.	7,0	6,6
	A necessidade de se promover uma distribuição e consumo inteligente de água com qualidades diversas consoante o tipo de uso.	6,3	6,4
	As formas de gestão, tratamento e valorização do tratamento de águas residuais.	6,6	6,6
	A existência de sistemas inteligentes de valorização dos RSU's e RSI's.	6,4	6,2
Mobilidade	A necessidade de existir uma rede integrada de transportes públicos hipocarbónica (metro, autocarros, comboios, etc.).	6,1	6,2
	A pertinência de uma bilhética simples e atrativa dentro de toda a AMP (metro, autocarros, comboios, etc.).	6,3	6,4
	A existência de redes integradas de ciclovias que atravessem a diversidade de contextos geográficos em toda a área metropolitana.	6,1	6,6
Ambiente e alterações climática	A pertinência de uma rede de monitorização da qualidade do ar através de estações urbanas que avaliam a poluição atmosférica.	5,9	6,2
	Os níveis de sensibilização e educação para as consequências da poluição atmosférica na atmosfera e no clima.	6,1	6,1
	A importância de montar sistemas de Alerta e Resposta Metropolitana para o risco de calor e frio extremos (articulação entre Autarquias e Agrupamentos de Centros de Saúde).	5,6	5,8
	A relevância de utilizar a vegetação e a água para fins termoreguladores e de qualificação do ar atmosférico (árvores, relvado, fachadas e telhados verdes, mosaicos de água, etc.).	5,2	5,6
	A pertinência de existir, à escala local, um relacionamento entre os Riscos naturais e tecnológicos e as respetivas taxas de licenciamento ou outras taxas à vulnerabilidade associadas.	4,9	5,4
	A necessidade de existirem incentivos aos atores para a criação de empregos verdes.	5,1	5,3
Reabilitação Urbana	O tempo associado aos processos de obras de reabilitação dos edifícios.	5,6	6,0
	A pertinência de existir políticas locais direcionadas ao incentivo a projetos de reabilitação bio climaticamente concebidos.	5,2	5,8
	A disponibilidade de informação sobre as neces. bioclimáticas dos edifícios e dos custos energéticos associados às possíveis soluções de aquecimento e arrefecimento artificial.	5,0	5,6
Floresta	A limpeza da floresta por empresas de recolha e aproveitamento energético dos resíduos.	5,5	5,8
	O fato da Região ainda não ter um cadastro florestal.	5,2	5,8

⁶ Os valores apresentados correspondem aos valores médios das respostas. Neste universo, consideramos que: os valores entre 4,0 e 4,9 correspondem a situações de muito fragilidade; os valores entre 5,0 e 5,4 correspondem a situações de fragilidade; os valores entre 5,5 e 5,9 correspondem a situações razoáveis; os valores entre 6,0 e 6,9 correspondem a situações boas; os valores iguais ou superiores a 7,0 correspondem a situações muito boas.

Pode-se ainda afirmar que em termos comparativos, as instituições têm uma avaliação muito diferenciada mas é nas temáticas do crescimento inclusivo que há uma perceção que a situação atual está mais fragilizada. Se compararmos a avaliação atual com a capacidade institucional da AMP para atuar tendo em vista resolver os problemas e implementar as estratégias, a avaliação é mais otimista para todas as áreas de intervenção.

Das redes aos processos de governação

Enquadramento

Sabemos que as regiões metropolitanas não estão suficientemente interligadas ao nível da governação. Dezenas de entidades sectoriais e locais tomam decisões independentes e algumas vezes contraditórias, havendo a necessidade de promover a governação metropolitana. A governação metropolitana pode preencher lacunas ou dificuldades onde o poder executivo local e central têm dificuldades em atuar, envolvendo os setores público e privado em tarefas comuns (Innes, Booher & Vittorio, 2011).

Acreditamos que uma área metropolitana deve ser composta por muitos sistemas naturais, políticos, sociais e económicos sobrepostos e que se entrecruzam (Innes & Booher, 1999). Cada um deles pode ser, em grande parte, gerido por diferentes grupos de agentes públicos e privados, que também interagem noutros sistemas ao relacionar assuntos e tarefas. A AMP, poder executivo formal, poderá desempenhar um papel fulcral na condução destas redes e colaborações tendo em vista os objetivos públicos da AMP 2020.

As AIDUS vão exigir mais do que uma governação formal. Precisarão de sistemas de governação que envolvam não só um novo poder executivo e entidades públicas, mas também entidades com e sem fins lucrativos, organizações cívicas e representantes do grande público. Estas novas formas de governação envolvem um maior número de grupos e de entidades públicas com interesses díspares, embora interdependentes, na resolução e ação relativamente a determinados problemas ou questões estratégicas. Podem trabalhar de uma forma bastante auto-organizada e descentralizada, respondendo à complexidade das questões envolvidas, que não podem ser geridas por uma única entidade (Innes, Booher & Vittorio, 2011).

A governação implicará construir ligações de uma forma transversal, tendo em consideração o sistema de decisão fragmentado e multi-nivelado¹, e além disso deve procurar desenvolver capacidades de ação das entidades fora dos seus mandatos formais (Innes & Booher, 2003). O processo de governação tem de ser desenhado em função das características únicas de cada metrópole, fundamentando-se nas suas mais-valias e enfrentando os seus desafios (Innes & Rongerude, 2006).

Axelrod e Cohen (1999) sugerem que são necessárias três condições para criar um sistema político e social ser adaptável: diversidade, interação e seleção.

- a diversidade implica que muitos tipos de entidades, perspetivas, conhecimentos e interesses, incluindo escalas relevantes desde a nacional ao bairro, se envolvam na criação de políticas.
- a interação permite que as entidades sejam informadas sobre as atividades umas das outras e que aprendam com as experiências dos outros. As interações pessoais criam capital social e compreensão recíproca entre as entidades.
- a seleção significa que os agentes têm de ser capazes de selecionar estratégias eficientes e acabar com as que apresentam resultados de pouco valor.

A governação metropolitana tem de ser flexível, experimental e pedagógica (Innes, Booher & Vittorio, 2011). Deve responder de forma atempada à mudança e inovar se as situações o exigirem. Uma metrópole é demasiado multifacetada e diversa para que alguém a possa compreender como um todo. A sua governação depende dos intervenientes que, para agir, se baseiam nos seus próprios interesses, no conhecimento direto das questões que lhes são próximas e da informação que lhes chega. Tem de ser possível adotar práticas eficientes à medida que os agentes tomem conhecimento delas. Assim, deve ser constituída por um bom sistema de interligações para que o retorno das ações seja atempado.

As redes percecionadas pelos stakeholders

Como já referimos, foi implementado um questionário a 1500 instituições/indivíduos localizados na AMP, tendo sido respondido por 345

indivíduos. No questionário, solicitamos o nome de 4 instituições mais relevantes para o processo de governação a nível metropolitano.

Com base nas respostas, construímos estatísticas e representamos as redes de forma a avaliar as instituições mais centrais nas redes, ou seja as que têm uma posição com maior centralidade, que estão melhor posicionadas para liderar processos de governação metropolitana pois são reconhecidas pela base institucional metropolitana.

No questionário geral foram referidas 327 instituições. As instituições que surgem como mais centrais na rede institucional (*degree* mais elevado) são as seguintes:

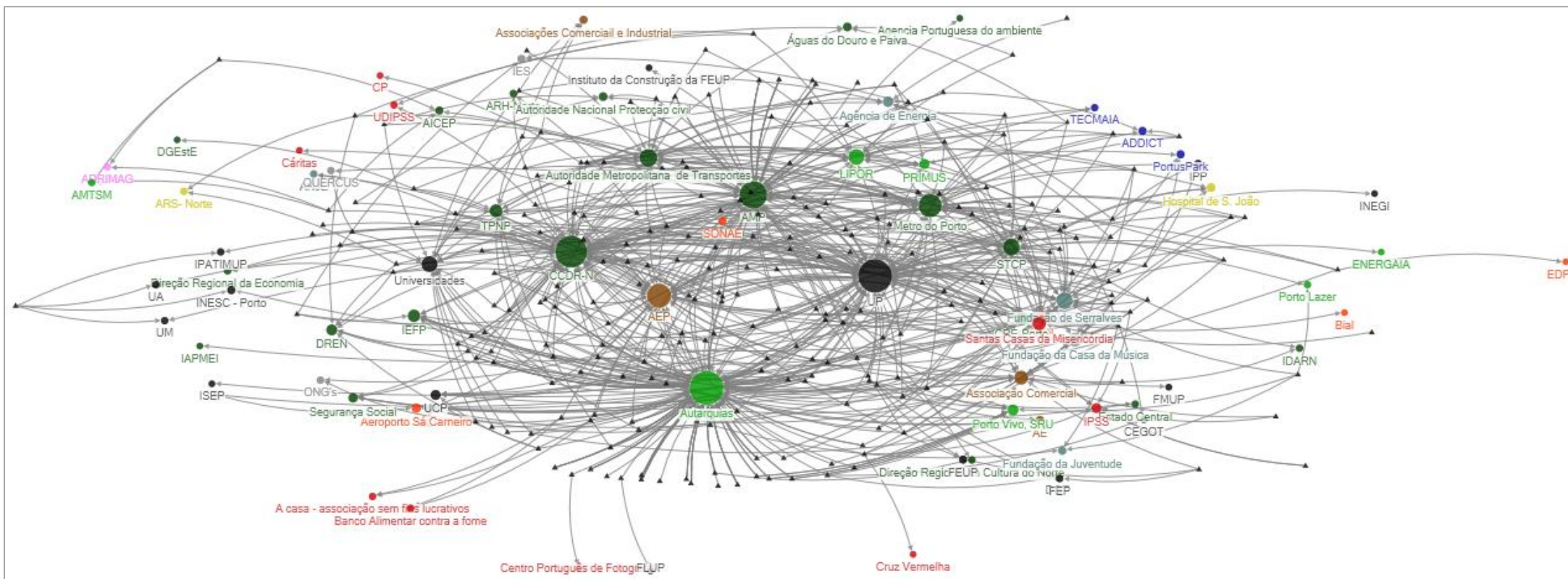
- num primeiro nível, as autarquias, a Universidade do Porto, a AMP, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e a Associação Empresarial de Portugal;
- num segundo nível, Metro do Porto, Autoridade Metropolitana de Transportes, STCP, Fundação de Serralves, LIPOR, Associação Comercial, Fundação da Casa da Música, APDL, Santas Casas da Misericórdia, CRE-Porto, TPNP e o IEFP.

Nesta rede global podem-se identificar, genericamente, os seguintes *grupos*:

- um primeiro, organizado em torno da Universidade do Porto, a Universidade Católica, o Instituto Superior de Engenharia do Porto, o INEGI, o INESC - Porto, o IPATIMUP, a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro, o TECMAIA, o Instituto Politécnico do Porto, o PortusPark, a Associação Comercial do Porto, o Aeroporto de Sá Carneiro, o IAPMEI e a Direção Regional da Cultura - Norte.
- um segundo, estruturado à volta das Autarquias, envolvendo sobretudo organismos da Administração Central e ONG's.
- um terceiro, em torno da AMP, com nomeadamente a Autoridade Metropolitana dos Transportes, a LIPOR, e ainda a PRIMUS, as Águas do Douro e Paiva, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a ADDICT, a Agência Portuguesa do Ambiente.
- um quarto, por um lado, com a Fundação de Serralves e a Fundação da Casa da Música, e por outro o Metro do Porto, a STCP, a CP, entre outras.

- Um quinto, em torno da CCDR-Norte, com a Direção Regional da Economia, a Direção de Serviços da Região Norte do Ministério da Educação e Ciência, os Centros de Segurança Social, etc.
- Um sexto, nomeadamente com IPSS, a Santa Casa da Misericórdia, a Cruz Vermelha, o Banco Alimentar Contra a Fome.

Rede Institucional Global AMP

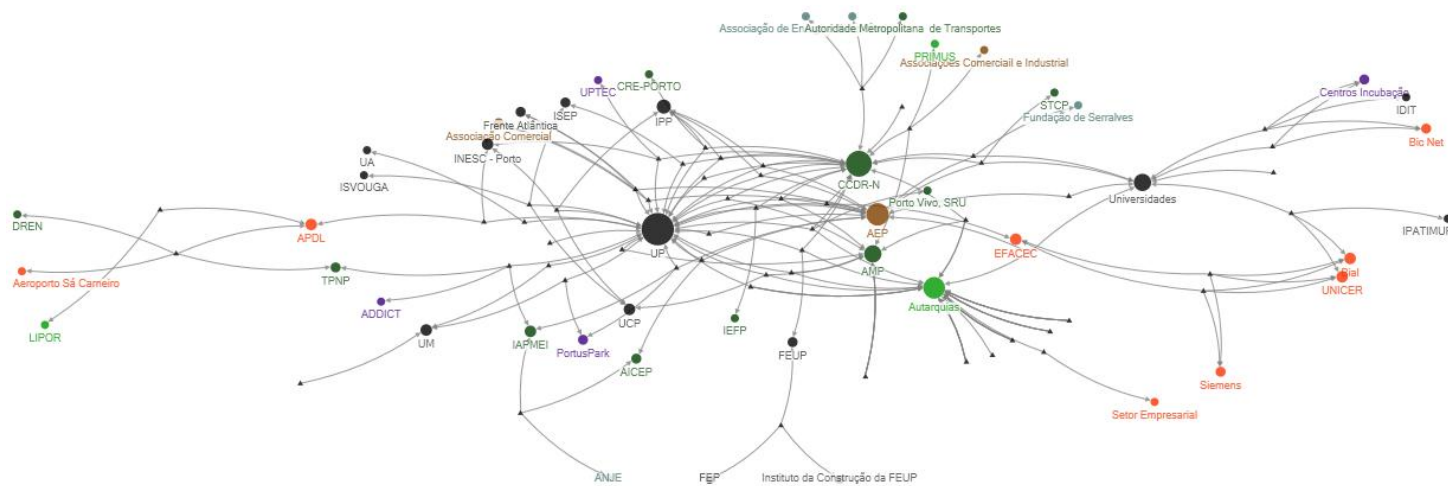


As instituições mais relacionadas com o **Crescimento Inteligente** (questionário específico) selecionaram um conjunto de 104 instituições que organizam uma rede em torno da Universidade do Porto, da CCDR-Norte, da Associação Empresarial de Portugal, das Autarquias e da AMP⁷.

A Universidade do Porto surge a organizar um grande conjunto de instituições, como o INESC-Porto, o Instituto Politécnico do Porto, a Universidade Católica do Porto, o ISEP, a UPTEC, o ISVouga, a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro, o IAPMEI, a PortusPark, a ADDICT.

A CCDR-Norte, a AMP, a AEP e as Autarquias aparecem na rede fortemente interligadas com a Universidade do Porto, mas associando-se com o sector Empresarial (EFACEC, Siemens, UNICER, BIAL, entre outras), o IEFP, a Autoridade Metropolitana dos Transportes, a Associações Comerciais e Industriais, os STCP, outras universidades, entre outras.

Crescimento Inteligente: Rede Institucional AMP



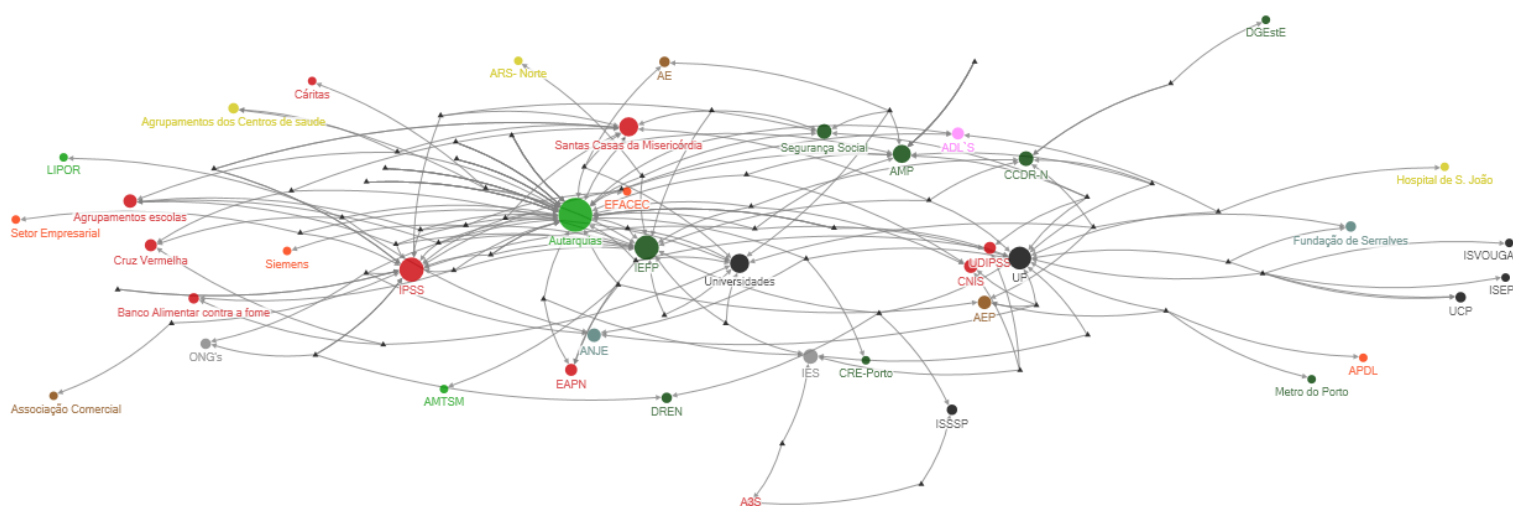
⁷ As instituições estão ordenadas em função do grau de centralidade na rede (*degree*).

As instituições mais relacionadas com o **Crescimento Inclusivo** (questionário específico) selecionaram um conjunto de 100 instituições que organizam uma rede em torno das Autarquias, do IEFP, as IPSS e as Universidades (nomeadamente a Universidade do Porto).

As autarquias têm nesta rede um nível de centralidade claramente superior às demais instituições demonstrando o relevo que lhes é reconhecido para o desenvolvimento das estratégias para o **Crescimento Inclusivo**. A seguir, num segundo nível, têm uma posição também muito central o IEFP, as IPSS e a Universidade do Porto. Este posicionamento é importante, pois indica uma clara perceção da importância que as autarquias têm vindo a assumir localmente na resolução de problemas de exclusão social, mas também a clara perceção de uma estratégia *bottom up* como viável para a resolução da complexidade temática, institucional, geográfica e social das questões que aqui se colocam.

Nesta rede aparece também, com uma razoável centralidade, a AMP, a CCDR-N, as Misericórdias, os centros da Segurança Social, o Instituto de Estudos Sociais, a Associação Empresarial de Portugal, a ANJE, a CNIS, entre outras. Mais perto das IPSS temos as Santas Casas da Misericórdia, o Banco Alimentar contra a Fome, a Cruz Vermelha, a Cáritas, a CNIS.

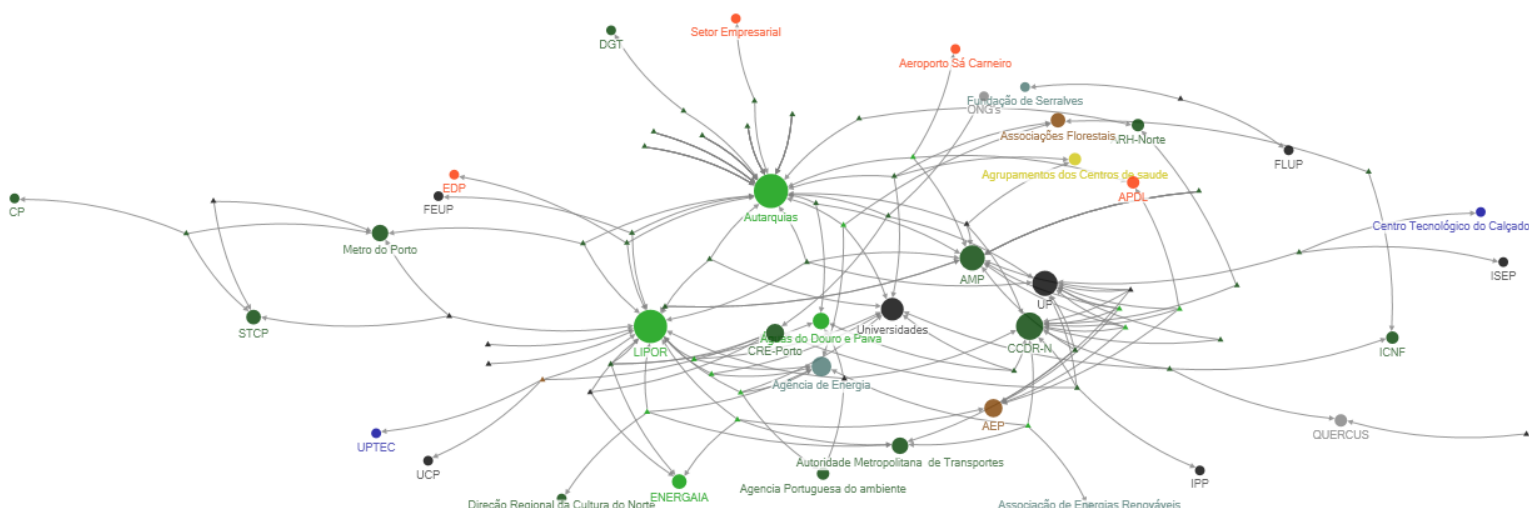
Crescimento Inclusivo: Rede Institucional AMP



As instituições mais relacionadas com o **Crescimento sustentável** (questionário específico) selecionaram um conjunto de 87 instituições que organizam uma rede claramente centralizada pelas Autarquias e pela LIPOR. Num segundo nível de centralidade (*degree*) surge a CCDR-N, a AMP, e a UP e demais universidades.

Nesta rede aparece também a Agência de Energia, o CRE.Porto (o Centro Regional para a Excelência Educação para o Desenvolvimento Sustentável), as Águas do Douro e Paiva, a ENERGAIA, as Associações Florestais, a AEP, a Autoridade Metropolitana para os Transportes, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Associação de Energias Renováveis, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o ICNF, a APA - ARH Norte, entre outras.

Crescimento Sustentável: Rede Institucional AMP



Podemos concluir o seguinte:

1. A base institucional da AMP considera que o processo de governação da AMP deve organizar-se em torno de um conjunto central de instituições - a AMP, as Autarquias, a CCDR-N, a Universidade do Porto e a Associação Empresarial de Portugal.
2. A base institucional da AMP reconhece que para cada *Crescimento*, o processo de governação deve ser organizado em torno de conjuntos diferenciados de instituições.
3. Do ponto de vista do posicionamento, esta configuração institucional sugere uma adequada perceção das esferas, espaços e instâncias de intervenção, sendo possível a partir de agora refletir a concretização de uma governação mais eficaz e eficiente em termos dos processos a implementar, as escalas de intervenção, e os fins a atingir.

6. Parceria para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

A Parceria

A parceria à escala sub-regional já é, e foi também no passado recente, uma realidade que está no terreno, tal como demonstram as conclusões do inquérito às Redes Institucionais bem como a participação ativa ao longo do processo de construção do plano de desenvolvimento, uma realidade que se expressa numa prática de cooperação presente neste território em diversas áreas de atuação.

A parceria constitui uma fator-chave para a implementação da Estratégia e do Plano de Ação. Nesta medida, o envolvimento ativo das regiões, das autarquias locais e das suas associações bem como de todos os agentes relevantes económicos, sociais e culturais nas várias fases do ciclo de programação (preparação, estratégia, execução, monitorização e avaliação) constitui uma condição do seu sucesso.

O desafio com que a NUTS III AMP está agora confrontada em face das exigências do novo ciclo de programação dos fundos estruturais consiste no aprofundamento e capacitação da parceria sub-regional.

Modelo de Governação

A governação não constitui, em si própria, um fim, mas antes um instrumento e um processo que agrega atores, formais e informais, dos setores público e privado, organizados e comprometidos que interagem - em concertação ou em conflito - para realizar um objetivo, um conjunto de objetivos ou uma estratégia.⁸

Assim encarada, a governação pressupõe cinco dimensões fundamentais que se traduzem na existência de:

- uma estratégia compreendendo uma visão e objetivos de desenvolvimento claramente identificados para o território e assumidos pelos atores locais;

⁸ William R Barnes and Kathryn A Foster, 'Toward a More Useful Way of Understanding Regional Governance', paper presented at the conference of the European Urban Research Association, Vienna, Austria, 2012 - (<http://brr.berkeley.edu/wp-content/uploads/2012/10/Barnes-Foster-Toward-a-more-useful-way-of-understanding-regional-governance.pdf>, last access May 2014)

- um grupo de atores relevantes, institucionais e empresariais, comprometido com os objetivos, constituído pelos *stakeholders* fundamentais para garantir a sua prossecução e realização;
- capacidade institucional e organizativa, interna e externa, designadamente para:
 - garantir os recursos financeiros necessários;
 - assegurar a informação e a capacidade técnica essenciais;
 - legitimar e a tomada de decisões e para prosseguir os objetivos;
 - influenciar política, económica, social e culturalmente os diferentes níveis de decisão regional, nacional e internacional;
 - cooperar com outros espaços territoriais e institucionais, garantindo a conectividade do subespaço;
- deter experiência colaborativa na execução de políticas e estratégias.

Tendo como referencial estas cinco dimensões críticas, a questão da governação sub-regional deverá ser ponderada para além da proposta de modelos e acordos de governação institucional.

Pretende-se, sobretudo, colocar o foco na criação de condições que permitam ao subespaço regional da AMP agir ao longo do próximo período de programação dos FEEI, num conjunto de tópicos e áreas tão diversas como aquelas que cruzam os Crescimentos Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Assumindo a pré-existência de uma estratégia e de um plano de ação construídos no âmbito deste processo de planeamento que contou com uma participação empenhada e alargada dos atores locais, a atenção deste documento centrar-se-á sobretudo na dimensão fundamental da governação que respeita à garantia de capacidade institucional e organizativa, interna e externa, à AMP para a prossecução dos objetivos estratégicos partilhados e, conseqüentemente para a sua operacionalização no âmbito do Plano de Ação delineado.

A Escala NITS III, as Entidades intermunicipais e os Fundos Estruturais

As Comunidades Intermunicipais surgem, cada vez mais, como atores incontornáveis nos espaços sub-regionais corporizando a cooperação entre Municípios mas, também, como catalisadores de redes institucionais alargadas, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social e ambiental e para a afirmação regional, não é demais sublinhar.

O planeamento, a gestão e a execução dos fundos estruturais constituem um vetor que tem vindo a ganhar uma importância crescente na ação das entidades intermunicipais.

A Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que consagra o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais define como atribuições das Áreas Metropolitanas, designadamente:

- Planeamento e gestão do desenvolvimento;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de desenvolvimento regional;
- Planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

As Áreas Metropolitanas são hoje centros de racionalidade estratégica supramunicipal e instrumentos da sua operacionalização, determinantes para a obtenção ganhos de escala, através de projetos supramunicipais, e para up-grade das novas tipologias de investimento a apoiar no contexto do Acordo de Parceria, nomeadamente no que se refere aos projetos imateriais, por contraponto aos projetos de natureza infraestrutural que dominaram os anteriores períodos de programação.

É, sobretudo, no contexto do QREN que a ação destas entidades é reforçada nesta área, com a hipótese aberta de concessão de uma subvenção global para o apoio ao investimento, gerida pela própria instituição - a chamada contratualização.

A avaliação da experiência, desenvolvida no contexto do QREN, com a gestão das subvenções globais objeto de contratualização entre as entidades intermunicipais e as autoridades de gestão dos programas operacionais regionais é entendida, de forma geral, como bastante positiva.

Correspondendo ao imperativo comunitário da territorialização das políticas públicas, designadamente de coesão, a proposta de Acordo de Parceria apresentada pelo Governo Português à Comissão Europeia, em Janeiro de 2014, reconhece a necessidade de consolidar a escala NUTS III 3 como referencial territorial para a concretização de ITI (Investimentos Territoriais Integrados), servindo igualmente para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre eles.

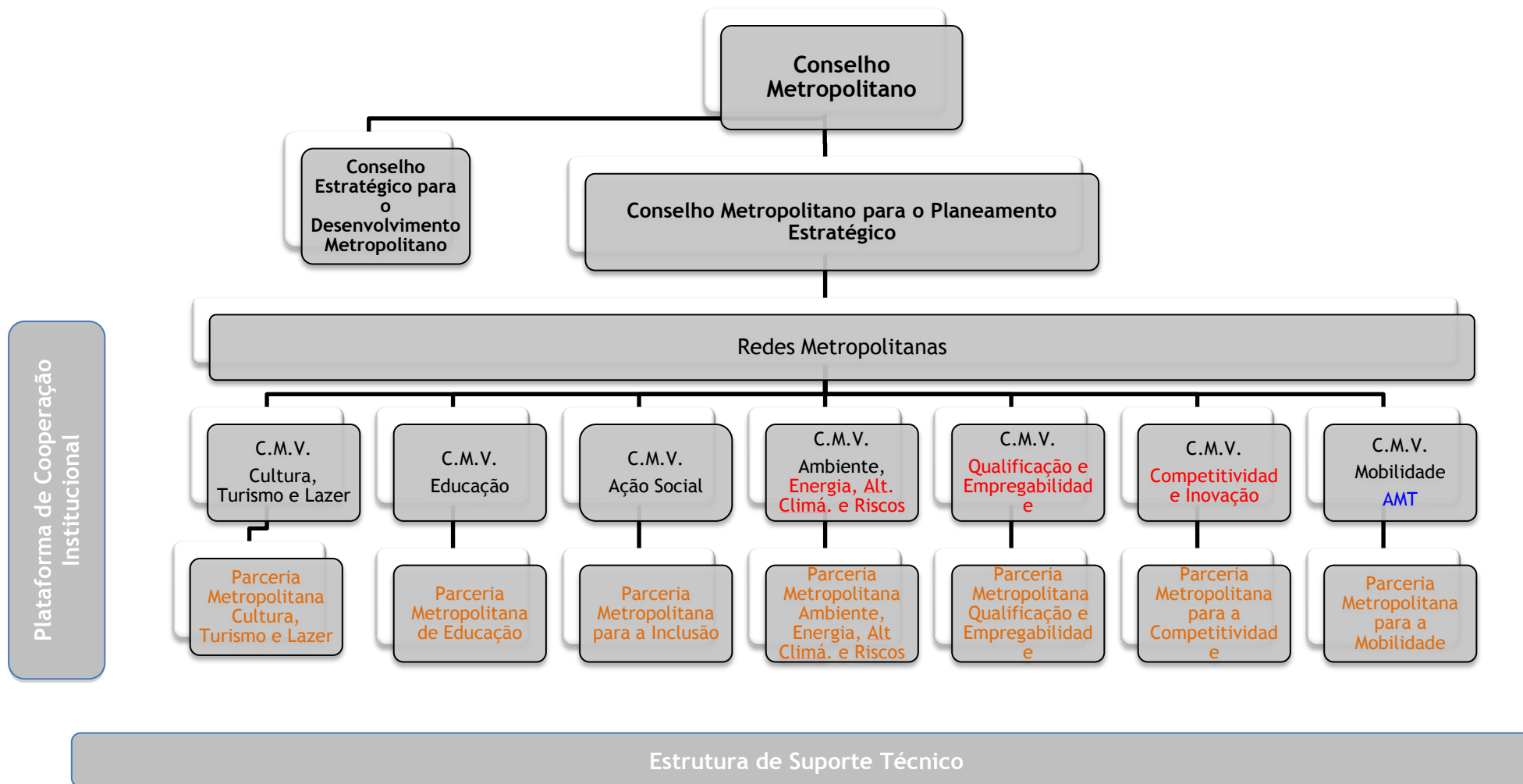
As Áreas Metropolitanas terão, assim, intervenção, nuns casos direta e noutros indiretamente, na concretização das diversas Abordagens Integradas para o Desenvolvimento Territorial.

Por outro lado, afirma, ainda, o Acordo de Parceria que este quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas associações de municípios e áreas metropolitanas deverá ser tido em conta para além das áreas que vierem a ser integradas em ITI / AIDUS ou DLBC, por exemplo na promoção da competitividade empresarial.

Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a concretizar através de AIDUS no caso das Áreas Metropolitanas, dirigem-se a promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e mobilizados na realização integrada de investimentos que, assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes, sejam especialmente focalizados na produção de resultados significativos para a coesão, o emprego e a sustentabilidade territorial e nas competências específicas dos municípios.

A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial em territórios correspondentes a NUTS III potencia as soluções de governação aí instituídas (sob a liderança das Entidades Intermunicipais, mas envolvendo parceiros públicos, privados e associativos), assumindo-se como uma estratégia territorial “sem fronteiras entre concelhos”, assente no princípio da promoção de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito transmunicipal.

Modelo de Governação da Parceria - AMP 2020



Coerentemente com o previsto no Acordo de Parceria que atribui a liderança e a iniciativa às entidades intermunicipais, o modelo de gestão consagra essa solução e prevê um modelo institucional baseado nos órgãos próprios da AMP, designadamente o Conselho Metropolitano e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano.

O Conselho Metropolitano

Como órgão de topo da AMP 2020 surge o Conselho Metropolitano de que fazem parte todos os Presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a AMP. Trata-se do órgão máximo da parceria a quem competirá decidir, em última instância, sobre as matérias relevantes do ponto de vista estratégico e operacional. Competirá, ainda a este órgão a representação externa da parceria junto das instâncias regionais, nacionais e europeias.

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano

Por seu turno, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, órgão próprio da AMP, cuja constituição encontra-se prevista na Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, tem natureza consultiva e é constituído por representantes das instituições, entidades, e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses municipais. No contexto do modelo de governação proposto, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano mantém a sua natureza consultiva e funções no âmbito do acompanhamento estratégico.

Durante a fase de operacionalização da estratégia, a ação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano, não obstante manter a natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as posições por si tomadas um carácter vinculativo, apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização estratégica ao longo de todo o período de execução do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020.

O Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico

O Modelo de Governação prevê, ainda, a um órgão de carácter operacional, que se propõe corresponda ao Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico AMP 2020 e

que assegurou o acompanhamento do processo de elaboração do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020.

Propõe-se que venha a assumir um papel fundamental no planeamento, articulação, integração e operacionalização da Estratégia, do Plano de Ação da AMP 2020.

Redes Metropolitanas

Não obstante a presença no território de redes de colaboração institucional informais, ativas ou em fase de criação, em termos globais o nível de conectividade sub-regional, o comprometimento em torno de objetivos comuns, o desenvolvimento de projetos em parceria e a partilha de informação apresentam, todavia, debilidades.

As Redes Metropolitanas temáticas são constituídas pelos:

- Conselhos Metropolitanos de Vereadores, da respetiva área temática;
- Parcerias Metropolitanas - compostas pelos agentes relevantes, de natureza pública ou privada, institucional ou empresarial, em cada área temática.

Indicam-se, a título exemplificativo, algumas redes metropolitanas temáticas ou setoriais a criar às quais poderão vir a ser acrescentadas outras à medida que tal se justifique:

- Cultura, Turismo e Lazer;
- Educação;
- Inclusão;
- Ambiente, Energia, Alterações Climáticas e Riscos;
- Qualificação e Empregabilidade;
- Competitividade e Inovação;
- Mobilidade.

Poderá vir a justificar-se a criação de outras Redes Metropolitanas bem como novos Conselhos Metropolitanos de Vereadores, designadamente no que diz respeito às áreas da regeneração urbana e do ordenamento do território.

Plataforma de Cooperação Institucional

A Plataforma de Cooperação Institucional não constitui propriamente um órgão formal, compreendendo, antes, o estabelecimento de redes, de mecanismos, protocolos, procedimentos e sistemas de partilha de informação e de cooperação que contribuam para o

surgimento de redes e alianças sub-regionais capazes de trabalhar em conjunto na prossecução de objetivos estratégicos partilhados, através da realização de projetos e iniciativas concretas. Para o sucesso desta iniciativa, torna-se vital a aposta, em paralelo, numa forte dinamização da parceria, assente numa plataforma tecnológica (web) de comunicação, na capacitação das instituições de suporte à base empresarial, social e ambiental bem como na qualificação e retenção dos seus recursos humanos.

Estrutura de Suporte Técnico

A coordenação, execução, comunicação, monitorização e avaliação da execução do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020, ao longo de todo o período de programação de 7 anos, tem como condição de base a existência de uma Estrutura Técnica de Suporte dotada dos recursos humanos e materiais adequados.

Assim, prevê-se o acolhimento na AMP de uma unidade de apoio técnico a todos os órgãos que compõem o modelo de governação da parceria, recorrendo para o efeito às suas competências e recursos próprios ou externos.

Sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva Metropolitana, a Estrutura de Suporte Técnico deverá dar resposta às exigências que a dinamização, a gestão, a animação, a comunicação, a monitorização e a avaliação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial exigem.

Nesta medida, torna-se necessário reunir um conjunto de competências técnicas diversificadas, seja na área estrita da gestão dos FEEI, seja nas áreas temáticas fundamentais da Estratégia e do Plano de Ação AMP 2020 que assegure o apoio técnico aos diferentes órgãos que integram o modelo de governação proposto e aos diferentes parceiros, públicos e privados, chamados a dinamizar iniciativas e projetos das redes criadas, no âmbito da Plataforma de Cooperação Institucional.

Comunicação

A execução da iniciativa AMP 2020, nas suas diversas vertentes e modalidades, deverá ser acompanhada de um esforço de comunicação relativamente à divulgação das oportunidades de financiamento, publicitação dos resultados obtidos e aos apoios comunitários obtidos.

Para o efeito, deverá ser implementada uma estratégia consubstanciada num plano de comunicação AMP 2020 que observe e execute as orientações contidas na regulamentação europeia e comunitária aplicável.

7. Indicadores e Metas

Enquadramento

A avaliação tem um papel importante, na medida em que confere legitimidade e credibilidade junto dos decisores e da opinião pública, numa lógica de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), ou seja, permitindo uma avaliação da eficácia do plano. Além disso, a avaliação contribui para melhorar as práticas e auxilia as tomadas de decisões, monitorizando e acompanhando as intervenções, avaliando os resultados e, conseqüentemente, dando indicações sobre o desempenho das atividades, de forma a fornecer informações que permitam ajustamentos, num processo de aprendizagem contínua.

Assim, a noção de avaliação traz implícita uma ideia de análise da eficácia e da eficiência de um plano, envolve um julgamento sobre o seu progresso e impacto num processo cíclico de aprendizagem e melhoramento. Neste sentido, a avaliação/monitorização torna-se um elemento importante, na medida em que fornece informação regular, acompanhando o processo de implementação da intervenção, e comparando os resultados alcançados com os objetivos estabelecidos. Torna-se assim evidente que a avaliação deve ser considerada como elemento integrante do processo de intervenção, fornecendo informação que auxilia na tomada de decisões, melhorando o desempenho e a concretização dos resultados planeados (Nações Unidas 2009, p.8).

Neste contexto, o exercício de monitorizar desse ser encarado como um sistema dinâmico e em permanente atualização, capaz de receber e recolher a informação, estruturar e articular indicadores (devidamente selecionados e justificados), analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas ações quer nos próprios objetivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem.

Nos sistemas de avaliação os indicadores servem vários propósitos: são a base de apoio (a informação) para a análise e a formulação de políticas; possibilitam a avaliação das estratégias e dos objetivos; medem os resultados e os impactos das intervenções; e são facilitadores de comunicação entre os diferentes agentes.

Assim, consideramos que a AMP deve construir um *sistema de monitorização e avaliação* territorial tendo em consideração dois objetivos:

1. *Apoiar e informar a gestão, constituindo-se como um elemento do processo de tomada de decisão, seja ao nível da condução de políticas e planos seja ao nível do posicionamento da AMP face a espaços mais alargados.*
2. *Envolver e responsabilizar atores e instituições em torno de objetivos partilhados de desenvolvimento de um território.*

O sistema de informação e monitorização deve dar informações sobre a evolução da realidade metropolitana, tendo em conta as grandes questões de desenvolvimento atual e outras referências espaciais. Este sistema de informação e monitorização deve informar os atores e instituições de forma a promover o seu envolvimento e responsabilização nos processos de desenvolvimento que se quer incentivar. Assim, tem também de fornecer informação sobre os processo de intervenção em curso, nomeadamente os projetos financiados e orientados pelos objetivos da Política Europeia, de forma a apoiar e responsabilizar a base institucional.

Informar e monitorizar a evolução da realidade metropolitana

Neste caso pretende-se montar um OBSERVATÓRIO de indicadores capazes de monitorizar a evolução da AMP, tendo por base dados publicados periodicamente por entidades oficiais. Vamos apresentar duas propostas de sistema de indicadores, que são complementares.

A primeira proposta, o sistema de indicadores está muito relacionado com a informação disponível e utilizada no próprio diagnóstico realizado para a AMP, ou então com informação muito pertinente e que tinha todo o sentido as entidades oficiais disponibilizarem.

A segunda proposta inspira-se numa experiência internacional. Um observatório com uma bateria de indicadores cuja montagem baseia-se na Norma ISO 37120⁹. Trata-se de um sistema de indicadores de avaliação urbana, tendo como objetivo avaliar os serviços e a qualidade de vida. A nível internacional existe uma bibliografia extensa sobre esta matéria, uns baseados em sistemas de informação objetiva, outros optando por cruzar informação quantitativa com qualitativa. Assim, o que vamos apresentar aqui é um exercício exploratório que poderá posteriormente ser desenvolvido, pois vamos avaliar

⁹ Sustainable development and resilience of communities — Indicators for city services and quality of life. *Développement durable et résilience des collectivités — Indicateurs pour les services urbains et la qualité de vie.*
[http://www.tuoverkosto.fi/midcom-serveattachmentguid-1e2ccfe402235eaccfe11e2b38ebd11f418fef1fef1/iso](http://www.tuoverkosto.fi/midcom-serveattachmentguid-1e2ccfe402235eaccfe11e2b38ebd11f418fef1fef1fef1/iso)

se os indicadores propostos para outras cidades internacionais existem disponíveis nas fontes de informação nacionais, à escala da AMP.

O sistema de indicadores deve ser atualizado ao longo do tempo, anualmente, registando as alterações e comparando com outras áreas / cidades nacionais e internacionais.

Pensando no diagnóstico realizado numa perspetiva de evolução da realidade metropolitana, à luz da realidade portuguesa, construímos um sistema de indicadores que compreende: uma lista de 104 indicadores, dos quais 47 estão disponíveis por concelho, 16 por NUT III, 22 só por NUT II e 7 NUT I. Doze indicadores não estão disponíveis a qualquer escala, o que significa que, dada a sua importância, devia-se avaliar a possibilidade de serem levantados (realização de inquéritos específicos ou avaliar com a fonte de informação a possibilidade de serem disponibilizados a outra escala) e identificar a escala apropriada.

A grande maioria dos indicadores pode ser disponibilizada por concelho. No entanto, dado que alguns valores estão só disponíveis no INE ou na PORDATA, por percentagens ou índices, é necessário solicitar às entidades oficiais o cálculo específico à escala metropolitana (AMP). Existem alguns indicadores que as entidades oficiais não disponibilizam na escala adequada.

Eixos	Indicador	Ano mais recente	Escala mínima disponível	Portugal	Norte	AMP	Grande Porto	Entre Douro e Vouga	Fonte
Conhecer, Empreender e Internacionalizar	Exportações de bens (milhões €)	2012	Concelho	45259455	16799356	8293276	5552447	2522406	INE, Anuário
	Intensidade exportadora (%)	2011	NUT III	27,4	25,0		24,2	64,9	INE, Anuário, cálculo
	Grau de abertura ao comércio Internacional (%)	2011	NUT III	60,0	59,0		54,0	97,0	INE, Anuário
	Proporção das exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações (%)	2012	NUT III	3,3	3,2		6,0	0,4	INE, Anuário
	Peso das exportações de bens no total nacional (%)	2012	Concelho	100,0	37,1	18,3	12,3	5,6	INE, Anuário, cálculo
	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens	2012	NUT III	80,6	143,9		97,3	240,6	INE, Anuário
	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações (%)	2013	NUT III	3,4	3,8		6,1	1,0	INE
	Investimento direto estrangeiro (milhões €)	2012	NUT I	90783					Banco de Portugal
	Investimento em Investigação e Desenvolvimento (milhares €)	2011	NUT III	2606130,1	744744,8		432269,8	32218,6	INE, Anuário
	Peso do investimento em I&D no PIB (%)	2011	NUT III	1,5	1,5		2,1	0,9	INE, Anuário
	Peso do investimento em I&D no total nacional (%)	2011	NUT III	100,0	28,6		16,6	1,2	INE, Anuário, Cálculo
	Regional Innovation Scoreboard	2012	NUT II	Inovador Moderado	Inovador Alto				European Union (2014) Regional Innovation Scoreboard
	Doutorados por ano nas instituições de ensino superior (Nº)	2012	Concelho	1859,0	619,0	432,0	432,0	0,0	Pordata
	Doutorados % do total nacional (%)	2012	Concelho	100,0	33,3	23,2	23,2	0,0	Pordata, cálculo
	Sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas (Nª)	2013	Concelho	1,8	1,9		1,4	2,5	Pordata
	Taxa de sobrevivência de empresas (a dois anos) (%)	2011	NUT III	48,8	53,5		49,9	55,2	INE, Anuário
	Produto Interno Bruto a per capita (milhares €)	2010	NUT III	16,3	13,1		12,2	2,2	INE, Anuário
	PIB per capita (Índice de disparidade) (%)	2010	NUT III	100,0	80,4		101,1	80,2	INE, Anuário
	Peso do PIB no total nacional (%)	2010	NUT III	100,0	28,3		12,2	2,2	INE, Anuário
Produtividade aparente do trabalho (VAB/Emprego)	2010	NUT III	30,7	26,3		24,6	24,8	INE, Anuário	
Descarbonizar	Energias renováveis no consumo final de energia elétrica (%)	2011	NUT II	44,1	78,5				INE, DGEG
	Emissão de gases com efeito estufa - peso no VAB (Gg de CO2 equivalente por milhões €)	2009	NUT II	0,5	0,4				INE

	Potencial de efeito de estufa (Base 2006 - t equivalentes CO2) por ramo de atividade - total da economia	2007	NUT I	83 751,20					INE
	Eficiência energética - Consumo de energia primária (ktep)	2012	NUT II	21474,0	5151,0				DGEG
	Emissões de Partículas em suspensão PM10 (sem as fontes naturais)	2011	Concelho	745 (ton/Km3)	211 (ton/Km3)	136 (ton/km2)			APA
	Emissões de CO2 (sem as fontes naturais) -ton/km2	2011	Concelho	340424 (ton/km3)	118212 (ton/km3)	88883 (ton/km4)			APA
	Emissões de NOx (sem as fontes naturais) - ton/km2	2011	Concelho	1465 (ton/km3)	485 (ton/km3)	323 (ton/km4)			APA
	Emissões de SOx (sem as fontes naturais) - ton/km2	2011	Concelho	505 (ton/km3)	179 (ton/km3)	156 (ton/km4)			APA
	Emissões de NMVOC (sem as fontes naturais) - ton/km2	2011	Concelho	1279 (ton/km3)	488 (ton/km3)	349 (ton/k4)			APA
	Emissões de Pb (sem as fontes naturais) - ton/km2	2011	NUT II	1 (ton/km3)	1 (ton/km3)				APA
	Nº de incêndios /área ardida	2011	NUT III	1,835(Continente)	3,1		3,0	1,5	INE
	Área Florestal por município		A criar por concelho						
	Bombeiros (N.º)	2012	NUT III	31664,0	10358,0		2204,0	631,0	INE
Patentes de invenções ambientais registadas (N.º)	2013	NUT II	9,0	3,0				INE	
Salvaguardar e Preservar	Equipamentos e espaços verdes urbanos (ha) por 1000 habitantes	2011	Concelho				4,8	22,3	Anuário INE, cálculo
	Número anual de árvores plantadas por 100 000 habitantes	A criar							
	Zonas de proteção especial (ha) da Rede Natura 2000	2010	Concelho	920821	264530	0	0	0	INE
	Sítios (ha) da Rede Natura 2000	2010	Concelho	1573535		21502	1892	18534	ICNF
	Proporção de águas superficiais excelentes (%)	2009	Concelho	19,2		30,7	40,0	16,7	INE
	Total de investimentos dos municípios em gestão de resíduos (milhares €)	2012	Concelho	12092,0	3357,0		994,0	0,0	INE
	Km de cursos de água urbanos reabilitados	A criar							
	Nº de produtores de agricultura biológica por município	2009	Concelho			10,0	4,0	4,0	MA
	Nº de espécies ameaçadas por município		a criar						
Qualificar e Valorizar	Água distribuída/consumida por habitante (m3)	2009	Concelho	64,2 (Continente)	167.631		93.414	7.803	Pordata
	Água segura para consumo Humano (Taxa %)	2012	Concelho	98,09 (Continente)	97,3		99,6	94,1	INE, Anuário
	Água tratada (m3)	2009	Concelho	756132 (Continente)	168379,0	60266,0	58679,0	1501,0	INE
	Águas residuais drenadas por habitante (m³/ hab.)	2009	Concelho	60 (Continente)	54,0				INE

	Águas residuais não tratadas (m ³) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	2009	Concelho	16827(Continente)	5037,0	3407,0	3005,0	402,0	INE
	Águas balneares excelentes e boas (Nº)	2012	Concelho	495,0	98,0		58,0	2,0	
	Nº de ações de greening, blueing e de ventilação em áreas urbanas		A criar						
	Sobremortalidade e sobremorbilidade devido a Riscos Naturais		A criar						
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (Kg)	2011	Concelho	61,0	56,0				INE
	Resíduos urbanos recolhidos para aterro em recolha seletiva e indiferenciada (% do total)	2011	Concelho	54,4	56,0	27,0	18,5	63,7	Anuário, INE, cálculo
	Hóspedes nos estabelecimentos Hoteleiros (Nº)	2012	Concelho	13845419	2626472		1554397	55786	INE
	Esperança média de vida à nascença	2010-2012	NUT II	79,8	80,1				INE, Anuário
	Camas (lotação praticada) por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde (Nº)	2011	Concelho	3,4	3,2		4,0	...	INE, Anuário
	Médicos por 1000 habitantes (Nº)	2012	Concelho	4,2	3,9		7,7	1,9	INE, Anuário
	Taxa de criminalidade (‰)	2013	Concelho	35,9	31,4		37,1	27,3	INE
	Insolvências familiares	2012	Concelho	34035,0		11517,0	7443,0	1506,0	Rácios
	Ganho Médio mensal (€)	2013	NUT II	1095,6	958,1				INE
	Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes (€)	2012	NUT III	15607,0	12,8		16,1	12,6	INE
Aceder e transportar	Nº de viagens pessoa/ dia (Nº)		a criar						Inq. à Mobilidade
	Tempo médio de viagem casa-trabalho-casa (Min)		a criar						Inq. à Mobilidade
	População não móvel (%)		a criar						Inq. à Mobilidade
	População que utiliza diariamente automóvel (%)		a criar						Inq. à Mobilidade
	Nº de viagens (para o trabalho e escola) em automóvel relativamente ao total de viagens (%)		a criar						Inq. à Mobilidade
	Nº de viagens por outros "motivos" relativamente ao total de viagens (%)		a criar						Inq. à Mobilidade
	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (Min)	2011	Concelho	20,0	18,3		21,0	15,7	INE, Censos
	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo (Min)	2011	Concelho	34,3	29,3		34,6	27,1	INE, Censos
	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual (Min)	2011	Concelho	18,0	17,0		18,7	15,0	INE, Censos
	Mobilidade pendular da população empregada (%)	2011	Concelho	1,74 (Continente)	6,3		21,4	28,0	INE, Censos
	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações (%)	2011	Concelho	61,6	62,2		60,5	71,5	INE, Censos

Educar, Qualificar e Empregar	Pré-escolarização (Taxa bruta % 2011/12)	2012	Concelho	90,9	90,9		90,4	100,2	INE, Anuário
	Abandono escolar precoce (Taxa %)	2013	NUT II	18,9	19,5				INE
	Retenção e desistência no ensino básico regular (Taxa %; 2011/12)	2012	Concelho	9,9	8,4		9,0	7,9	INE, Anuário
	População jovem com formação superior (30 aos 34 anos) (%)	2011	Concelho	28,6	25,8		34,0	23,0	INE, Censos
	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos (%)	2013	NUT II	30,0	30,5				INE
	Aprendizagem ao longo da vida (%)	2013	NUT II	9,7	9,0				INE
	Diplomados no ensino superior (Nº)	2012	Concelho	81410,0	26534,0	16912,0	15990,0	325,0	Pordata
	Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	2011-12	Concelho	79,9	80,0		81,8	84,7	INE
	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos (‰)	2013	NUT II	30,0	30,5				INE
	Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário da população com 25 a 64 anos (%)	2013	NUT II	39,8	33,4				INE
	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 25 e 64 anos (%)	2013	NUT II	19,3	16,5				INE
	População residente (Nº)	2013	Concelho	10427301	3644195	1631864	1271499	273489	INE
	Pop. residente % do total nacional	2013	Concelho	100,0	34,9	15,6	12,2	2,6	INE
	Taxa de variação da população residente, 2012-2013	2013	Concelho	-0,6	-0,6	-0,5	-0,6	-0,4	INE
	Taxa de desemprego jovem (%)	2013	NUT II	37,7	32,8				INE, Anuário
	Taxa desemprego - Homens (%)	2013	NUT II	15,7	15,3				INE, Anuário
	Taxa desemprego - Mulheres (%)	2013	NUT II	15,6	17,0				INE, Anuário
	Taxa de desemprego (%)	2011	NUT II	13,2	14,5		16,4	12,0	INE
	Desempregados com Ensino Superior no IEFP (Nº -Média Anual)	2012	Concelho	89979,6 (Continente)	37.008,8		15.628,9	2.259,9	Pordata
	TX desemprego % média nacional	2013	NUT II	100,0	105,5				INE
TX desemprego % média europeia	2013	NUT II	149,5	157,8				INE, Eurostat	
Incluir	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Nº)	2012	Concelho	421201	168824	100842	89568	5771	INE, Anuário
	Beneficiários do RSI por população residente (%)	2013	Concelho	4,0	4,5		7,0	2,2	Pordata
	Taxa de privação severa das condições da habitação (%)	2013	NUT I	5,7					INE
	Taxa de privação material (%)	2013	NUT I	25,5					INE
	Taxa de privação material severa (%)	2013	NUT I	10,9					INE
	População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%)	2013	NUT I	27,4					INE
	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferências sociais (50% da mediana - %)	2013	NUT I	12,6					INE

Beneficiários do RSI por beneficiários ativos (%)	2013	Concelho	8,7	9,6		14,9	12,0	Pordata
Dispersão da variação populacional (concelhia) Desvio padrão	2012	NUT II	0,9	0,7				INE
Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%)	2013	NUT II	24,5	21,2		29,6	21,5	INE, Anuário
Alunos por computador com ligação à Internet no ensino básico e secundário (Nº médio)	2012	Concelho	3,6 (Continente)	3,7		3,6	5,6	Pordata

O sistema de indicadores construídos numa perspetiva de comparação com outras realidades urbanas internacionais, seguindo a Norma ISO, apresenta uma base de 103 indicadores. Desses, as entidades oficiais portuguesas só disponibilizam um pequeno número de indicadores. Os domínios do ambiente, riscos e segurança evidenciam muitas lacunas de informação.

Face às bases de dados disponíveis em termos internacionais (**Urban Audit**, EUROSTAT, OCDE, Nações Unidas, etc.) futuramente a AMP vai refletir um número limitado de indicadores a disponibilizar de forma a permitir a comparação com o nível de desenvolvimento internacional. À escala europeia, o *Urban Audit* é uma referência a ter claramente em consideração. Nesta reflexão é importante envolver os principais produtores de informação, dos diferentes domínios.

Lista de Indicadores Norma ISO	Lista de Indicadores correspondentes disponíveis	Ano	Escala mínima	Portugal	Norte	Grande Porto	Entre Douro e Vouga	AMP	Fonte
Economia									
Taxa de desemprego	Taxa de desemprego (%)	2012	NUT II	15,7	16,1				Anuário INE
Percentagem de população que vive em situação de pobreza	População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%)	2013	NUT I	27,4					INE
Percentagem de população empregada (em full-time)	Empregados a tempo completo no total de empregados (%)	2012	NUT II	85,7	85,3				Anuário INE
Taxa de jovens desempregados	Taxa de desemprego (15-24 anos) (%)	2012	NUT II	37,7	32,8				Anuário INE
Número de empresas por 100 000 pessoas	Nº de sociedades (não financeiras) por 100 000 habitantes	2012	Concelho	3372,3	9646,4	27652,6	128839,7	21558,7	Pordata
Número de patentes por 100 000 pessoas/ano	Número de patentes por 100 000 pessoas/ano								
Educação									
Percentagem de alunos que concluem o ensino primário: taxa de sobrevivência	Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	2011/2012	Concelho	9,9	8,4	9	7,9		Anuário INE
Percentagem de alunos que concluem o ensino secundário: taxa de sobrevivência	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	2011/2012	Concelho	79,9	83	81,8	84,7		Anuário INE
Taxa de Estudantes por docente	Total de alunos matriculados por total de docentes, no ensino básico e secundário	2011/2013	Concelho	10,8	11,2	9,5	11,3	9,9	Anuário INE
Percentagem da população em idade escolar matriculadas em escolas	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	2011/2012	Concelho	124,9	124,4	136,8	114,9		Anuário INE
Percentagem da população do sexo masculino em idade escolar matriculada nas escolas									
Percentagem da população do sexo feminino em idade escolar matriculada nas escolas	Relação de feminidade no ensino secundário	2011/2013	Concelho	50,4	51	50,1	50,6		Anuário INE
População com o ensino superior relativamente ao total de população (por 100 000 habitantes)	População com o ensino superior completa por 100 000 habitantes	2011	Concelho	11784,9	10174,1	14195,72	8272,96	127,618	INE, Censos 2011, cálculo
População com o ensino superior relativamente ao total de população (por 100 000 habitantes)	Taxa de escolarização no ensino superior (%)	2011/2012	Concelho	32,2	28,7	53,5	2,2		Anuário INE
Energia									

Consumo total de eletricidade residencial per capita (kWh /população por ano)	Consumo de energia elétrica por consumidor - doméstico (Kwh)	2011	Concelho	2530,7	2797,7	3355,4	3216,2		Anuário INE
Percentagem da população residente com serviço elétrico autorizado	Total consumidores de energia elétrica (Nº)	2011	Concelho	6422903	2043644	704137	39143	884239	Anuário INE
Consumo de energia dos edifícios públicos em percentagem do consumo total	Consumo de energia elétrica para Iluminação interior de edifícios do Estado (KWh/totalKWh*100)	2011	Concelho	5,5	5,1	5,7	2,7	5,2	Anuário INE, cálculo
Percentagem de energia total proveniente de fontes renováveis, relativamente ao total de consumo de energia	Produção Bruta de eletricidade (Eólica; Geotérmica; Hídrica; Fotovoltaica e Térmica) (kwh/total de consumo*100)	2011	Nuts III	106,6	124,2	90,3	16,2		Anuário INE, cálculo
Total de consumo de energia elétrica per capita (kWh/população por ano)	Consumo de energia elétrica por habitante (Kwh)	2011	Concelho	1302,9	1309,8	1574,9	1238,5		Anuário INE
Número médio de interrupções elétricas por cliente, por ano									
Duração média das interrupções elétricas (em horas)									
Ambiente									
Concentração de partículas finas em suspensão (PM 2.5)									
Concentração de partículas em suspensão (PM10)									
Emissões de gases de efeito de estufa medidos em toneladas per capita									
Concentração de CO									
Concentração de NO2 (dióxido de azoto)									
Concentração de SO2 (dióxido de enxofre)									
Concentração de Compostos orgânicos voláteis (BTX, etc.)									
Concentração de O3 (ozono)									
Concentração de Chumbo (Pb)									
Poluição Sonora									
Finanças Municipais									
Despesas de capital em percentagem do total das despesas municipais	Despesas de capital em percentagem do total das despesas municipais em milhares de euros (%)	2011	Concelho	28,9	34,0	28,4	30,9	30,1	Anuário INE, cálculo
Receitas próprias em percentagem do total de receitas	Receitas de capital no total de receitas (correntes e de capital) (%)	2011	Concelho	28,8	35,3	17,0	33,7	21,0	Anuário INE, cálculo

Impostos cobrados em percentagem do total	Receitas de impostos em percentagem da receita total efetiva das Câmaras municipais (%)	2012	Concelho			46,36	27,95		Pordata
Respostas de Emergência e Incêndios									
Fogos e situações de emergência	Ocorrências de incêndios florestais (nº)	2011/2012	Concelho	21408	13125	1865	952	3356	Anuário INE, cálculo
Número de bombeiros por 100 000 habitantes	Nº de bombeiros por 100 000 habitantes	2011	Concelho	291,1	832,7	167,2	221,9	192,4	Anuário INE, cálculo
Número de mortes em incêndios relacionados por 100 000 habitantes									
Número de mortes relacionados com desastres naturais por 100 000 habitantes									
Número de voluntários e de bombeiros a tempo parcial por 100 000 habitantes									
Tempo médio de resposta dos serviços de emergência relativamente à chamada inicial									
Tempo médio de resposta dos serviços de ataque aos incêndios relativamente à chamada inicial									
Governança									
Participação dos eleitores na última eleição municipal (em percentagem de eleitores)	Participação nas eleições para as câmaras municipais (em percentagem de eleitores)	2013	Concelho	52,6	58,3	52,0	56,6	53,4	Anuário INE, cálculo
Mulheres eleitas a nível municipal em percentagem do total de eleitos municipais									
Percentagem de mulheres empregadas nos municípios relativamente ao total do emprego municipal									
Número de condenações por corrupção / suborno por funcionários municipais, por 100 000 habitantes									
Número autarcas eleitos por 100 000 habitantes	Nº de mandatos (Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesias) por 100 000 habitantes	2013	Concelho	340,8	402,2	111,1	267,8	144,3	Anuário INE, cálculo
Número de eleitores registados em percentagem da população em idade de voto	Nº de eleitores	2013	Concelho	9501103	3424064	1128713	250604	1451640	Anuário
Saúde									
Esperança média de vida	Esperança média de vida à nascença	2010-2012	NUTII	79,78	80,14				Anuário INE
Número de camas de internamento hospitalar por 100 000 habitantes	Camas (lotação praticada) por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde (Nº)	2011	Concelho	3,4	2,9	4			Anuário INE
Número de médicos por 100 000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes (Nº)	2012	Concelho	4,2	3,9	7,2	4,9		Anuário INE
Mortalidade dos menores de cinco anos por 1 000 nascidos vivos	Óbitos com menos de um ano/ nados vivos *1000	2012	Concelho	3,4	2,8	3,3	2,4	3,3	Anuário INE, cálculo

Número de pessoal de enfermagem e obstetrícia por 100 000 habitantes	Enfermeiros por 1000 habitantes (Nº)	2012	Concelho	6,2	6,2	7,7	4,9		Anuário INE
Número de profissionais de saúde mental, por 100 000 habitantes	Médicos de Psiquiatria (Nº) por 1000 habitantes	2012	Concelho	0,10	0,28	0,79	3,69	0,62	Anuário INE
Taxa de suicídios por 100 000 habitantes	Nº óbitos por suicídio e outras lesões autoinfligidas intencionalmente	2011	Concelho	1018 (Continente)	152	45	5	57	INE
Lazer									
Metros quadrados de área pública coberta de recreação per capita		2012							-
Metros quadrados de espaço público ao ar livre de recreação per capita		2012							-
Segurança									
Número de policiais por 100 000 habitantes									
Número de homicídios por 100 000 habitantes									
Crimes contra a propriedade por 100 000 habitantes	Crimes contra o património por 1 000 habitantes	2012	Concelho	19,3	16,5	21,7	15,6		INE
Tempo médio de resposta do departamento de polícia, relativamente à chamada inicial									
Taxa de crimes violentos por 100 000 habitantes									
Alojamentos									
Percentagem da população que vive em bairros de lata ou “habitações não clássicas”	Alojamentos familiares não clássicos no total de alojamentos familiares (%)	2011	Concelho	0,16	0,08	0,11	0,04	0,09	INE Censos, 2011, Cálculo
Número de sem abrigo por 100 000 habitantes	População residente sem abrigo por 100 000 habitantes	2011	Concelho	6,6	5,9	14,06	0,36	11,1583	INE Censos, 2011, Cálculo
Percentagem de alojamentos ilegais									
Resíduos sólidos									
Percentagem de população servida com serviços regulares de recolha de resíduos sólidos (residencial)		2009							
Total de resíduos sólidos arrecadados a nível municipal per capita	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (Kg)	2012	Concelho	453	414	480	352	1131	Anuário INE, cálculo
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (Kg/hab.)	2012	Concelho			89,8	38,2		
Percentagem de resíduos sólidos reciclados	Resíduos urbanos recolhidos por recolha seletiva (t)/total *100	2012	Concelho	14,0	13,6	18,7	10,9	17,3	Anuário INE, cálculo
Percentagem de resíduos sólidos que são depositados em aterro sanitário	Resíduos urbanos recolhidos para aterro em recolha seletiva e indiferenciada (t)/total *100	2012	Concelho	54,4	56,0	18,5	63,7	27,0	Anuário INE, cálculo

Percentagem de resíduos sólidos que são depositados num incinerador		2009								PERSU II
Percentagem de resíduos sólidos queimados abertamente		2009								PERSU II
Percentagem de resíduos sólidos depositados em lixeiras em céu aberto		2009								PERSU II
Percentagem de resíduos biodegradáveis (RUB)		2009								PERSU II
Percentagem de resíduos sólidos eliminados por outros meios		2009								PERSU II
Total de produção de resíduos perigosos per capita (toneladas)										
Percentagem de resíduos perigosos reciclados										
Telecomunicações e inovação										
Número de conexões de internet por 100 000 habitantes	Acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes	2012	NUTS III	22,7	19,3	27,5	19,5			Anuário INE
Número de ligações de telefone celular por 100 000 habitantes										
Número de ligações de telefone fixo por 100 000 habitantes	Acessos telefónicos fixos por 100 habitantes (Nº)	2012	Concelho	24,84	21,23	22,81	16,64			Anuário INE
Transportes										
Quilómetros de sistema de transporte público de alta capacidade por 100 000 habitantes										
Quilómetros de sistema de transporte <i>light</i> de passageiros por 100 000 habitantes										
Número anual de viagens de transporte público por habitante										
Número de automóveis pessoais per capita	Veículos automóveis ligeiros de passageiros registados /pop (Nº)	2012	Concelho	0,01	0,02	0,07	0,31	0,05		Anuário INE, cálculo
Repartição modal (percentagem de população utilizando um modo de viagem para o trabalho que não seja um veículo pessoal)	Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares (%)	2011	Concelho	20,0	19,0	21,9	10,6			INE Censos, 2011,
Número de veículos motorizados de duas rodas per capita										
Quilómetros de ciclovias e pistas por 100 000 habitantes										
Acidentes de transporte por 100 000 habitantes	Número de Acidentes de viação (nº)/pop *1000	2012	Concelho	2,99 (Continente)	2,8	8,1	37,7	6,3		Anuário INE, cálculo
Conectividade aéreo comercial (número de destinos aéreos comerciais diretos)										ANA

Planeamento urbano									
Área verde (hectares) por 100 000 habitantes	Equipamentos e espaços verdes urbanos (ha) por 1000 habitantes	2012	Concelho			4,8	22,3	3,7	Anuário INE, cálculo
Número anual de árvores plantadas por 100 000 habitantes									
Área total ocupada pelas “casas abarracadas” em percentagem da área total									
Taxa de emprego por habitação									
Saneamento									
Percentagem de população servida por serviços de saneamento									
Percentagem de águas residuais sem qualquer tratamento	Águas residuais não tratadas (m3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (%)	2009	Concelho	16827 (Continente)	5037	3005	402	3407	INE
Percentagem de águas residuais com tratamento primário	Águas residuais tratadas (m3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais-primário, no total de águas residuais tratadas (%)	2009	Concelho	0,4 (Continente)	9,8	22,0	0,0	16,5	INE
Percentagem de águas residuais com tratamento secundário	Águas residuais tratadas (m3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais-secundário, no total de águas residuais tratadas (%)	2009	Concelho	57,8 (Continente)	48,2	46,8	99,4	48,8	INE
Percentagem de águas residuais com tratamento terciário	Águas residuais tratadas (m3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais-terciário, no total de águas residuais tratadas (%)	2009	Concelho	24,3 (Continente)	61114/151645*100	31,2520969	0	35,7772	INE
Água e Saneamento									
Percentagem de população com serviço de abastecimento de água potável	Qualidade das águas para consumo humano - Água segura (%)	2012	Concelho		97,32	99,58	94,08		Anuário INE
Percentagem de população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada									
Percentagem de população com ligação a saneamento									
Consumo total de água doméstica per capita (litros / dia)	Consumo de água por habitante (m3 /hab.)	2009	Concelho	63 (Continente)	50			49	INE
Consumo total de água per capita (litros / dia)									
Média de horas anuais com interrupção do serviço de água por família									
Percentagem de água perdida (água não contabilizada)									

Monitorizar o processo de implementação do Plano

Tendo como referência o programa/ plano de ação AMP 2020 foi construído um conjunto de indicadores de avaliação, que deverão constituir uma referência para a avaliação programa no seu período de vigência, tendo por base informação disponível ou publicada por entidades oficiais ou a fornecer pelos próprios projetos.

O valor atribuído a esses indicadores deverá decorrer da aplicação de todo um conjunto de atuações nos diferentes eixos de intervenção, o que deverá permitir o alcance de determinadas Metas. Convém frisar que a verificação da evolução de alguns indicadores por concelhos da AMP dependerá da realização de alguns inquéritos, sendo que esta constitui uma das necessidades mais urgentes do Plano de Ação AMP 2020 (nomeadamente, o inquérito à mobilidade e os inquéritos dirigidos ao ambiente ou à eficiência energética).

A organização de um sistema de informação e monitorização ao Plano de Base Territorial da AMP 2020 deve ser organizado em função:

- dos objetivos identificados na estratégia do Plano, tendo em vista a avaliação da **eficiência do Plano** (resultados atingidos em função dos objetivos);
- do plano de ação (inclui os meios financeiros), tendo em vista a avaliação da **eficácia do Plano** (resultados atingidos em função do Plano de Ação) e o **impacto do Plano** (efeitos atingidos em função do Plano de Ação).

O sistema de indicadores de informação e monitorização deve ser discutido no âmbito do processo de governação do Plano, pois as metas atingir correspondem a níveis de responsabilização das instituições envolvidas na execução do Plano. Não havendo ainda uma previsão dos volumes financeiros a envolver por Eixo de intervenção, as metas atingir são simplesmente uma referência.

A última versão do PO Regional do Norte a que tivemos acesso contempla uma lista de indicadores que nos serviu de referência. Face a esta lista a AMP vai, em função da sua capacidade, identificar o seu contributo para as metas regionais, assumindo níveis de responsabilidade tendo em consideração a sua dimensão económica, social e ambiental e a sua importância institucional.

Tendo em conta estes considerandos, o sistema de informação e monitorização do Plano AMP 2020 deve ser organizado por eixos de intervenção e identificar uma lista de indicadores-chave, com a identificação das Metas a atingir em 2020 e os objetivos em que se enquadram.

Eixo 1. Conhecer, empreender e internacionalizar

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 1.3	Start-ups inovadoras atraídas para cidades da AMP	150	Nº	
OE 1.3	Spin-offs apoiados	150	Nº	
OE 3.1	Laboratórios criativos apoiados	50	Nº	
OE 3.1	Incubadoras consolidadas e espaços para o empreendedorismo e inovação apoiados	10	Nº	
OE 3.2 OE 3.4	Implementação de planos de ação para dinamizar novas cadeias de valor e plataformas de inovação	10	Nº	
OE 3.2 OE 3.4	Ações de formação-ação para o empreendedorismo	50	Nº	
OE 3.2 OE 3.4	Recursos humanos nos municípios formados para o apoio à competitividade e inovação	90	Nº	[17 Municípios +AMP] x média de 5 quadros por organização

Eixo 2. Descarbonizar

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 4.2	Consumo de energia final nas empresas	4000	tep	A Meta para a Norte é 10500 a
OE 4.1	Consumo de energia primária na distribuição local	45000	MWh	A Meta para a Norte é 75000 a
OE 4.1	Proporção de fogos de habitação social classificação energética	60%	%	A Meta para a Norte é 12,5% a
OE 4.3 OE 4.4 OE 5.1 OE 5.2 OE 5.3	Total de gases com efeitos de estufa na urbana (universo: áreas urbanas gidas por estas intervenções)	20000	Ton CO2	A Meta para a Norte é 4.960.000..
OE 4.2	Número de empresas com consumo de energia melhorado	50	Nº	A Meta para a Norte é 100..
OE 4.1	Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos (ICC)	5000.0	MWh/an	A Meta para a Norte é 11.000.000.
OE 4.1 OE 5.1 OE 5.3	Nº de agregados familiares com consumo de energia melhorado (ICC)	1000	Nº	A Meta para a Norte é 1750.

Eixo 3. Salvaguardar e preservar

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>MET A 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 6.1	Melhoria do estado de conservação de espécies e habitats protegidos regionalmente representativos (medida pelo decréscimo do número de espécies e habitats com estado de conservação inadequado ou mau e de espécies de aves com tendência populacional decrescente, identificadas na lista de espécies e habitats regionalmente representativos)	75	%	A Meta para a Região Norte é 75%.
OE 6.2	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (ICC)	10	%	A Meta para a Região Norte é 75%.
OE 6.1 OE 6.2	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (ICC)	15	mil ha	A Meta para a Região Norte é 44 mil ha.

Eixo 4. Qualificar e Valorizar

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 5.2 OE 6.3 OE 6.4	Superfície total de zonas industriais reabilitadas	7500	M2	A Meta para a Região Norte é 30 mil m2.
OE 4.4 OE 5.2 OE 6.5	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas (ICC)	250.000	M2	A Meta para a Região Norte é 1.000.000 m2 .
OE 6.2	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (ICC)	10	%	A Meta para a Região Norte é 10%.
OE 6.5	População que habita em áreas objeto de estratégias integradas de desenvolvimento urbano relativamente à população urbana	30	%	A Meta para a Região Norte é 380 mil em 1 milhão e 470 mil.

Eixo 5. Aceder e transportar

Objetivo Específico	INDICADOR	META 2023	Unidade	Valor Refer.	Observações
OE 7.1.	Área bruta operacional em Plataformas Logísticas	250	Hectares	350 ha	Portugal Logístico. Realização de 71% considerando as intervenções em curso (PL Leixões)
OE 7.1.	Deslocalização para PL de operadores logísticos já instalados na AMP	75	Hectares (ocupados com novas instt.)	250 ha	30% Da área bruta das Plataformas Logísticas criadas
OE 7.1	Construção da Variante à N14 entre Maia e Trofa	15	km	35 Km (*)	(*) - Entre N12 e A7. Prioridade ao troço entre Maia e a N104 (15 km)
OE 7.1	Construção da 2ª Fase da ligação entre Arouca e SM Feira (conjugado com o corredor do IC35)	23	km	23 Km (*)	(*) - Entre Variante existente (1ª fase) e IC2
OE 7.2	Taxa de ocupação na rede do Metro do Porto	21	% (anual média)	17% (2012)	Relatório e Contas MP
OE 7.3	Espaço público integrado em projetos de requalificação urbana que deixam de estar afetos à circulação/ estacionamento automóvel	8.000	m2	40.000	“Metas estimadas a partir da área média a requalificar por cada intervenção integrada (50.000 m2) e considerando que 40% da área intervencionada é destinada à circulação e 25% desta corresponde à área que deixa de estar afeta”
OE 7.3	Criação de redes cicláveis como soluções para o transporte intraurbano	240	Km	na	Ciclovias de todo o tipo (unidirecionais mais ou menos segregadas e bidirecionais)
OE 7.3	Estacionamento de residentes para libertação de espaço automóvel	5.000	Nº Lugares	na	Admite-se como possível a criação de 250 lugares/ intervenção urbana X 20 intervenções na AMP
OE 7.3	Qualificação do espaço público das urbanizações de forte densidade residencial	15	Nº	na	Intervenções urbanísticas de qualificação e redução do espaço automóvel.

Eixo 6. Educar, qualificar e empregar

<i>Objetivo. Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 10	Nº de alunos apoiados e diplomados no 9º ano de escolaridade ISCED 2 e nível de qualificação 2	5400	Nº	A Meta para a Região Norte é 13500
OE 10	Percentagem de alunos do ensino básico apoiados pela ação social escolar que concluíram o ano letivo	98	%	A Meta para a Região Norte é 98
OE 10	Nº de alunos certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais	1800	Nº	A Meta para a Região Norte é 4400
OE 10	Nº de doutoramentos e de pós-doutoramentos concluídos	500	Nº	A Meta para a Região Norte é 750
OE 10	Número de alunos abrangidos diplomados nos CET, ISCED 4 e nível de qualificação 5	2600	Nº	A Meta para a Região Norte é 6500
OE 10	Nº de alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo, com nível de saída 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2), por ano.	2600	Nº	A Meta para a Região Norte é 6500
OE 10	Nº de alunos com apoios específicos da ação social escolar, por ano	9000	Nº	A Meta para a Região Norte é 22000
OE 10	Nº de alunos abrangidos em cursos técnicos superiores profissionais, por ano.	340	Nº	A Meta para a Região Norte é 850
OE 1 OE 10	Nº de bolseiros de doutoramento e de pós-doutoramento apoiados, por ano.	2400	Nº	A Meta para a Região Norte é 3200
OE 10	Número de alunos abrangidos nos CET, ISCED 4 e nível de qualificação 5, por ano	480	Nº	A Meta para a Região Norte é 1200
OE 10	Nº de alunos/formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/formação intervencionadas	13000	Nº	A Meta para a Região Norte é 32200
OE 10	Taxa de cobertura da requalificação/modernização das escolas do ensino básico e secundário (refere-se a % de alunos)	91	%	A Meta para a Região Norte é 91%
OE 8	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	300	Nº	A Meta para a Região Norte é 650
OE 8	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação	40	Nº	A Meta para a Região Norte é 100
OE 1 OE 10	% de doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio	90	%	A Meta para a Região Norte é 90%
OE 8	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	2250	Nº	A Meta para a Região Norte é 5300

OE 8	% dos ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão	90	%	A Meta para a Região Norte é 90%
OE 8	Participantes que beneficiam dos estágios profissionais	1000	Nº	A Meta para a Região Norte é 2150
OE 8	Participantes que beneficiam dos apoios à contratação	1200	Nº	A Meta para a Região Norte é 3000
OE 1	Número trabalhadores altamente qualificados (incluindo doutorados e pós-doutorados) contratados por empresas apoiadas	420	Nº	A Meta para a Região Norte é 1045
OE 8	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego	3550	Nº	A Meta para a Região Norte é 8850
OE 8	N.º de ativos abrangidos em ações de formação em contexto empresarial	35000	Nº	A Meta para a Região Norte é 80000

Eixo 7. Incluir

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 9	Projetos de Inovação e de experimentação social apoiados	10	N.º	A Meta para a Região Norte é 25
OE 9	Diminuição da população residente em risco de pobreza ou de exclusão social	<30	%	
OE 9	Estratégias DLBC apoiadas	5	N.º	A Meta para a Região Norte é 16
OE 9	Diminuição da taxa de privação material	<35	%	
OE 9	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	720	Nº	A Meta para a Região Norte é 1800
OE 9	Postos de trabalho criados incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	32	Nº	A Meta para a Região Norte é 80
OE 9	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	15000	Nº	A Meta para a Região Norte é 37.500
OE 9	Equipamentos apoiados	52	Nº	A Meta para a Região Norte é 130
OE 9	População coberta por serviços de saúde melhorados	11000 0	Nº	A Meta para a Região Norte é 275000
OE 9	Espaços abertos criados reabilitados em zonas urbanas	16000 0	Nº	A Meta para a Região Norte é 400000
OE 9	Novas entidades apoiadas	20	Nº	A Meta para a Região Norte é 50
OE 9	Vagas criadas resultantes de processos de reconversão de equipamentos	290	Nº	A Meta para a Região Norte é 725
OE 9	População residente beneficiada por intervenções em territórios prioritários	32000	Nº	A Meta para a Região Norte é 80000
OE 9	Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio	15,6	Nº	A Meta para a Região Norte é 39

Eixo 8. Capacitar, cooperar e governar

<i>Objetivo Específico</i>	<i>INDICADOR</i>	<i>META 2023</i>	<i>Unidade</i>	<i>Observações</i>
OE 11.1	N.º de projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiado	5	N.º	A Meta para a Região Norte é 80
OE 11.1	N.º de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	35	N.º	A Meta para a Região Norte é 200
OE 11.1	N.º de pessoas da administração pública envolvidas em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	1500	N.º	A Meta para a Região Norte é 9780
OE 11.1	Percentagem dos trabalhadores formados no âmbito das intervenções apoiadas face ao total de trabalhadores potencialmente envolvidos nos processos de modernização e/ou reorganização	35%	N.º	A Meta para a Região Norte é 40-50%
OE 2.1	Percentagem de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet	100%	%	A Meta para a Região Norte é 70-80%
OE 11.1	N.º de projetos de cooperação territorial em que a AMP participa	1	N.º	

8. Metodologia

O processo metodológico adotado para a elaboração do “Plano Estratégico de Base Territorial AMP2020” assentou em seis fases distintas e sequenciais:

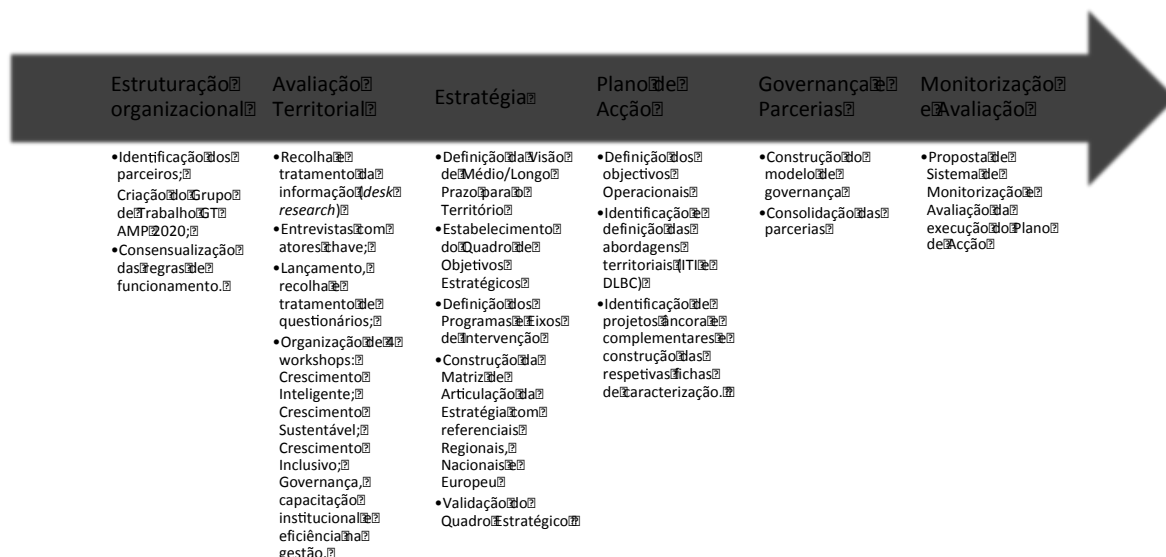
1. Estruturação organizacional;
2. Avaliação Territorial (Diagnóstico);
3. Estratégia;
4. Plano de ação;
5. Governança e Parcerias;
6. Monitorização e Avaliação.

Tratou-se, todavia, de um processo flexível em que as diferentes fases coincidiram e coexistiram em paralelo, de acordo com as necessidades de ajustamento e articulação bem como com as exigências que se iam colocando na elaboração da estratégia e do plano de ação.

De forma a assegurar à partida a coerência com a estratégia Europa 2020, foi assumido que toda a organização do trabalho assentaria nos 3 pilares de Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Em consequência desta opção, a própria equipa técnica foi estruturada de forma a compreender uma coordenação geral a par da designação de três coordenadores temáticos, um por cada um dos crescimentos da Europa 2020.

Metodologia para a elaboração do PEBT AMP 2020



A figura acima explicita as diferentes tarefas mais importantes de cada uma das fases da metodologia adotada.

Participação - Redes de Parceiros e Ações de Capacitação

Ao longo deste processo a AMP, tendo em consideração o princípio de parceria na gestão dos fundos estruturais da União Europeia, dinamizou um conjunto atividades de mobilização e interação dos diversos agentes relevantes.

Todo o trabalho desenvolvido foi norteado pelos seguintes objetivos:

- dinamizar a participação dos parceiros económicos, sociais, ambientais e culturais, contribuindo assim para a consensualização, a validação e apropriação da estratégia AMP 2020 e dos seus resultados;
- envolver à partida os principais agentes de forma a garantir o seu empenhamento na fase seguinte da materialização e concretização de projetos coerentes e devidamente articulados com a referida estratégia.

Foram muito diversificados os meios e instrumentos utilizados para atingir os objetivos acima enunciados: questionários; workshops; ações de capacitação; entrevistas; apresentações, etc.

Questionário Geral

Com o objetivo de dinamizar uma participação alargada por parte dos agentes mais relevantes da AMP e da comunidade em geral, foi elaborado um questionário estruturado em torno dos principais desafios que se colocam no âmbito dos pilares da Europa 2020 - Crescimento Inteligente; Crescimento Sustentável; e Crescimento Inclusivo - e das prioridades temáticas da nova Política Regional Europeia.

O Questionário Geral pretendeu, sobretudo, avaliar e compreender qual a perceção existente relativamente a três aspetos concretos:

- Relevância atribuída às linhas de intervenção inscritas em cada ponto, em termos do seu contributo para o desenvolvimento do território metropolitano;
- Existência de capacidade de intervenção institucional da AMP para, através da sua ação isolada ou articulada com outras instituições, alterar a situação relativamente a cada área / ação (ex. existência de agentes relevantes e

capazes e de condições para intervir, de liderança, capacidade de gerar consensos institucionais, etc.);

- A perceção dos *stakeholders* relativamente aos objetivos temáticos da nova Política de Coesão.

Este questionário teve por destinatários responsáveis de instituições, empresas e personalidades relevantes da AMP, pelo que foi enviado a 1500 instituições/indivíduos tendo sido obtidas 345 respostas válidas.

Paralelamente, visando alargar a consulta a toda a comunidade foi aberta a possibilidade de qualquer cidadão responder ao Questionário Geral acedendo para o efeito ao site da AMP.

Workshops

Com o mesmo objetivo, tiveram, também, lugar um conjunto de workshops temáticos organizados em torno dos principais desafios que se colocam à AMP, no âmbito dos pilares da Europa 2020 - Crescimento Inteligente; Crescimento Sustentável; e Crescimento Inclusivo - e das prioridades temáticas da nova Política Regional europeia.

Estes workshops foram completados com um conjunto alargado de 36 entrevistas realizadas por cada um dos coordenadores a atores relevantes em cada um dos temas versados.

Neste contexto foram realizados os seguintes workshops:

Workshop Crescimento Inclusivo 1 - Educação, Cultura, Identidade e Inovação Social - 24/10/2013

O workshop foi animado por uma das consultoras responsáveis pela área do Crescimento Inclusivo, Paula Guerra.

Foram convidadas a estar presentes 16 personalidades/entidades associadas ao tema do workshop, e estiveram presentes 10 convidados, conforme quadro que se apresenta de seguida:

WORKSHOP 1 - EDUCAÇÃO, CULTURA, IDENTIDADES E INOVAÇÃO SOCIAL - DIA 24 OUTUBRO 2013 AMP - 10H - 12H30M	
INSTITUIÇÃO CONVIDADA	CONVIDADOS PRESENTES
PNAI	
Segurança Social - Delegação Norte	
Adrirem	Elisa Gonçalves/Cláudia Araújo
Fundação Serralves	Elisabete Alves
Casa da Música	
CPCJ Vila Nova de Gaia	Ana Santos (Gaia sul) e Célia Barbosa (Gaia Norte)
CPCJ Porto Oriental	
CPCJ Matosinhos	
IES-Instituto de Empreendedorismo Social	Cláudia Alvarim
Santa Casa Misericórdia Porto	
AEP	Maria da Saúde Inácio + 1 pessoa
Agrupamento de Escolas S. Pedro da Cova/Gondomar	
Agrupamento de Escolas Matosinhos Sul /Matosinhos	
Agrupamento de Escolas de Pedrouços/Maia	
Agrupamento de Escolas do Paredes	Olinda Pinto, Diretora
Agrupamento de Escolas do Cerco/Porto	
Gab. Apoio Inovação e Empreendedorismo social	Hélder Sampaio

Workshop Crescimento Inclusivo 2 - Emprego, Empregabilidade e Qualificação para a Inclusão - 24/1/2013

Teve lugar nas instalações da AMP, no dia 24 de Outubro de 2013, pelas 14h30m um workshop dedicado ao tema «Emprego, Empregabilidade e Qualificação para a Inclusão». A sua animação ficou a cargo da coordenadora do Crescimento Inclusivo do Plano Estratégico de Base Territorial da AMP, Paula Guerra.

Foram convidadas a estar presentes 21 personalidades/representantes das entidades associadas ao tema do Workshop, e estiveram presentes 6 convidados, conforme quadro que se apresenta de seguida:

WORKSHOP 2 - EMPREGO, EMPREGABILIDADE E QUALIFICAÇÃO PARA A INCLUSÃO - DIA 24 OUTUBRO 2013 AMP - 14H30M-17H	
INSTITUIÇÃO CONVIDADA	CONFIRMAÇÃO PRESENCAS
FPCEUP	Rui Seródio
CPCJ Pova Varzim	
CPCJ S.ta Maria Feira	
CPCJ Arouca	
IEFP Douro e Vouga	
IEFP Porto	Rui Valente
IEFP Gondomar	Lúcia Alves
IEFP Maia	Adolfo Sousa
IEFP Matosinhos	Paulo Machado
IEFP Pova Varzim	
IEFP Valongo	
IEFP Gaia	
AEP - Programa formação-ação PME	António Pego
Fundação Social pelo Porto	
Associação Pelo Prazer de Viver - Centro Comunitário Espaço Aberto	
Agrupamento de Escolas de Valbom/Gondomar	
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano	
Agrupamento de Escolas de Fajões /Oliveira de Azeméis	
Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho/Porto	
Agrupamento de Escolas Vila d' Este/Vila Nova de Gaia	
Agrupamento de Escolas de Perafita/Matosinhos	

Workshop Crescimento Inteligente - 31/10/2013

Este Workshop teve lugar nas instalações da AMP, no dia 31 de Outubro de 2013, pelas 14h30, e foi animado pelo coordenador do Crescimento Inteligente do Plano Estratégico de Base Territorial da AMP, José Manuel Mendonça, em torno das seguintes questões que foram colocadas à discussão:

- Promover o acesso aos mercados internacionais de bens e serviços transacionáveis, dentro e fora do espaço Europeu.
- Favorecer um contexto favorável à criação e ao desenvolvimento sustentável de novos negócios (qualidade das infraestruturas básicas, redes de energia, redes de telecomunicações, legislação, burocracia, fiscalidade, financiamento, infraestruturas de incubação e de inovação empresarial, etc.).
- Reforçar a disponibilidade de recursos humanos qualificados, ao nível pré-universitário e universitário, com competências adequadas à procura do mercado de trabalho
- Garantir acesso às tecnologias mais recentes e capacidade de absorção destas pelas empresas e pela administração pública.
- Reforçar o contributo das TICs para garantir aos cidadãos o acesso a serviços básicos (saúde, educação, administração pública, serviços financeiros, etc.).
- Criar condições de financiamento adequadas a investimentos orientados para I&D+I e de maior risco

Foram convidadas a estar presentes 30 personalidades/representantes das entidades associadas ao tema do Workshop, e estiveram presentes 13 convidados, conforme quadro que se apresenta de seguida:

WORKSHOP 3 - CRESCIMENTO INTELIGENTE -31 de Outubro- 14h30-17h	
INSTITUIÇÃO CONVIDADA	CONFIRMAÇÃO PRESENCAS
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	Manuel Luís Carvalho
Universidade Católica Portuguesa	
CATIM/AIMMAP	
CITEVE/ATP	
Produtech	Vasco Teles e José Caldeira
Sanjotec,	Alexandre
CENTIMFE (moldes Oliveira de Azeméis)	
CTC/APICCAPS	
CTCOR - Centro Tecnológico da Cortiça	Eng ^a Alvira
Fundação de Serralves	Odete Patrício
Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA (APDL)	
PORTUGAL TELECOM INOVACAO SA	
FUNDACAO CASA DA MUSICA	
REN - REDE ELÉCTRICA NACIONAL, S.A.	
AICEP AGENCIA PARA O INV E COM EXTERNO DE PORTUGAL EPE	
Polo de competitividade Agro -alimentar-Diret. Executiva Dra. Ondina Afonso	Ondina Afonso
Polo de competitividade Floresta	
Polo de competitividade Mar- Rui Azevedo -diretor executivo	
Polo de competitividade Saúde-Joaquim Cunha-diretor executivo	Dra. Rita Araújo
Polo de competitividade Moda	
Polo de competitividade Mobilidade	
Instituto Politécnico do Porto	Carlos Ramos
Universidade do Porto	Carlos Brito
UPTEC	Clara Gonçalves
Casa da Música	
ANJE (Unidade de Empreendedorismo)	

APDL	
Porto Business School	
CIMAR-direção - Prof. Vítor, Dr. Miguel, Dr. Filipe	
Porto e Norte ERTN (Dr. Melchior Moreira (Presidente)	António Cândido Sousa
ATP - Associação de Turismo do Porto (Dra. Helena Gonçalves - Diretora Executiva)	
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto	
Associação Empresarial de Portugal (Engº António Barros - Presidente)	Pedro Correia

Workshop Crescimento Sustentável - 4/11/2013

Este Workshop teve lugar nas instalações da AMP, no dia 4 de Novembro de 2013, pelas 14h30, subordinado ao tema do Crescimento Sustentável - da Europa 2020 à AMP 2020.

O workshop foi animado pela coordenadora do Crescimento Sustentável do Plano Estratégico de Base Territorial da AMP, Ana Monteiro, em torno das seguintes questões / objetivos que foram colocadas à discussão:

- Fomentar utilização de energias renováveis e a adoção de soluções mais eficientes em termos energéticos;
- Promover a economia de baixo carbono que facilite o uso eficiente dos recursos naturais e contribua para a adaptação às mudanças climática;
- Desenvolver ações tendo em vista a minimização dos impactos negativos das alterações climáticas (riscos de ondas de calor e de vagas de frio) em prole de uma melhor qualidade de vida e saúde humana;
- Melhorar a articulação entre as redes de transportes coletivos como forma de desmotivar o uso do transporte individual.

Foram convidadas a estar presentes 30 personalidades/representantes das entidades associadas ao tema do Workshop, e estiveram presentes 9 convidados, conforme quadro que se apresenta de seguida:

WORKSHOP 4 - CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL- 4 de Novembro - 14h30m-17h		
CONVIDADOS	INSTITUIÇÃO	CONFIRMAÇÃO PRESENCAS
Rui Cernadas	ARSNORTE	
Eduardo Oliveira Fernandes	FEUP-ENERGIA	Alexandre Varela e Vítor Leal
Ana Isabel Miranda	QUALIDADE DO AR / ENDESA/UA Dept Ambiente	
Luís Manso Preto	Qualidade do Ambiente	
António Graça	SOGRAPE	
Nuno oliveira	PARQUE BIOLÓGICO DE AVINTES	Nuno Oliveira
Rosário Alves-diretora executiva	Forestis	Rosário Alves
António Sá Costa	APREN- Associação de Energias Renováveis	
M ^o Helena Corvacho	FEUP-Construção Bioclimática	
Fernando Leite	LIPOR	Diana Nicolau e Dr. Roberto Cerqueira
Rodrigo Maia	FEUP-Área hidráulica e recursos hídricos	
Carlos Eduardo Pereira da Silva	EDP Eólica	
Dr. Manso Neto, Rui Teixeira	EDP Renováveis	
Maria Helena Simões	CGD CARBONO	
	CAMPO ABERTO	
	QUERCUS	
Arminda Deusdado	Farol de Ideias	
Álvaro Castelo Branco	Águas Douro e Paiva Diretora Dept. Saúde Pública ARSN	Inês Freitas, dept. Qualidade
M ^a Neto		
Rui Sá	INEGI-Ambiente	Ana Magalhães
Arnaldo Machado	APA-ARH NORTE	
Isabel Soares	FEP-Economia do Ambiente-Energia-Licenças Carbono	
Filipe Antunes	Agricultura Biológica	
Catarina Roseira	FEP-Economia do Ambiente	

Cláudio Monteiro	FEUP-Smartwatt-Industria Solar INESC	
Ana Paula Delgado	Economia Urbana	
Susana Pereira Oliveira	Economia da Saúde	
Veloso Gomes	Riscos Erosão Costeira	
Fernando Ferreira	EFACEC Ambiente	
Eng ^a Carla Santos	Plataforma Carbonnus/Treegood	Carla Santos

Entrevistas

Os responsáveis técnicos por cada área temática realizaram entrevistas a atores chave com o objetivo de recolher contributos para a elaboração do respetivo diagnóstico e *inputs* para a construção da estratégia

Entrevistas Crescimento Inclusivo

Nos meses de Outubro e Novembro de 2013, as consultoras que integravam a equipa técnica do Crescimento Inclusivo, Paula Guerra e Clara Correia, realizaram nove entrevistas, designadamente às seguintes personalidades:

ENTREVISTAS «CRESCIMENTO INCLUSIVO»			
INSTITUIÇÃO	NOME	DATA	LOCAL
União das Misericórdias	Manuel Lemos	28/10/13	AMP
IEFP Regional	César Ferreira	30/10/13	IEFP
AEP	António Pego	23/10/13	FLUP-CEGOT
Programa Escolhas	Glória Carvalhais	23/10/13	FLUP
REAPN	Sandra Araújo, Cláudia Albergaria e Paula Cruz/ Hélder Ferreira e Sónia Lima	01/11/13	REAPN
FPCEUP	Rui Serôdio	21/10/13	FLUP-CEGOT
IES	Tiago Ferreira	23/10/13	FLUP-CEGOT
PNAI	Fernanda Rodrigues	10/2013	FUP-CEGOT
CCDRN	José Maria Azevedo	10/2013	CCDRN

Entrevistas Crescimento Sustentável

Nos meses de Outubro e Novembro de 2013, a coordenadora do Crescimento Sustentável no contexto da equipa técnica responsável pela elaboração do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020, Ana Monteiro, realizou 21 entrevistas, designadamente às seguintes personalidades:

ENTREVISTAS " CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL "	
INSTITUIÇÃO	NOME
CCDRN	Célia Ramos
CCDRN	Rute Teixeira
CCDRN	Dra. Paula Pinto
Saúde	Alcindo Maciel Barbosa
	M ^a Neto
FEUP-Estratégia para o Mar	Joaquim Góis
INEGI-Ambiente	Rui Sá
APA-ARH NORTE	Arnaldo Machado
FEP-Economia do Ambiente	Cristina Chaves
FEP-Economia do Ambiente-Energia-Licenças Carbono	Isabel Soares
FEP-Economia da Agricultura	Elvira Silva
Agricultura Biológica	Filipe Antunes
FEP-Economia do Ambiente	Catarina Roseira
DRAn	Ilda Ramadas
FEUP-Smartwatt-Industria Solar INESC	Prof. Cláudio Monteiro
Economia Urbana	Ana Paula Delgado
Economia da Saúde	Susana Pereira Oliveira
Riscos Erosão Costeira	Veloso Gomes
ARS Norte	Maria Neto
EDP Renováveis	Manso Neto
EDP Renováveis	Rui Teixeira

Entrevistas Crescimento Inteligente

Durante o mês de Novembro de 2013, o coordenador do Crescimento Inteligente, José Manuel Mendonça, realizou 6 entrevistas, designadamente às seguintes personalidades:

ENTREVISTAS " CRESCIMENTO INTELIGENTE"			
INSTITUIÇÃO	NOME	FUNÇÃO/CARGO	DATA
Tomorrow Options	Paulo Santos	CEO	6 de Novembro
Universidade do Porto	José Carlos Marques dos Santos	Reitor	7 de Novembro
Cerealis	Rui Amorim Sousa	CEO	13 de Novembro
Instituto Politécnico do Porto	Rosário Gamboa	Presidente	13 de Novembro
APPICAPS	Manuel Carlos	Diretor Geral	14 de Novembro
AEP	Paulo Nunes de Almeida	Vice-Presidente	15 de Novembro

Entrevistas com Presidentes das Câmaras Municipais

Entre os meses de Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014 foram efetuadas entrevistas com cada um dos Presidentes das dezassete Câmaras Municipais da AMP.

Estas entrevistas tiveram por objetivo identificar os principais problemas e refletir sobre as prioridades de intervenção municipais e intermunicipais, e os novos desafios com que a AMP se confronta durante o novo período de programação dos fundos estruturais.

ENTREVISTAS A PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA AMP		
PRESIDENTE	MUNICÍPIO	DATA
José Artur Tavares Neves	Arouca	16/01/14
Pinto Moreira	Espinho	06/01/14
Marco Martins	Gondomar	27/12/13
Bragança Fernandes/ Vice-Presidente - António Domingos Silva Tiago	Maia	09/01/14
Guilherme Pinto	Matosinhos	19/12/13
Hermínio Loureiro	Oliveira Azeméis	03/01/14
Celso Ferreira	Paredes	07/01/14
Rui Moreira	Porto	07/01/14
Aires Henrique Pereira	Póvoa Varzim	16/01/14
Emídio Sousa	Sta. M ^a Feira	16/01/14
Joaquim Couto	Sto. Tirso	08/01/14
Ricardo Oliveira Figueiredo	S João Madeira	09/01/14
Sérgio Humberto	Trofa	20/12/13
José Pinheiro	Vale Cambra	03/01/14
José Manuel Ribeiro	Valongo	27/12/13
Elisa Ferraz	V Conde	19-12- 1013
Eduardo Vítor Rodrigues	V N Gaia	02/01/14

Questionários Específicos

Foram ainda realizados inquéritos, pelos coordenadores de cada uma das áreas temáticas, com questões específicas, para ser aplicado às instituições ligadas à promoção e inclusão social, à promoção da sustentabilidade e à promoção do crescimento económico, assim como também na área das infraestruturas e mobilidade.

Estes questionários tiveram como objetivo avaliar a perceção dos *stakeholders* relativamente: aos principais problemas e potencialidades que se colocam em cada

área temática; à capacidade institucional para resolver esses problemas ou/e para aproveitar as oportunidades; relativamente aos objetivos temáticos da nova Política de Coesão. Além disso, pretendia-se também perceber quais as instituições melhor posicionadas para liderar as redes e quais os desenhos ou redes institucionais que se evidenciam.

Neste contexto, foram enviados três questionários, relativos aos três crescimentos - Inteligente, Inclusivo, Sustentável - e dirigidos aos respetivas *stakeholders*.

Nestes inquéritos era pedido que a cada uma das questões fosse atribuída uma pontuação de 0/10 sobre a situação atual da AMP e a capacidade de intervenção da AMP.

Globalmente foram enviados 1147 inquéritos e obtidas 231 respostas:

- Crescimento Inclusivo foi enviado para 228 instituições/indivíduos e obtidas 75 respostas;
- Crescimento Sustentável foi enviado para 109 instituições/indivíduos, dos quais foram obtidas 73 respostas;
- Crescimento Inteligente foi enviado a 810 instituições/empresas da AMP e foram recepcionadas 83 instituições respostas.

Inquérito das Redes de Infraestruturas Municipais da AMP

Tendo por objetivo identificar as principais lacunas e necessidades em matéria de redes de infraestruturas e serviços municipais na AMP, foi preparado um inquérito dirigido aos municípios.

No referido inquérito era solicitada informação sobre a dotação existente, as carências sentidas e por último as propostas de projetos e investimentos previstas para reforço e consolidação das redes de infraestruturas municipais.

Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico da AMP

Com a preocupação de favorecer, ao longo de todo o processo, o envolvimento, acompanhamento e a participação dos Municípios, cuja ação é determinante no processo de desenvolvimento local e regional, foi criado um grupo de trabalho intermunicipal de alto nível, constituído por representantes de todos os municípios da AMP, designado Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico.

Iniciado no 4.º Trimestre de 2013, este processo com a duração de cerca de um ano, para além de conduzir à construção participada do documento de estratégia e de plano de ação da AMP, constituiu em si próprio uma ação de capacitação institucional com o objetivo de apoiar a alteração do paradigma em matéria de intervenção municipal e supramunicipal, de acordo com as orientações nacionais e comunitárias, designadamente com a Estratégia Europa 2020 e a nova Política de Coesão Europeia.

Ao longo de todo este período, o próprio processo de elaboração e de negociação do Acordo de Parceria bem como dos Programas Operacionais, Regionais e Temáticos, foi acompanhado a par e passo e apropriado pela AMP e pelos Municípios que a integram, através do Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico

No âmbito deste Conselho realizaram-se nove reuniões, conforme explicitado no quadro abaixo:

REUNIÕES DO CONSELHO METROPOLITANO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO AMP		
Reuniões	TEMA	DATA
1ª	Contributos Avaliação Territorial	21/01/14
2ª	As Abordagens Integradas para o Desenvolvimento Territorial, no Acordo de Parceria (Jan 2014)	07/02/14
3ª	Contributos para a Estratégia dos Crescimentos	24/02/14
4ª	Ajustamentos à Estratégia e Plano de Ação (estrutura e orientações)	17/03/14
5ª	Ajustamentos ao Plano Ação e Modelo Governação	16/06/14
6ª	Observatório, Modelo Governação, Pacto Territorial	21/07/14
7ª	Desenvolvimentos recentes na preparação dos Programas Operacionais e Análise das Intenções de Investimento	22/09/14
8.ª	Visão global dos projetos apresentados e identificação de propostas de trabalho a nível metropolitano	17/11/14
9.º	Orientações e articulação das DLBC (rurais, costeiras e urbanas)	04/12/14

Como se pode constatar pelos temas das reuniões, todas as fases e os *outputs* que iam sendo produzidos foram objeto de discussão, análise e consensualização no âmbito do Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico da AMP.

Cumpre realçar neste contexto, a realização de uma reunião destinada a analisar a incidência e articulação das DLBC com a Estratégia AMP 2020, realizada na última reunião do conselho Metropolitano de Planeamento estratégico que decorreu no dia 4 de Dezembro de 2014. Para além dos representantes dos Municípios com assento no Conselho Metropolitano de planeamento estratégico participaram também nesta reunião representantes das três associações de desenvolvimento local cujo território de intervenção do PRODOR Eixo 3 abrangeu concelhos que integram a AMP, designadamente: a ADRIMAG; a ADRITEM; e a ADERSOUSA.

O papel dos representantes dos Municípios neste Conselho foi extremamente importante, não apenas no que se refere aos contributos prestados durante as reuniões mas, também, enquanto *pivôs* que asseguraram a articulação entre a iniciativa AMP 2020 e os diversos serviços municipais, cuja ação é diretamente influenciada pelos fundos estruturais europeus.

Os Municípios, através dos seus representantes no Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico, foram, ainda, chamados a emitir pareceres por escrito relativamente às propostas de estratégia apresentadas pela equipa técnica.

O quadro abaixo evidencia os contributos dos Municípios indicando a data em que ocorreram.

CONTRIBUTOS/COMENTÁRIOS DOS MUNICÍPIOS PARA A ESTRATÉGIA - CRESCIMENTOS		
MUNICÍPIO	C. INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL	C. INTELIGENTE E MOBILIDADE
Arouca	17/02/14	08/03/14
Espinho	13/03/14	18/03/14
Gondomar	24/02/14	14/03/14
Maia	18/02/14	06/03/14
Matosinhos	24/02/14	17/03/14
Oliveira Azeméis		
Paredes	19/02/14	08/03/14
Porto	10/03/14	09/03/14
Póvoa Varzim	08/03/14	08/03/14
Sta. M ^a Feira	21/02/14	13/03/14
Sto. Tirso	vários contributos	vários contributos
S. João Madeira		
Trofa	08/03/14	08/03/14
Vale Cambra	21/02/14	08/03/14
Valongo	21/02/14	17/03/14
V Conde	11/03/14	11/03/14
V N Gaia		08/03/14

Reuniões com o Conselho Metropolitano

A competência para a validação e aprovação do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020 pertence ao Conselho Metropolitano, órgão deliberativo, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais que integram a AMP.

A apreciação e a aprovação do Plano Estratégico de Base Territorial AMP 2020 teve lugar, respetivamente, nas reuniões do Conselho Metropolitano ocorridas nas seguintes datas:

- 28 de Março de 2014
- 14 de Abril de 2014

Por seu turno, o presente documento foi aprovado na reunião do Conselho Metropolitano que decorreu em 19 de Dezembro de 2014.

Identificação de Intenções de Investimentos Municipais

Antecipando a próxima fase de montagem do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e do respetivo programa de ação e investimento, em que se anuncia uma exigência acrescida na identificação das intervenções a apoiar, foi solicitada a preparação de fichas de intenção de investimento por parte de todos os Municípios da AMP.

Partindo das propostas de iniciativas que corporizam o Plano de Ação AMP 2020, os Municípios procuraram através do preenchimento de fichas de intenção de investimento concretizar as ideias de projeto ajustadas à realidade e prioridades municipais e metropolitanas.

Após sua recolha, organização e análise, foi levada a efeito uma ronda de reuniões entre a equipa técnica e os representantes dos Municípios em que estas intenções de investimento foram discutidas e analisadas.
